

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 13/04/2018

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.



Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório da 3ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail:
cap03vemp@tjrj.jus.br



CERTIDÃO DE DESENTRANHAMENTO

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**
Distribuído em : 29/04/2016
Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Certifico e dou fé que, nesta data, em virtude de erro material, desentranhei a peça 201802564744 - Petição - Petição Eletrônica de tipo Petição de fls. 6380 à 6388.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2018.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 16/04/2018

Data da Juntada 16/04/2018

Tipo de Documento Ofício





ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIDADE DO RIO DE JANEIRO
10º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

TRAVESSA DO PAÇO, 23 SALA 1103 - CEP 20010-170

OFICIAL: - DR. MARIO GONÇALVES
SUBSTITUTO: DR. MURILO RAMOS FILHO

Código 2001049

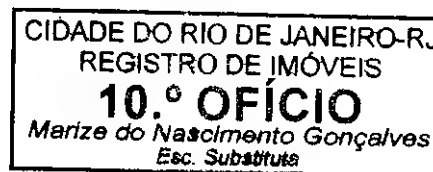
Ofício nº 323/2018
Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

ILMA. SRA. ESCRIVÃ

Em atenção ao ofício nº 466/2018/OF de 02.03.2018 da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital – RJ, referente ao processo nº 0142307-13.2016.8.19.0001, recebido em 16.03.2018, informo a V. Sª, que nada foi localizado em nome das pessoas jurídicas, citadas no referido ofício.

Aproveito para apresentar a V. Exª. protestos de estima e consideração.


O OFICIAL



Ilma. Sra.
JANICE MAGALI PIRES DE BARROS
Escrivã do Cartório da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ.

PROCAR EMP03 201801981648 23/03/18 14.25.20124430 01/26313

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	17/04/2018
Data da Juntada	16/04/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	of 1699/18
Texto	Cartório do 3º Registro de Imóveis



30

OFICIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS

Av. Presidente Antônio Carlos, 607 – 9º - Andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP.: 20.020-010

CNPJ 30.715.346/0001-37 – e-mail: c3ofrirj@terra.com.br



Antônio Marins Peixoto Filho
Oficial
Antônio Marins Peixoto Neto
Substituto

AO EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA DA CAPITAL / RJ

Rio de Janeiro, 23 de Março de 2018.

OFÍCIO Nº 1699/2018


Referência: (Processo nº 0142307-13.2016.8.19.0001).

M. M. JUIZ,

Acusando o recebimento via postal do **Ofício nº. 447/2018/OF** de 01/03/2018, prenotado sob o nº. **330.176** em 20/03/2018, devidamente assinado pelo DD. Subst. do Resp. pelo Expediente, SR. Júlio Pessoa Tavares Ferreira, informo a V.Exa., que nos assentamentos deste Cartório, nenhum registro foi encontrado, em nomes de: **SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ: 13.127.015/0001-67, SETE INVESTIMENTOS I S.A. – CNPJ: 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S.A. – CNPJ: 19.080.492/0001-09**, tendo sido, porém, lançado nos assentamentos deste Cartório a determinação contida no referido ofício.

Aproveito o ensejo para apresentar a V. Exa., votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente


ROGERIO MARINS PEIXOTO
Substituto
CTPS nº 99965 Série 006-RJ

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 24/04/2018

Data da Juntada 24/04/2018

Tipo de Documento Ofício

Nºdo Documento .





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO



MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81920182825718

Nome original: Ofício 400-2018.pdf

Data: 03/04/2018 12:34:57

Remetente:

Cristiano Fernandes Silveira Tavares

CAPITAL 07 OF DE REG GERAL DE IMÓVEIS

TJRJ

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Segue, em anexo, ofício em resposta ao expediente nº 463 2018 OF.

SERVIÇO REGISTRAL
7º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO



Décio Luiz Gomes
Registrador

Rua Sete de Setembro, 32 – 3º andar – Tel:2507-3515/2232-9744 – CEP: 20050-009 – CNPJ:30.715.734/0001-18

P. 192499

Rio de Janeiro, 28 de março de 2018

OFÍCIO Nº 0400/2018 – 7º RI

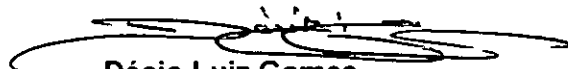
Ref.: **Ofício nº 463/2018/OF**, de 02.03.2018 - 3ª Vara Empresarial da Capital /RJ
Processo nº **0142307-13.2016.8.19.0001**
Autoras: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. e outras
Interessada: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Eminente Magistrado,

Cumprimentando-o, e em atenção aos termos do ofício da referência, aqui recepcionado em 20 de março corrente, comunico a Vossa Excelência haver sido observada a determinação nele inserida com a **anotação**, no livro **1-AE**, sob o protocolo nº **192499**, naquela mesma data, da decisão de 13 de junho de 2016, que **deferiu o processamento da recuperação judicial** das seguintes sociedades empresárias: **1) SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.**, CNPJ nº 13.127.015/0001-67; **2) SETE INVESTIMENTOS I S.A.**, CNPJ nº 19.080.443/0001-68; e **3) SETE INVESTIMENTOS II S.A.**, CNPJ nº 19.080.492/0001-09.

Na oportunidade, levo ao conhecimento desse r. Juízo Empresarial que, revendo os livros e matrículas desta Serventia Registral, **nenhum registro** foi encontrado em relação às pessoas jurídicas anteriormente elencadas.

Sem mais, renovo protestos de elevada estima e distinta consideração.


Décio Luiz Gomes
Oficial Registrador
Mat. nº 90/230

Excelentíssimo Senhor
Doutor Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital/RJ

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Desentranhamento

Atualizado em 24/04/2018

Data 24/04/2018

Informações



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 24/04/2018

Data da Juntada 24/04/2018

Tipo de Documento Extrato da GRERJ





Extrato de GRERJ ELETRÔNICA

GRERJ: 4031508164268

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

CPF/CNPJ: 13127015000167

Autenticação: 00058476670

Pagamento: 13/04/2018

Nome de quem faz o recolhimento: SETE BRASIL
PARTICIPACOES S.A.

Uso: GRERJ conferida correta

Data de utilização da GRERJ:

Informação complementar: INTERESSADO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS AUTOR: SETE
BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS

Receita/Conta	Descrição	Valor
1110-6	Atos de Citação/Intimação/Ofício por via postal e conferência de cópias	R\$18,79
2001-6	CAARJ / IAB	R\$1,87
6898-0000215-1	OUTROS FUNDOS	R\$0,93
6898-0000208-9	OUTROS FUNDOS	R\$0,93
Total:		R\$22,52

Rio de Janeiro, 24-abril-2018

JULIO PESSOA TAVARES FERREIRA
28575

Observação: Cálculo do FUNDPERJ e do FUNPERJ -: 5% dos valores atinentes às custas judiciais e aos emolumentos de registro/baixa.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Conclusão ao Juiz

Atualizado em	27/04/2018
Juiz	Maria Christina Berardo Rucker
Data da Conclusão	25/04/2018
Data da Devolução	26/04/2018
Data da Decisão	25/04/2018
Tipo da Decisão	Determinada a retificação do pólo passivo/ativo
Publicado no DO	Sim
Data do Expediente	27/04/2018



Fls.

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Processo Eletrônico

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Nesta data, faço os autos conclusos ao MM. Dr. Juiz
Maria Christina Berardo Rucker

Em 25/04/2018

Decisão

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.
2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.
3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.
4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 25/04/2018.

Maria Christina Berardo Rucker - Juiz em Exercício

Autos recebidos do MM. Dr. Juiz

Maria Christina Berardo Rucker

Estado do Rio de Janeiro Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 3ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail:
cap03vemp@tjrj.jus.br



Em ____/____/____

Código de Autenticação: **4W5W.L9K6.IJJ2.4LGX**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Envio de Documento Eletrônico

Data

27/04/2018



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **GUSTAVO BANHO LICKS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **GUSTAVO BANHO LICKS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **SERGIO BERMUDES**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCELO FONTES CESAR DE OLIVEIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **RICARDO LORETTI HENRICI**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **EDUARDA DE TOLEDO SIMONIS**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **BANCO BRADESCO S/A**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCIO KOJI OYA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCIO KOJI OYA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **LEONARDO DE ALMEIDA FRAGOSO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MILENA DONATO OLIVA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MÁRCIA ALYNE YOSHIDA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCELO ROBERTO DE CARVALHO FERRO**

Fica V.S^a /V.Ex^a Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **THIAGO PEIXOTO ALVES**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **LEONARDO FARIA SCHENK**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **MARCOS TANAKA DE AMORIM**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **ANDERSON SOARES DA SILVA**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**

**Poder Judiciário
Rio de Janeiro
Cartório da 3ª Vara Empresarial**

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Nº do Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Partes: Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Destinatário: **NELSON WILIAN FRATONI RODRIGUES**

Fica V.Sª /V.Exª Intimado da determinação abaixo:

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.**
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.**
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.**
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.**



Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Digitação de Documentos

Atualizado em 27/04/2018

Data 27/04/2018

Descrição



Processo Eletrônico

Nº do Ofício : 928/2018/OF

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

Processo Nº: 0142307-13.2016.8.19.0001

Distribuição:29/04/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. e outros Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Prezado Senhor,

Solicito a V. S^a., que seja retificado, com a máxima urgência, o cadastro das recuperandas SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.127.015/0001-67, SETE INVESTIMENTOS I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.492/0001-09 para que neles seja substituída a expressão "em liquidação" por "em recuperação judicial", na razão social das companhias e para que conste como responsável por essas sociedades o Sr. Luiz Eduardo Guimarães Carneiro, inscrito no CPF sob o nº 491.156.427-04.

Atenciosamente,

Luiz Alberto Carvalho Alves
Juiz de Direito

Senhor Delegado da Receita Federal do Brasil

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: **4MDY.KSUB.NET7.JJXX**
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br – Serviços – Validação de documentos

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCOS TANAKA DE AMORIM foi regularmente intimado(a) pelo portal em 27/04/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico e dou fé que a decisão abaixo, foi remetido(a) para o Diário da Justiça Eletrônico do Rio de Janeiro no expediente do dia 27/04/2018 e foi publicado em 04/05/2018 na(s) folha(s) 203/206 da edição: Ano 10 - nº 155 do DJE.

Proc. 0142307-13.2016.8.19.0001 - SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. E OUTROS, Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA (Adv(s). Dr(a). GUSTAVO BANHO LICKS (OAB/RJ-176184), Dr(a). SERGIO BERMUDES (OAB/RJ-017587), Dr(a). MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA (OAB/RJ-059384), Dr(a). MARCELO FONTES CESAR DE OLIVEIRA (OAB/RJ-063975), Dr(a). MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA (OAB/RJ-092518), Dr(a). LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO (OAB/RJ-123611), Dr(a). RICARDO LORETTI HENRICI (OAB/RJ-130613), Dr(a). FERNANDA MEDINA PANTOJA (OAB/RJ-125644), Dr(a). THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ (OAB/RJ-178816), Dr(a). EDUARDA DE TOLEDO SIMONIS (OAB/RJ-200986), Dr(a). MARCIO KOJI OYA (OAB/SP-165374), Dr(a). MARCIO KOJI OYA (OAB/RJ-200122), Dr(a). LEONARDO DE ALMEIDA FRAGOSO (OAB/RJ-175354), Dr(a). GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO (OAB/RJ-041245), Dr(a). MILENA DONATO OLIVA (OAB/RJ-137546), Dr(a). EDUARDO BOCCUZZI (OAB/SP-105300), Dr(a). MÁRCIA ALYNE YOSHIDA (OAB/SP-164474) X Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS (Adv(s). Dr(a). MARCELO ROBERTO DE CARVALHO FERRO (OAB/RJ-058049), Dr(a). MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA (OAB/RJ-144825), Dr(a). THIAGO PEIXOTO ALVES (OAB/RJ-155282), Dr(a). RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA (OAB/RJ-126682), Dr(a). LEONARDO GRECO (OAB/RJ-021557), Dr(a). PAULO CEZAR PINHEIRO CARNEIRO (OAB/RJ-020200), Dr(a). LEONARDO FARIA SCHENK (OAB/RJ-123888), Dr(a). DARWIN LOURENCO CORREA (OAB/RJ-112989), Dr(a). MARCOS TANAKA DE AMORIM (OAB/SP-252946), Dr(a). ANDERSON SOARES DA SILVA (OAB/RJ-120220), Dr(a). DOMINGOS FERNANDO REFINETTI (OAB/SP-046095), Dr(a). NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB/RJ-136118) Decisão: Diante dos requerimentos pendentes, determino: 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP. 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas. 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ. 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 3 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 04/05/2018

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.



Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de justiça
Comarca da Capital
Cartório da 3ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail:
cap03vemp@tjrj.jus.br



CERTIDÃO DE DESENTRANHAMENTO

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**
Distribuído em : 29/04/2016
Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial
Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS I S.A.
Autor: SETE INVESTIMENTOS II S.A.
Autor: SETE HOLDING GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL ONE GMBH
Autor: SETE INTERNATIONAL TWO GMBH
Administrador Judicial: LICKS CONTADORES ASSOCIADOS SIMPLES LTDA
Representante Legal: GUSTAVO BANHO LICKS
Embargante: BANCO BRADESCO S/A
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Certifico e dou fé que, nesta data, cumprindo determinação de Sua Excelência, desentranhei a peça 201803080050 - Petição - Petição Eletrônica de tipo Petição de fls. 6435 à 6437.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2018.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 04/05/2018

Data da Juntada 04/05/2018

Tipo de Documento Ofício



TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS



Av. Erasmo Braga, 227 - Grupos 101 à 108 - Cep: 20020-000 - Rio de Janeiro - RJ

Tel. (0xx21) 2531-2578 - 2531-2568 - Telefax: 2531-2597

Tabelião Titular: Léo Barros Almada

Tabeliã Substituta: Danielle Alves Cabral Rodrigues

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018.

Ofício n.º 093/2018/DACR-02
Ref. Proc. n.º 0142307-13.2016.8.19.0001

Senhor Juiz

Em atenção ao Ofício n.º 441/2018/OF,
cumpre-me encaminhar a esse douto juízo as certidão em nome de **SETE
BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A, SETE INVESTIMENTOS I S/A E SETE
INVESTIMENTOS II S/A.**

Aproveito o ensejo para apresentar os
protestos da mais alta estima e apreço.

Danielle Alves Cabral Rodrigues
Tabeliã em Exercício

Excelentíssimo Senhor.

MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital.

75344P-01005-20180001337-00-005-000-01-01-14022018-13370



TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS



Nº 003068
Página 6440
Fl.:
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Certificado Eletronicamente

Av. Erasmo Braga, n.º 227 - 1º andar - salas 101 a 105 - Cep 20020-000
Tel. (0xx21) 2531-2578 - 2531-2568 - Telefax: 2531-2597
Tabelião Titular: Léo Barros Almada
Tabeliã Substituta: Danielle Alves Cabral Rodrigues

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECKV 77527 BJS
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

CERTIDÃO

DANIELLE ALVES CABRAL RODRIGUES, Tabeliã em exercício no
Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos da cidade do Rio de Janeiro,
Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA, revendo os registros deste Serviço, que deles
NÃO CONSTA, CONFORME O REQUERIDO, registro de protesto de títulos
ou documentos de dívida de responsabilidade de *****

SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A. *****

CGC/CPF: 13127015000167 (um*tres*um*dois*sete*zero*um*cinco*zero*zero*zero*um*seis*sete*)
, no período de Quatro de Abril de Dois Mil Oito até Quatro de Abril de
Dois Mil Dezoito

O referido é verdade e dou fé
Certidão emitida em nome de SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A. Cgo/Cpl 13127015000167
RIO DE JANEIRO, sexta-feira, 6 de abril de 2018.

Emolumento: ISENT0

Eu, [assinatura] digitei
| | CLAUDIA MARAPODI DE GUSMAO MAT-94/3703

Tabela 16
Ato No 1 e 2

Eu, [assinatura] Subscrevo e Assino
| | Roberto Carlos Dias Madeira-Escrevente(94/2240

093641AA088686



TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS



Nº 0003069
Página
Fl.: 6441
Carimbado Eletronicamente

Av. Erasmo Braga, n.º 227 - 1º andar - salas 101 a 105 - Cep 20020-000
Tel. (0xx21) 2531-2578 - 2531-2568 - Telefax: 2531-2597
Tabelião Titular: Léo Barros Almada
Tabeliã Substituta: Danielle Alves Cabral Rodrigues

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECKV 77528 BJT
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CERTIDÃO

DANIELLE ALVES CABRAL RODRIGUES, Tabeliã em exercício no
Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos da cidade do Rio de Janeiro,
Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA, revendo os registros deste Serviço, que deles
NÃO CONSTA, CONFORME O REQUERIDO, registro de protesto de títulos
ou documentos de dívida de responsabilidade de *****
SETE INVESTIMENTOS I S.A. *****

CGC/CPF: 19080443000168 (um*nove*zero*oito*zero*quatro*quatro*tres*zero*zero*zero*um*seis*oito*)
, no período de Quatro de Abril de Dois Mil Oito até Quatro de Abril de
Dois Mil Dezoito

O referido é verdade e dou fé
Certidão emitida em nome de SETE INVESTIMENTOS I S.A. Cgc/Cpf 19080443000168
RIO DE JANEIRO, sexta-feira, 6 de abril de 2018.

Emolumento: ISENT0

Eu, [assinatura], digitei
| | CLAUDIA MARAPODI DE GUSMAO MAT-94/3703

Tabela 16
Ato No 1 e 2

Eu, [assinatura], Subcrevo e Assino
+ Roberto Carlos Dias Madeira-Escrevente(94/2240



TABELIONATO DO 1º OFÍCIO DE PROTESTO DE TÍTULOS

Nº 0003070
Página
6442
Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Certificado Eletronicamente



Av. Erasmo Braga, n.º 227 - 1º andar - salas 101 a 105 - Cep 20020-000
Tel. (0xx21) 2531-2578 - 2531-2568 - Telefax: 2531-2597
Tabelião Titular: Léo Barros Almada
Tabeliã Substituta: Danielle Alves Cabral Rodrigues

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECKV 77529 BJU
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjri.jus.br/sitepublico>

CERTIDÃO

DANIELLE ALVES CABRAL RODRIGUES, Tabeliã em exercício no

Tabelionato do 1º Ofício de Protesto de Títulos da cidade do Rio de Janeiro,
Estado do Rio de Janeiro.

CERTIFICA, revendo os registros deste Serviço, que deles
NÃO CONSTA, **CONFORME O REQUERIDO,** registro de protesto de títulos
ou documentos de dívida de responsabilidade de *****
SETE INVESTIMENTOS II S.A. *****

CGC/CPF: 19080492000109 (um*nove*zero*oito*zero*quatro*nove*dois*zero*zero*zero*um*zero*nove*)
, no período de Quatro de Abril de Dois Mil Oito até Quatro de Abril de
Dois Mil Dezoito

O referido é verdade e dou fé
Certidão emitida em nome de SETE INVESTIMENTOS II S.A. Cgc/Cpf 19080492000109
RIO DE JANEIRO, sexta-feira, 6 de abril de 2018.

Emolumento: ISENT0

Eu, Claudia Marapodi de Gusmao, digitei
| | **CLAUDIA MARAPODI DE GUSMAO MAT-94/3703**

Tabela 16
Ato No 1 e 2

Eu, Roberto Carlos Dias Madeira Subcrevo e Assino
| | **Roberto Carlos Dias Madeira-Escrevente(94/2240)**

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	04/05/2018
Data da Juntada	04/05/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	.
Texto	OFÍCIO 11223/2018



1º Ofício de Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos
Código da serventia: 00725



OFICIO 11223/2018

Ao: ILMO. SR. RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE DA/DO 3 VARA EMPRESARIAL DA CAPITAL
Assunto: Devolução de ofício(s) com certidão em anexo.
Data: 26/03/2018

ILMO. SR. RESPONSÁVEL PELO EXPEDIENTE

Devolvo, vosso ofício(s) abaixo relacionado(s) com a(s) certidão(ões) requisitada(s) em anexo.

Atos CUMPRIDOS

Of. 445 de 01/03/2018

Aproveito para renovar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

SIMONE FERNANDES GONCALVES BRAGA
Escrevente
Mat. 94/4634

Handwritten signature of Simone Fernandes Gonçalves Braga in blue ink, overlapping the typed name and matriculation number.

Recebido em ____/____/____ por: _____ Matricula: _____



Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca da Capital
Cartório da 3ª Vara Empresarial
Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail:
cap03vemp@tjrj.jus.br

CORREIO**Processo Eletrônico**

Ofício: 445/2018/OF

Rio de Janeiro, 01 de março de 2018.

Processo : 0142307-13.2016.8.19.0001

Distribuído em: 29/04/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. e outros Interessado: PETRÓLEO
BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

944943

Prezado Senhor,

Encaminho a V.Sª. cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.127.015/0001-67, SETE INVESTIMENTOS I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.492/0001-09, sociedades anônimas de capital fechado, com sede na Rua Humaitá, nº 275, salas 802 e 902 do Edifício Lagoa Corporate, Humaitá, Rio de Janeiro/RJ, tendo sido nomeado para exercer a função de administrador judicial a pessoa jurídica de Licks Contadores Associados, inscrito no CNPJ sob o nº 05.032.015/0001-55, representado pelo seu sócio Dr. Gustavo Banho Licks, inscrito no CPF sob o nº 035561567-33. Outrossim, solicito que informe a este Juízo Falimentar, com a máxima urgência, através de certidão, se consta em seus registros algum pedido de falência das empresas em recuperação.

Atenciosamente,

Julio Pessoa Tavares Ferreira Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/28575
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Ao Senhor Oficial do 1º Ofício de Registro de Distribuição da Comarca da Capital/RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: 4ENK.FFWI.2SA7.KDQV
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br - Serviços - Validação de documentos



INSTRUIR PROCESSO.

944943-L-F/003/003
 RECIBO: 790748
 SELO: ECMO05367FCK
 Modelo: ESPECIAL

Página

6446

Carimbado Eletronicamente

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
 Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.
 Certidão emitida em resposta ao ofício nº 445

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DEZOITO DE MARCO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO ATÉ DEZOITO DE MARCO DE DOIS MIL E DEZOITO (18/03/1998 ATÉ 18/03/2018), dele(s)

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INVESTIMENTOS II S.A. - CNPJ: 19.080.492/0001-09*****
 Rio de Janeiro, Capital em 22/03/2018. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 0,00, Tab.04-Ato 08: R\$ 0,00, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,00, FETJ: R\$ 0,00, FUNDPERJ: R\$ 0,00, FUNPERJ: R\$ 0,00, FUNARPEN: R\$ 0,00, ISS: R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 0,00. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
 Corregedoria Geral da Justiça
 Selo de Fiscalização Eletrônico
 ECMO 05367 FCK

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

RICARDO DA COSTA MEIRELES
 Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 22/03/2018 por:
 IELVA DA S. BARBOSA
 Escrevente IV (MAT.94/4633)

RIO DE JANEIRO

Certidão em nome de SETE INVESTIMENTOS II S.A. - CNPJ: 19.080.492/0001-09, conforme o requerido.

A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO. CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
 Delegatário: Lélcio Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.
 Certidão emitida em resposta ao ofício nº 445

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DEZOITO DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO ATÉ DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO (18/03/1998 ATÉ 18/03/2018), dele(s)

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE INVESTIMENTOS I S.A. - CNPJ: 19.080.443/0001-68*****
 Rio de Janeiro, Capital em 22/03/2018. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 0,00, Tab.04-Ato 08: R\$ 0,00, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,00, FETJ: R\$ 0,00, FUNDPERJ: R\$ 0,00, FUNPERJ: R\$ 0,00, FUNARPEN: R\$ 0,00, ISS: R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 0,00. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)

ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
 Corregedoria Geral da Justiça
 Selo de Fiscalização Eletrônico
 ECMO 05366 SLJ
 Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>


 RICARDO DA COSTA MEIRELES
 Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 22/03/2018 por:
 IELVA DA S. BARBOSA
 Escrevente IV (MAT.94/4633)

Certidão em nome de SETE INVESTIMENTOS I S.A. - CNPJ: 19.080.443/0001-68, conforme o requerido.

A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO. CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO, QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

FINALIDADE EXCLUSIVA declarada pelo requerente:

INSTRUIR PROCESSO.

944943001 6448
RECIBO: 790748
SELO: ECMO05265LSA
Modelo: ESPECIAL
Contribuído Eletronicamente

1º Ofício do Registro de Distribuição

RUA DO OUVIDOR, 63 - 2º ANDAR - CENTRO
Delegatário: Lélío Gabriel Heliodoro dos Santos

ATENÇÃO: A FINALIDADE EXCLUSIVA desta certidão, que identifica e define sua utilização, é declarada pelo requerente e integra seu conteúdo material.
Certidão emitida em resposta ao ofício nº 445

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A

com referência aos assuntos abaixo mencionados, e DÁ FÉ QUE, revendo em seu poder e Serviço os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso ou andamento relativos a:

A) FALÊNCIAS, CONCORDATAS, INSOLVÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DISTRIBUIDAS A UMA DAS VARAS EMPRESARIAIS.

DESDE DEZOITO DE MARÇO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO ATÉ DEZOITO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZOITO (18/03/1998 ATÉ 18/03/2018), dele(s)

*** * * * * NADA CONSTA * * * * ***

Relativamente ao nome de SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A - CNPJ: 13.127.015/0001-67*****
Rio de Janeiro, Capital em 22/03/2018. QUALIFICAÇÃO conf. o requerido. Emolumentos Tab.01. Ato 01: R\$ 0,00, Tab.04-Ato 08: R\$ 0,00, LEI 6.370 Art.2 §4: R\$ 0,00, FETJ: R\$ 0,00, FUNDPERJ: R\$ 0,00, FUNPERJ: R\$ 0,00, FUNARPEN: R\$ 0,00, ISS: R\$ 0,00. TOTAL: R\$ 0,00. EU, RICARDO DA COSTA MEIRELES (Mat.94/1867), Oficial Substituto a assino.

CERTIDÃO ESPECIAL - (ART.21, § 1º, IV CNCGJERJ)
ESTA CERTIDÃO REFERE-SE ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE AO ASSUNTO REQUERIDO.

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral da Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico
ECMO 05365 LSA
Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

[Assinatura]
RICARDO DA COSTA MEIRELES
Oficial Substituto (94/1867)

Conferido em 22/03/2018 por:
IELVA DA S. BARBOSA
Escrevente IV (MAT.94/4633)

RIO DE JANEIRO

Certidão em nome de SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A - CNPJ: 13.127.015/0001-67, conforme o requerido.

A PROVA NEGATIVA CÍVEL E CRIMINAL É FEITA PELAS CERTIDÕES DO 1º, 2º, 3º E 4º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO. CERTIDÃO EMITIDA NOS TERMOS DO ART. 31 DA CONSOLIDAÇÃO NORMATIVA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PARTE EXTRAJUDICIAL. DOCUMENTO EMITIDO POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO. QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA COMO INDÍCIO DE ADULTEIRAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE.

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL SEM EMENDAS E/OU RASURAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AAA 10205536

Associação dos Notários e Registradores do Estado do Rio de Janeiro

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

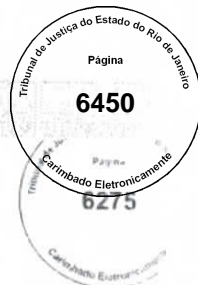
Atualizado em	04/05/2018
Data da Juntada	04/05/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	.
Texto	RESPOSTA AO OFÍCIO 446/2018/OF



JULI

ESSA TAVARES FERREIRA:28575

Assinado em 01/03/2018 19:27:20
Local: TJ-RJ



Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Comarca da Capital

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713CEP: 20020-903 - Centro - Rio de Janeiro - RJ Tel.: 3133-3605 e-mail: cap03vemp@tjrj.jus.br

Processo Eletrônico

Ofício: 446/2018/OF

Rio de Janeiro, 01 de março de 2018.

Processo : 0142307-13.2016.8.19.0001

Distribuído em: 29/04/2016

Classe/Assunto: Recuperação Judicial - Recuperação Judicial

Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. e outros Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

Prezado Senhor,

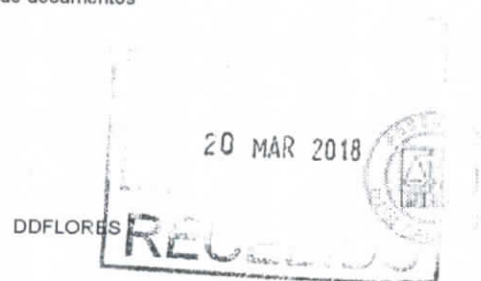
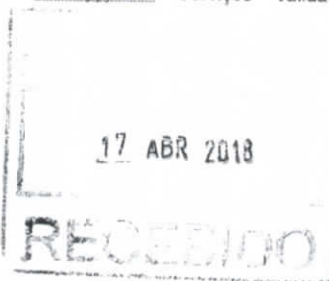
Encaminho a V.Sª. cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 13.127.015/0001-67, SETE INVESTIMENTOS I S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 19.080.492/0001-09, sociedades anônimas de capital fechado, com sede na Rua Humaitá, nº 275, salas 802 e 902 do Edifício Lagoa Corporate, Humaitá, Rio de Janeiro/RJ, tendo sido nomeado para exercer a função de administrador judicial a pessoa jurídica de Licks Contadores Associados, inscrito no CNPJ sob o nº 05.032.015/0001-55, representado pelo seu sócio Dr. Gustavo Banho Licks, inscrito no CPF sob o nº 035561567-33. Outrossim, solicito que informe a este Juízo Falimentar, com a máxima urgência, através de certidão, se consta em seus registros algum pedido de falência das empresas em recuperação.

Atenciosamente,

Julio Pessoa Tavares Ferreira Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/28575
Assino por ordem do MM. Juiz de Direito

Ao Senhor Oficial do 2º Ofício de Registro de Distribuição da Comarca da Capital/RJ

Código para consulta do documento/texto no portal do TJERJ: 41KF.G1CF.8JEU.1EQV
Este código pode ser verificado em: www.tjrj.jus.br - Serviços - Validação de documentos



ATO CUMPRIDO

Cumprir o ato determinado neste Ofício, nos termos do Art. 14
da consolidação da legislação processual em vigor, encaminhada para a Procuradoria Local da Justiça
pelo Ofício nº 446 em 17-4-18
2.º Ofício do Registro de Distribuição - Capital

Assinatura:

Matrícula: 0213730

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	04/05/2018
Data da Juntada	04/05/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	.
Texto	OFÍCIO 004751/2018-BCB/ASPAR/GATPC/DIADI/COADI-03





BANCO CENTRAL DO BRASIL

Ofício 004751/2018-BCB/Aspar/GATPC/Diadi/Coadi-03

PE 118702/e-BC 201842236

JUD/EXT - 2018/013459E

Brasília, 18 de abril de 2018.



A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Luiz Alberto Carvalho Alves
Juiz de Direito do(a) 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital
Av. Erasmo Braga, 115 Lan Central 713
20020-903 Rio de Janeiro - RJ

Assunto: Ofício: 427/2018, de 1 de março de 2018

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Senhor(a) Juiz,

Referimo-nos ao expediente em epígrafe, para informar que transmitimos a determinação judicial a todas as instituições financeiras, onde ficou consignado que as respostas e/ou eventuais dúvidas sobre o assunto deverão ser encaminhadas diretamente a esse Juízo mencionando-se o número do ofício e do processo a que se referem, o Ofício 04851/2018-BCB/Aspar/GATPC/Diadi/Coadi-03, enviado pelo BC-Correio 118026601, de 18 de abril de 2018.

Respeitosamente,

Departamento de Relacionamento Institucional e Assuntos Parlamentares-ASPAR
Gerência de Relacionamento Institucional e Atendimento aos Poderes Constituídos-GATPC

Luis Carlos Spaziani
Chefe Adjunto

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão NELSON WILIANS F. RODRIGUES foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/05/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão GUSTAVO BANHO LICKS foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/05/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão GUSTAVO BANHO LICKS foi regularmente intimado(a) pelo portal em 04/05/2018, na forma do art. 5º, § 1º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 07/05/2018

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.



**MM. JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA
COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, representada por Gustavo Banho Licks, honrosamente nomeado para o cargo de Administrador Judicial das Sociedades SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., SETE INVESTIMENTOS I S.A., SETE INVESTIMENTOS II S.A., SETE HOLDING GMBH, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH e SETE INTERNATIONAL TWO GMBH, vem, perante Vossa Excelência, requerer a juntada da Ata da Assembleia Geral de Credores, aberta e suspensa em 15 de dezembro de 2016, retomada e suspensa novamente em 07 de maio de 2018.

Os trabalhos serão reabertos em 05 de julho de 2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 07 de maio de 2018.

GUSTAVO BANHO LICKS

CRC-RJ 087.155/O-7

OAB/RJ 176.184

ISABEL BONELLI

OAB/RJ 204.938

LEONARDO FRAGOSO

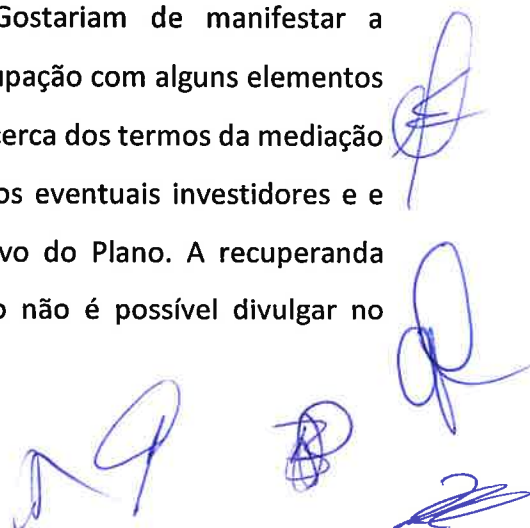
OAB/RJ 175.354

FERNANDA PIERSANTI

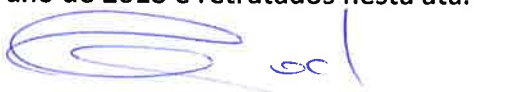
OAB/RJ 217.228

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DAS SOCIEDADES SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., SETE INVESTIMENTOS I S.A., SETE INVESTIMENTOS II S.A., SETE HOLDING GMBH, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH e SETE INTERNATIONAL TWO GMBH. - PROCESSO Nº: 0142307-13.2016.8.19.0001, na forma abaixo:

Aos 07 dias do mês de maio do ano de 2018, às 14:00 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, Auditório, Centro, Rio de Janeiro, os credores das sociedades do Grupo Sete Brasil reuniram-se em continuação aos trabalhos instalados em primeira convocação no dia 15 de dezembro de 2016. Por expressa disposição da Lei, o Administrador Judicial, Licks Contadores Associados Ltda., representada por Gustavo Banho Licks, assumiu a Presidência e convidou para continuar com os trabalhos de secretário o credor Fundo de Garantia para a Construção Naval, representado pela Sra. Gislene Sampaio Fernandes André, CPF nº 386.062.911-53, conforme artigo 37 da Lei 11.101/05. Retomados os trabalhos, o Presidente passou a palavra às Devedoras, que informaram que em razão da evolução do processo de mediação com a Petrobrás, surgiram interessados na aquisição de ativos relevantes das recuperandas. A fim de que seja possível evoluir nas negociações com estes terceiros interessados, as devedoras sugeriram a suspensão desta assembleia para que os trabalhos sejam retomados no dia 05 de julho de 2018, no mesmo local e horário. Com a palavra, o credor FGCM e o credor Deutsche Bank Trust Company America apresentaram questionamento sobre quatro itens: Gostariam de manifestar a ansiedade sobre alguns aspectos do PRJ e reforçar preocupação com alguns elementos como: Laudo de avaliação de ativos, encaminhamentos acerca dos termos da mediação veiculadas por fatos relevantes, as condições efetivas dos eventuais investidores e e questionando qual o prazo para apresentação do aditivo do Plano. A recuperanda respondeu que: A mediação ocorre em sigilo, portanto não é possível divulgar no



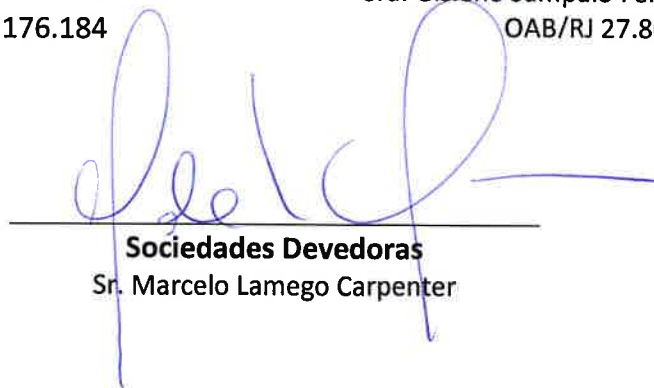
momento os seus termos, sob pena de comprometer a negociação, mas que tão logo seja aprovado tornar-se-á público. Quanto ao laudo de avaliação dos ativos, será atualizado junto com o aditamento ao plano que será oportunamente apresentado. Quanto ao interesse manifestado pelos investidores, frisa que as propostas que sejam formalizadas serão apresentadas juntamente com o aditivo ao plano. A recuperanda se compromete a realizar todos os esforços para apresentar o aditivo ao plano e a avaliação com antecedência de 20 (vinte) dias antes do retorno dos trabalhos em 05 de julho de 2018. Colocada em votação, o credor Deutsche Bank Trust Company America manifestou sua abstenção na votação. A proposta foi aceita por aclamação dos demais credores. Lavrou-se a presente ata, que, na forma do parágrafo 7 do artigo 37 da Lei 11.101/05, é assinada pelo Presidente, Devedora, Secretário, dois membros da classe 1, 2 e 3 da Relação de Credores. Os nomes dos credores presentes com as respectivas assinaturas serão apresentados com a juntada da lista de presença e encaminhada ao MM. Juízo, na forma do dispositivo legal acima citado. Nada mais havendo a ser tratado, foram efetivamente encerrados os trabalhos da Assembleia Geral de Credores das SOCIEDADES SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A., SETE INVESTIMENTOS I S.A., SETE INVESTIMENTOS II S.A., SETE HOLDING GMBH, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH e SETE INTERNATIONAL TWO GMBH., realizada na cidade do Rio de Janeiro, aos dias 07 de maio do ano de 2018 e retratados nesta ata.



Presidente – Administrador Judicial
Gustavo Banho Licks
CRC: 087.155-07
OAB/RJ 176.184



Secretário
Credor FGCM
Sra. Gislene Sampaio Fernandes André
OAB/RJ 27.808



Sociedades Devedoras
Sr. Marcelo Lamego Carpenter





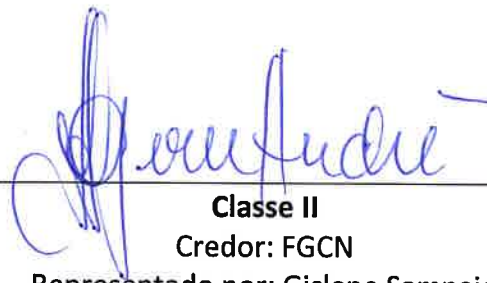
Classe I
Credor Tocantis Advogados
Representado por: Frederico Price
Grechi
OAB/RJ 97.685



Classe I
Credor: André Martins de Andrade
Advogados
Representado por: Frederico Price Grechi
OAB/RJ 97.685



Classe II
Deutsche Bank Trust Company America
Representado por: Bernardo Gomes
Paiva, OAB/RJ 189.799



Classe II
Credor: FGCN
Representado por: Gislene Sampaio
Fernandes André
OAB/DF 27.808



Classe III
Credor: Banco do Brasil S/A
Representado por: Andre Zanotto,
34385513 SSP/SP



Classe III
Credor: Caixa Econômica Federal
Representado por: Armando Borges de
Almeida Junior







Lista de Assinatura
Assembleia Grupo Sete Brasil

Rio de Janeiro, 07/05/2018		
Classe I - Trabalhista		
Nome	Procurador	Assinatura
ANDRE MARTINS DE ANDRADE ADVOGADOS	FREDERICO PIERRE BRECHER 9760	
CERHA HEMPEL SPIEGELFELD HLAWATI	FREDERICO PIERRE BRECHER	
DAVIS POLK & WARDWELL CONSULTORES	FREDERICO PIERRE BRECHER	
STOCHE. FORBES. PADIS. FILIZZOLA		
TOCANTINS ADVOGADOS	FREDERICO PIERRE BRECHER	
Classe II - Garantia Real		
Nome	Procurador	Assinatura
BANCO BRADESCO S.A.. GRAND CAYMAN BRANCH	Katia Regina Souza LIMAROS ROD JYA	
BANCO DO BRASIL SA LONDON BRANCH	LIVIA CA BRIGONI	
BANCO ITAÚ BBA S.A.. NASSAU BRANCH CEDIDO PARA CANVAS DISTRESSED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS		
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.. GRAND CAYMAN BRANCH	RODRIGO REDUENO	
Deutsche Bank Trust Company America	BERNARDO GOMES PAIVA	
FUNDO DE GARANTIA PARA A CONSTRUÇÃO NAVAL	Guilherme S.F. Andre	
FUNDO DE INVESTIMENTO DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO	Rosemary B. Costa Gallo	

Classe III - Quirografário		
Nome	Procurador	Assinatura
ACCENTURE DO BRASIL LTDA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
AVIPAM TURISMO E TECNOLOGIA LTDA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
BANCO BRADESCO S.A.. GRAND CAYMAN BRANCH	Kátia Regina Souza MARCO KOZI OSA	KRSouza
BANCO DO BRASIL SA LONDON BRANCH	NILCA BRIGNI	[Assinatura]
BANCO ITAÚ BBA S.A.. NASSAU BRANCH CEDIDO PARA CANVAS DISTRESSED FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS		
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.. GRAND CAYMAN BRANCH	RODRIGO REQUENA	R. J. Requena
BPO - SYNERGY SERVICOS CONTABEIS LT	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
CAIO AFONSO DE ALMEIDA FILHO	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	Amando Borges	[Assinatura]
FTI CONSULTORIA LTDA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
FUNDO DE GARANTIA PARA A CONSTRUÇÃO NAVAL	Gilene S. F. Audier	[Assinatura]
GRANT THORNTON OUTSOURCING	ISABELLE ESTEVAO	Isabelle Estevao
INTRALINKS SERVICOS DE INFORMATICA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
JOSE FRANCISCO REZENDE FARIA DUTRA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
LUCE VENTURE CAPITAL - DRILLING SERIES	Bruna Komarov	BrunaKom
REAL SRR PUBLICIDADE E MARKETING LT	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
REGINA MARIA OZORIO DA CRUZ	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
RICARDO FROES ALVES FERREIRA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
RP BRASIL COMUNICACOES LTDA	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
SERVICO DO 32 OFICIO DE NOTAS	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]
TAXCOACH WIRTSCHAFTSPRUFUNG UND	Frederico Pucci Grechi	[Assinatura]

VAGAS TECNOLOGIA DE SOFTWARE LTDA	L. Inocencio Lima Guedes	
VIDEO CLIPPING PRODUCOES LTDA	L. Inocencio Lima Guedes	



Lista de Assinatura
Assembleia Grupo Sete Brasil

Rio de Janeiro, 07/05/2018		
Ouvintes		
Nome	Documento	Assinatura
SERGIO SAVI	106962/07B	
Orabeul Alceis	059.253.057-44	
Amanda R.A. Penkado	23978555 -1	
Renata E. Duran Barbosa	126682 OAB RJ	
Wass Gonzalez	2165417	
Dalmo Isaac	214371 /OAB/RJ	
SARILINA DE LIMA MARTINS	124002 OAB/RJ.	
	15291724706	
ROSSANO SILVA	10242209-4	
RANDYS CARVALHO P. DE OLIVEIRA	2744114 OAB DF	
Marina Bastos Lourenço	197011 OAB RJ	
Aureliano Pereira	87776 OAB RJ	
	105.612 OAB RJ	

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão THIAGO PEIXOTO ALVES foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão RENATA CARDOSO DURAN BARBOZA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão LEONARDO FARIA SCHENK foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão ANDERSON SOARES DA SILVA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCELO ROBERTO DE CARVALHO FERRO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCOS PITANGA CAETE FERREIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão SERGIO BERMUDES foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCELO FONTES CESAR DE OLIVEIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCELO LAMEGO CARPENTER FERREIRA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão LEONARDO JOSÉ DE CAMPOS MELO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão RICARDO LORETTI HENRICE foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão EDUARDA DE TOLEDO SIMONIS foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão BANCO BRADESCO S/A foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCIO KOJI OYA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCIO KOJI OYA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão LEONARDO DE ALMEIDA FRAGOSO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão GUSTAVO JOSE MENDES TEPEDINO foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

- 1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.*
- 2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.*
- 3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.*
- 4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.*

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MILENA DONATO OLIVA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Procedimento Ordinário

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO

Certifico que a parte/órgão MARCIA ALYNE YOSHIDA foi tacitamente intimado(a) pelo portal em 08/05/2018, na forma prevista no art. 5º, § 3º da lei 11.419/2006.

Diante dos requerimentos pendentes, determino:

1. Fls. 5959 - Defiro a substituição processual requerida pelo credor, para que passem a constar os nomes dos cessionários do Banco Itaú S/A. Anote-se no DCP.

2. Fls. 6243/6246 - Dê-se ciência ao Administrador Judicial e aos credores sobre a extinção das empresas do grupo Sete Luxembourg SCS e Sete SARL, informada pelas demais recuperandas.

3. Fls. 6305 - Intimem-se os credores para ciência da nova data de realização da AGC, designada para o dia 07/05/2018, às 14 horas, no Edifício Bolsa Rio, localizado na Praça XV de Novembro, nº 20, auditório, Centro, RJ.

4. Fls. 6370/6378 - Oficie-se à Receita Federal, com urgência, atendendo-se ao solicitado pelas recuperandas.

Rio de Janeiro, 8 de maio de 2018

Cartório da 3ª Vara Empresarial

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 11/05/2018

Data da Juntada 11/05/2018

Tipo de Documento Ofício



OITAVO

SERVIÇO REGISTRAL DE IMÓVEIS

OFICIAL: Dr. ARNALDO COLOCCI NETTO
RUA DA ALFÂNDEGA, 91 - 3º E 4º ANDAR - 20070-001 - CENTRO
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL



Rio de Janeiro, 16 de abril de 2018.

OFÍCIO N.º: 1046/2018-OF

ASSUNTO: Ofício N.º: 464/2018/OF

Ref.: Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

MM. DR. JUIZ

Em atenção ao ofício mencionado, datado de 02/03/2018 devo informar a V. Ex^a que no indicador pessoal deste Serviço Registral nenhum registro imobiliário foi encontrado em nome das pessoas jurídicas e física ali reportadas, restando anotado o deferimento da recuperação judicial das empresas ali mencionadas.

Na oportunidade, renovo a V. Ex^a os protestos de especial consideração e estima.

O OFICIAL



8º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
ARNALDO COLOCCI NETTO
OFICIAL
MATRICULA N.º 0611441

AO EXM.º SR.

DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL COMARCA DA CAPITAL
Av. Erasmo Braga, nº. 115, Lan. Central 713.
CEP: 20020-903-Rio de Janeiro/RJ.

ACN/fdc

FCOM-EMP09-201803040972-09705710-11-08-20183924 12054

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	22/05/2018
Data da Juntada	22/05/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	of 439/2018
Texto	Zurich/Santander



EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL COMARCA DA CAPITAL

Ofício: 439/2018/OF

Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Autor: Sete Brasil Participações S.A. e outros

Interessado: Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás

Em resposta ao Ofício, encaminhado por este R. Juízo à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, as empresas abaixo vêm por seus representantes infra-assinadas, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, informar que após pesquisas realizadas em nossos sistemas, não localizamos **SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A – CNPJ: 13.127.015/0001-67, SETE INVESTIMENTOS I S.A – CNPJ: 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S.A. – CNPJ: 19.080.492/0001-09**, como segurado nas Companhias Seguradoras abaixo listadas:

- **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A**, CNPJ 17.197.385/0001-21;
- **ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, CNPJ 01.206.480/0001-04;
- **ZURICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S/A**, CNPJ 17.266.099/0001-41;
- **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A**, CNPJ 06.136.920/0001-18;
- **ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A**, CNPJ 87.376.109/0001-06.

Sendo o que tínhamos para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Belo Horizonte, 16 de Maio de 2018



Analú Meneses
Gerente de Compliance



Camila Lana
Coordenadora de Ouvidoria

ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A, CNPJ 17.197.385/0001-21;

ZURICH VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ 01.206.480/0001-04;

ZURICH BRASIL CAPITALIZAÇÃO S/A, CNPJ 17.266.099/0001-41;

ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S/A, CNPJ 06.136.920/0001-18;

ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A, CNPJ 87.376.109/0001-06.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 28/05/2018

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DE RIO DE JANEIRO/RJ

PROCESSO Nº 0142307-13.2016.8.19.0001

BRADESCO SEGUROS S.A., empresa com sede na Av. Alphaville, 779, Barueri/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 33.055.146/0001-93, neste ato representada por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, em atenção ao ofício recepcionado, expor o que segue:

Após pesquisas realizadas junto ao banco de dados do **BRADESCO CAPITALIZAÇÃO S.A.**, **BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, **KIRTON CAPITALIZAÇÃO S.A.**, e **KIRTON VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**, empresas do Grupo Bradesco de Seguros, com base nas informações constantes no ofício em epígrafe, informa que não foi localizado nenhum seguro, plano de previdência privada ou título de capitalização.

Diante do exposto, caso conste nos autos algum documento que comprove a contratação de produtos comercializados pelas empresas do Grupo Bradesco de Seguros, para que seja realizada nova pesquisa, será necessário o fornecimento de maiores dados sobre o produto contratado (nome do produto, data da contratação, nº de proposta, nº da apólice, etc.).

Sendo o que cabia informar, coloca-se à disposição de V. Exa. para eventuais esclarecimentos que porventura se façam necessários.

Apresenta protestos de elevada estima e consideração.

Barueri, 25 de maio de 2018.

ARIELY ALVES GITI
OAB/SP 384.717

2018/23559-1-THA

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em	30/05/2018
Data da Juntada	30/05/2018
Tipo de Documento	Ofício
Nºdo Documento	.
Texto	OF



Chubb Seguros Brasil S.A.
Av. Rebouças, 3.970
25º ao 28º andares
Edifício Eldorado Business Tower
São Paulo SP Brasil
CEP 05425-070

W chubb.com/br

São Paulo, 09 de Maio de 2018

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Juízo de Direito da Dr. (a). Luiz Alberto Carvalho Alves
Av. Erasmo Braga – 115, Lan Central 713 – CEP: 20020-903
Centro – Rio de Janeiro – RJ

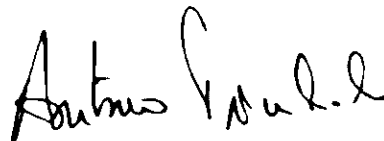
Ref. Processo nº 01423071320168190001
Of.; 439 /2018

Exmo(a). Sr(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito,

CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. (“CHUBB”), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.502.099/0001-18, com sede na Avenida Rebouças, nº. 3.970, 25º ao 28º andar, Eldorado Business Tower, São Paulo, SP, em atendimento ao disposto no ofício enviado por este MM. Juízo, vem informar que no banco de dados da CHUBB não foram localizados seguros contratados por **LICKS CONTADORES ASSOCIADO, GUSTAVO BANHO LICKS**.

Esperamos com isso ter prestado as informações necessárias, colocando-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

Sem mais, cordialmente subscrevemo-nos,



Antonio Trindade - Presidente
Chubb Seguros Brasil S.A.

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 18/06/2018

Data da Juntada 18/06/2018

Tipo de Documento Ofício

Nºdo Documento .

Texto .





MDSA



São Paulo, 16 de Maio de 2018

DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO
LUIZ ALBERTO CARVALHO ALVES
CARTORIO DA 3ª VARA EMPRESARIAL 3ª VARA EMPRESARIAL
AVENIDA ERASMO BRAGA - 115 - COMPL.: LAN CENTRAL 713
CENTRO
RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 20020903

AUTOR 1: SETE BRASIL PARTICIPACOES SA
AUTOR 2: PETROLEO BRASILEIRO SA PETROBRAS
Nº DO OFÍCIO: 4272018
Nº PROCESSO: 01423071320168190001

Em atenção aos termos do Ofício supra, seguem nossas considerações através do ato:

Primeiramente salienta que esta instituição tem como premissa colaborar com os Órgãos Públicos e com o Poder Judiciário, em todas suas esferas, no que for necessário, cumprindo todas as determinações emanadas dos mesmos, dentro da absoluta legalidade.

Partindo do princípio acima, vimos pelo presente informar a esse Dr(a). Juiz(a), que tomamos ciência da recuperação judicial da pessoa jurídicas abaixo mencionadas, conforme segue:

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A - CNPJ: 13.127.015/0001-67;

SETE INVESTIMENTOS 1 SA - CNPJ: 19.080.443/0001-68;

SETE INVESTIMENTOS 2 SA - CNPJ: 19.080.492/0001-09.

Sendo o que se oferecia no momento, aproveitamos a oportunidade para renovar nossos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

BANCO SANTANDER
Gerência de Ofícios

[Handwritten signature]
Margarida de Almeida
LUIZ ALBERTO CARVALHO ALVES
02/59

[Handwritten signature]
Regina Tereza de Brito
Assessora Jurídica
02/59



CONFIDENCIAL

São Paulo, 11 de abril de 2018
ID 45453/18 – DF-DJU-GOJU/bnc

Excelentíssimo (a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Empresarial
Avenida Erasmo Braga, nº 115 – CENTRO
CEP 20020-903 – Rio de Janeiro/ RJ

Ref.: Autos nº 0142307-13.2016.8.19.0001
Ofício nº 436/2018 – recebido via Sistema Eletrônico de Informações - SEI da CVM
(Regulamentado pelo Ofício Circular/CVM/SMI/nº 4/2015).

Em atenção aos termos do ofício judicial expedido nos autos do processo em referência, informamos as providências adotadas pela B3 S.A.¹ em relação à pessoa física e/ou jurídica mencionada no ofício, para cumprimento da ordem desse D. Juízo:

ITEM	NOME, CPF/CNPJ	PROVIDÊNCIA	SEGMENTO DE MERCADO
1	SETE BRASIL PARTICIPACOES S.A CPF/CNPJ nº 13.127.015/0001-67	Sem ativos	BM&FBOVESPA
		Ativos não passíveis de bloqueio	CETIP

Em relação ao **segmento CETIP**, esclarecemos que tais ativos não são passíveis de bloqueio, em razão de sua natureza jurídica, pois permitem registros retroativos das operações de resgate antecipado (total ou parcial) realizadas em sistema interno das Instituições.

Eventos como negociação e liquidação ocorrem no ambiente das próprias Instituições, de modo que a B3 possui apenas REGISTROS INFORMACIONAIS. Dessa forma, para obter informações adicionais e demais providências, estas devem ser solicitadas diretamente às respectivas Instituições Financeiras, as quais são responsáveis pelas operações e seus respectivos registros em sistema autorizado pelo Banco Central e CVM, no caso em tela: BRASIL PLURAL S/A - BANCO MULTIPLO, CAIXA ECONOMICA FEDERAL e BANCO DAYCOVAL S/A.

Outrossim, informamos que as demais pessoas mencionadas no ofício não possuem posição de ativos em nossos sistemas.

Por fim, esclarecemos que as informações ora prestadas são tuteladas pelo sigilo, de acordo com o artigo 1º da Lei Complementar nº 105 de 10/01/01.

Sendo o que nos cabia para o momento, colocamo-nos à disposição para esclarecer eventuais questionamentos e reiteramos nossos protestos e elevada estima.

Atenciosamente,

Alice Frerichs
Gerência de Ofícios Judiciais
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

¹ A B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão é resultado da combinação das empresas BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e Cetip S.A. – Mercados Organizados. B3.COM.BR

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Atualizado em 18/06/2018

Data da Juntada 18/06/2018

Tipo de Documento Ofício

Nºdo Documento .

Texto .





Itaú Unibanco S.A.
Pça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100.
04344-902 - São Paulo - SP



PJ 1307582

São Paulo, 11 de junho de 2018.

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

Ref.: Ofício nº 439/2018/OF, datado de 01/03/2018
Processo n.º 0142307-13.2016.8.19.0001
Autor: SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A e outros
Interessado: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS

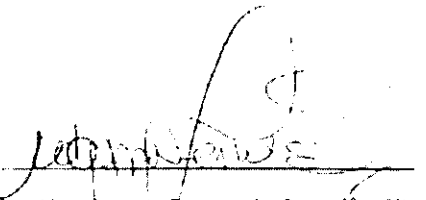
Reportamo-nos aos termos contidos no expediente sob referência, mediante o qual Vossa Excelência encaminha a esta Instituição cópia da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial das empresas **SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S/A, CNPJ: 13.127.015/0001-67; SETE INVESTIMENTOS I S/A, CNPJ: 19.080.443/0001-68 e SETE INVESTIMENTOS II S/A, CNPJ: 19.080.492/0001-09**, sociedades anônimas de capital fechado, com sede na Rua Humaitá, 275, salas 802 e 902 do Edf. Lagoa Corporate, tendo sido nomeado para exercer a função de administrador judicial a pessoa jurídica de **LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, CNPJ: 05.032.015/0001-55**, representado pelo seu sócio Dr. **GUSTAVO BANHO LICKS, CPF: 035.561.567-33**.

Vimos respeitosamente informar a Vossa Excelência que, após realizarmos pesquisas junto aos setores competentes desta Instituição, os registros sistêmicos **não** acusam a existência de título de capitalização e plano de previdência privada em nome da(s) pessoa(s) indicada(s).

Sendo o que nos cumpre, aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas cordiais saudações.

Atenciosamente
ITAÚ SEGUROS S/A

p.p.


Edgina Henriqueta Soares de Carvalho Silva

AO
MM. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ

Avenida Erasmo Braga, 115, Lan. Central, 713, Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.020-903

PJ 1307582 - Ofício nº 439/2018/OF - Processo n.º 0142307-13.2016.8.19.0001



Itaú Unibanco S.A.
Pça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100
04344-902 - São Paulo - SP



PJ 1297958

São Paulo, 06 de Junho de 2018

Excelentíssimo(a) Senhor(a):

Ref.: Ofício nº 427/2018/OF, datado de 01/03/2018
Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001
Autor: Sete Brasil Participações S/A e outros
Interessado: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras

Reportamo-nos aos termos contidos no expediente sob referência, mediante o qual Vossa Excelência comunica a esta Instituição que as empresas descritas no r.ofício nomearam para exercer a função de administrador judicial a pessoa jurídica LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, CNPJ 05.032.015/0001-55 representada pelo sócio GUSTAVO BANHO LICKS, CPF 035.561.567-33.

A propósito, vimos, respeitosamente à presença de Vossa Excelência informar que após pesquisas identificamos que SETE INVESTIMENTOS I S.A, CNPJ 19.080.443/0001-68, SETE INVESTIMENTOS II S.A, CNPJ 19.080.492/0001-09, LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, CNPJ 05.032.015/0001-55 e GUSTAVO BANHO LICKS, CPF 035.651.567-33 não são clientes junto a esta instituição.

Informamos outrossim, que referente a SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A, CNPJ 13.127.015/0001-67 localizamos a conta corrente nº 00733-4 agência 0911, a qual encontra-se inativa, bem como cadastramos como administradores judicial LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, CNPJ 05.032.015/0001-55 representada pelo sócio GUSTAVO BANHO LICKS, CPF 035.561.567-33.

Sendo o que nos cumpre, aproveitarmos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência as nossas cordiais saudações.

Atenciosamente

ITAÚ UNIBANCO S.A.

P.P. 
Rodrigo Trepiccio

AO
MM(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DO RIO DE JANEIRO/RJ
Avenida Erasmo, Braga, 115 – Lamina Central 713 – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP 20020-903
PJ 1297958 **Ofício nº 427/2018/OF**
Processo: 0142307-13.2016.8.19.0001

Estado do Rio de Janeiro

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça

Processo: **0142307-13.2016.8.19.0001**

Fase: Juntada

Data da Juntada 26/06/2018

Tipo de Documento Petição

Texto Documento eletrônico juntado de forma automática.



SERGIO BERMUDES
MARCIO VIEIRA SOUTO COSTA FERREIRA
MARCELO FONTES
ALEXANDRE SIGMARINGA SEIXAS
GUILHERME VALDETARO MATHIAS
ROBERTO SARDINHA JUNIOR
MARCELO LAMEGO CARPENTER
ANTONIO CARLOS VELLOSO FILHO
FABIANO ROBALINHO CAVALCANTI
MARIA AZEVEDO SALGADO (1973-2017)
MARCO AURÉLIO DE ALMEIDA ALVES
ERIC CERANTE PESTRE
VÍTOR FERREIRA ALVES DE BRITO
ANDRÉ SILVEIRA
RODRIGO TANNURI
FREDERICO FERREIRA
ANTONELLA MARQUES CONSENTINO
MARCELO GONÇALVES
RICARDO SILVA MACHADO
RICARDO JUNQUEIRA DE ANDRADE
CAROLINA CARDOSO FRANCISCO
ANDRÉ CHATEAUBRIAND MARTINS
PHILIP FLETCHER CHAGAS
LUÍS FELIPE FREIRE LISBÔA
PEDRO PAULO DE BARROS BARRETO
LEONARDO DE CAMPOS MELO
WILSON PIMENTEL
RICARDO LORETTI HENRICI
JAIME HENRIQUE PORCHAT SECCO

GRISSIA RIBEIRO VENÂNCIO
MARCELO BORJA VEIGA
ADILSON VIEIRA MACABU FILHO
CAETANO BERENGUER
ANA PAULA DE PAULA
ALEXANDRE FONSECA
PEDRO HENRIQUE CARVALHO
RAFAELA FUCCI
RENATO RESENDE BENEDEZI
ALESSANDRA MARTINI
PEDRO HENRIQUE NUNES
GABRIEL DE ORLEANS E BRAGANÇA
GABRIEL PRISCO PARAISO
GUIOMAR FEITOSA LIMA MENDES
FLÁVIO JARDIM
GUILHERME COELHO
LÍVIA IKEDA
ALLAN BARCELLOS L. DE OLIVEIRA
PAULO BONATO
RENATO CALDEIRA GRAVA BRAZIL
VICTOR NADER BUJAN LAMAS
GUILHERME REGUEIRA PITTA
JOÃO ZACHARIAS DE SÁ
SÉRGIO NASCIMENTO
GIOVANNA MARSSARI
OLAVO RIBAS
MATHEUS PINTO DE ALMEIDA
FERNANDO NOVIS
LUIZ TOMÁS ALVES DE ANDRADE

MARCOS MARES GUIA
ROBERTA RASCIO SAITO
ANTONIA DE ARAUJO LIMA
GUSTAVO FIGUEIREDO GSCHWEND
ANA LUÍSA BARBOSA BARRETO
PAULA MELLO
RAFAEL MOCARZEL
THAÍS VASCONCELLOS DE SÁ
BRUNO TABERA
FÁBIO MANTUANO PRINCIPE
MATHEUS SOUBHIA SANCHES
MARCELO SOBRAL PINTO
JOÃO PEDRO BION
THIAGO RAVELL
ISABEL SARAIVA BRAGA
GABRIEL ARAUJO
JOÃO LUCAS PASCOAL BEVILACQUA
MARIA ADRIANNA LOBO LEÃO DE MATTOS
EDUARDA SIMONIS
CAROLINA SIMONI
JESSICA BAQUI
GUILHERME PIZZOTTI
MATHEUS NEVES
MATEUS ROCHA TOMAZ
GABRIEL TEIXEIRA ALVES
THIAGO CEREJA DE MELLO
GABRIEL FRANCISCO DE LIMA
ANA JULIA G. MONIZ DE ARAGÃO
FRANCISCO DEL NERO TODESCAN

FELIPE GUTLERNER
EMANUELLA BARROS
IAN VON NIEMEYER
ANA LUIZA PAES
JULIANA TONINI
BERNARDO BARBOZA
PAOLA PRADO
ANDRÉ PORTELLA
GIOVANNA CASARIN
LUIZ FELIPE SOUZA
ANA VICTORIA PELLICCIONE DA CUNHA
VINÍCIUS CONCEIÇÃO
LEANDRO PORTO
LUCAS REIS LIMA
ANA CAROLINA MUSA
RENATA AULER MONTEIRO.

CONSULTORES
AMARO MARTINS DE ALMEIDA (1914-1998)
HELIO CAMPISTA GOMES (1925-2004)
JORGE FERNANDO LORETTI (1924-2016)
SALVADOR CÍCERO VELLOSO PINTO
ELENA LANDAU
CAIO LUIZ DE ALMEIDA VIEIRA DE MELLO
PEDRO MARINHO NUNES

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO

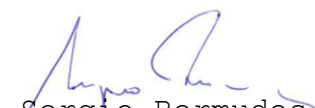
Processo nº 0142307-13.2016.8.19.0001

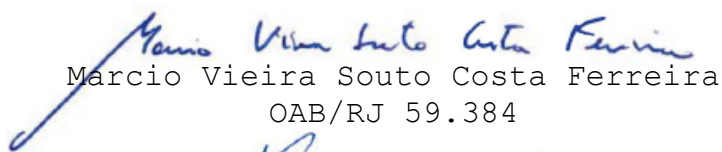
SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. - Em Recuperação Judicial e outras, nos autos de sua recuperação judicial, em curso perante esse MM. Juízo, vêm, por seus advogados abaixo assinados, requerer a V.Exa. se digne determinar a juntada do incluso aditamento ao Plano de Recuperação Judicial (doc. 1).


Na oportunidade, as recuperandas requerem a V.Exa. se digne a dar ciência ao Administrador Judicial e aos credores da apresentação do novo aditamento ao Plano de Recuperação Judicial anexo, que será submetido à votação na continuação da Assembleia Geral de Credores, marcada para o dia 05.07.2018.

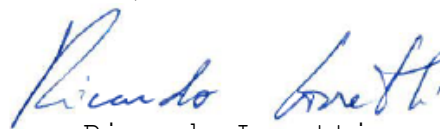
Nestes termos,
P. deferimento.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2018.

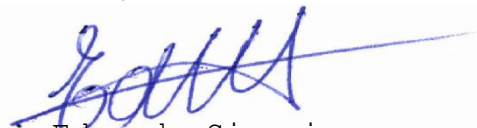

Sergio Bermudes
OAB/RJ 17.587


Marcio Vieira Souto Costa Ferreira
OAB/RJ 59.384


Marcelo Lamego Carpenter
OAB/RJ 92.518


Ricardo Loretto
OAB/RJ 130.613


Thaís Vasconcellos de Sá
OAB/RJ 178.816


Eduarda Simonis
OAB/RJ 200.986

DOC. 1

**PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE
SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SETE INVESTIMENTOS I S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL¹**

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Brasil”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.127.015/0001-67, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INVESTIMENTOS I S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Investimentos 1”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.080.443/0001-68, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Investimentos 2”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.080.492/0001-09, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE HOLDING GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete Holding”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 401499 s, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.916.517/0001-90, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete International One”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 348664 t, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.291.318/0001-83, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete International Two”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 416453 g, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.517.195/0001-59, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

Apresentam, nos autos do processo de recuperação judicial autuado sob o n.º 0142307-13.2016.8.19.0001, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o seguinte plano de recuperação judicial (“Plano”), em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei nº 11.101 de 2005 (“Lei de Falências”).

¹ A inclusão da Sete Holding GMBH, Sete International One GMBH e da Sete International Two GMBH na Recuperação Judicial foi deferida por meio de decisão monocrática proferida, em 02.09.16, nos autos do agravo de instrumento n. 0034120-11.2016.8.19.0000, em curso perante a 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Em sessão de julgamento de 07.02.17, foi dado provimento ao recurso, por unanimidade.

1. Definições e Regras de Interpretação

1.1. Definições. Os termos e expressões utilizados em letras maiúsculas, sempre que mencionados no Plano, terão os significados que lhes são atribuídos nesta **Cláusula 1ª**. Tais termos definidos serão utilizados, conforme apropriado, na sua forma singular ou plural, no gênero masculino ou feminino, sem que, com isso, percam o significado que lhes é atribuído.

1.1.1. “Administrador Judicial”: É a LICKS CONTADORES ASSOCIADOS, sociedade inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.032.015/0001-55, com escritório na Rua São José, nº 40, Cobertura, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na pessoa do Dr. Gustavo Licks, conforme nomeação pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III, da Lei de Falências, ou quem venha a substituí-la de tempos em tempos.

1.1.2. “ANP”: É a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

1.1.3. “Ações SPEs Sete”: São as ações das SPEs Sete detidas pelas Recuperandas.

1.1.4. “Aprovação do Plano”: É a aprovação do Plano na Assembleia de Credores. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Aprovação do Plano ocorre na data da Assembleia de Credores que votar e aprovar o Plano, ainda que o Plano não seja aprovado por todas as classes de Credores, nos termos do artigo 58, § 1º da Lei de Falências.

1.1.5. “Assembleia de Credores”: É qualquer Assembleia Geral de Credores, realizada nos termos do Capítulo II, Seção IV, da Lei de Falências.

1.1.6. “Ativos Litigiosos”: Tem o significado atribuído na **Cláusula 3ª** deste Plano.

1.1.7. “Banco Depositário”: É cada instituição financeira organizada sob as leis da República Federativa do Brasil, ou em outra jurisdição a ser indicada pelas Recuperandas a seu exclusivo critério, na qual as Contas Vinculadas serão abertas. As Recuperandas informarão ao Juízo da Recuperação e ao Administrador Judicial a(s) instituição(ões) financeiras escolhidas para servirem de Banco Depositário.

1.1.8. “Contratos de Afretamento”: São os 28 Contratos de Afretamento celebrados entre cada uma das SPEs Sete, à exceção da SPE Joatinga, e a Petrobras, com os ajustes porventura necessários para dar cumprimento a este Plano.

1.1.9. “Contratos EPC”: São os contratos de *Engineering, Procurement and Construction* celebrados entre cada SPE e os Estaleiros para a construção e entrega das sondas no âmbito do Projeto Sondas.

1.1.10. “Contas Vinculadas”: São as contas correntes abertas junto a cada Banco Depositário, nas quais serão depositados os valores recebidos ou recuperados por qualquer das Recuperandas em razão dos Ativos Litigiosos e dos recebíveis decorrentes das alienações das SPEs Continuadas, para ser utilizados na forma deste Plano. As Recuperandas comprometem-se a informar ao Juízo da Recuperação e o Administrador Judicial os detalhes das contas vinculadas assim que elas forem abertas.

1.1.11. “Créditos”: São os Créditos, sejam materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, Concursais, de Credores Extraconcursais ou de Terceiros, inclusive dos Estaleiros, que expressamente aderirem a este Plano.

1.1.12. “Créditos Concurais”: São os Créditos, sejam materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, existentes na Data do Pedido ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido, que estão sujeitos a este Plano, nos termos da Lei de Falências. Os Créditos Concurais poderão ser créditos em que as Recuperandas figuram como devedoras principais ou créditos decorrentes de fiança, aval ou obrigação solidária prestada por qualquer das Recuperandas a Terceiros em benefício das SPEs Sete.

1.1.13. “Créditos com Garantia Real”: São os Créditos Concurais detidos por Credores com Garantia Real.

1.1.14. “Créditos ME/EPP”: São os Créditos Concurais detidos pelos Credores ME/EPP.

1.1.15. “Créditos Quirografários”: São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Quirografários.

1.1.16. “Créditos Trabalhistas”: São os Créditos Concurais detidos pelos Credores Trabalhistas.

1.1.17. “Credores”: São as pessoas, físicas ou jurídicas detentoras de Créditos Concurais que estejam ou não relacionadas na Lista de Credores. Também serão considerados Credores, para fins deste Plano, os Terceiros ou Credores Extraconcurais que expressamente aderirem a este Plano. Os Credores que optarem pelo pagamento à vista, na forma da **Cláusula 6.3** abaixo, deixarão de ser considerados Credores para todos os fins da Recuperação Judicial.

1.1.18. “Credores Concurais”: São os Credores detentores de Créditos Concurais. Tais Credores são divididos, para os efeitos de votação do Plano ou eleição do Comitê de Credores em Assembleia de Credores, em quatro classes (Credores Trabalhistas, Credores com Garantia Real, Credores Quirografários e Credores ME/EPP).

1.1.19. “Credores com Garantia Real”: São os Credores Concurais cujos créditos são assegurados por direitos reais de garantia (tal como um penhor, uma hipoteca ou um equivalente formalizado em outra jurisdição), até o limite do valor do respectivo bem, nos termos do artigo 41, II, da Lei de Falências.

1.1.20. “Credores Extraconcurais”: São os Credores cujos Créditos não estejam automaticamente sujeitos ao Plano, ou seja (i) cujo fato gerador de seu direito de crédito seja posterior à Data do Pedido, observado nessa hipótese que o crédito correspondente se qualifica como crédito extraconcural para fins dos Artigos 67, 84, inciso V e 149 da Lei de Falências em caso de superveniente decretação da falência das Recuperandas; e (ii) cujo direito de tomar posse de bens ou de executar seus direitos ou garantias derivados de contratos celebrados antes ou após a Data do Pedido não pode ser alterado pelo Plano, de acordo com o Artigo 49, §§ 3º e 4º, da Lei de Falências.

1.1.21. “Credores Quirografários”: São os Credores Concurais detentores de Créditos Quirografários, tal como consta dos artigos 41, inciso III e 83, inciso VI, ambos da Lei de Falências.

1.1.22. “Credores ME/EPP”: São os Credores Concurais que sejam qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, tal como consta dos artigos 41, inciso IV e 83, inciso IV, ambos da Lei de Falências.

1.1.23. “Credores Retardatários”: São os Credores Concurais que ainda não estejam refletidos no quadro geral de credores da Recuperação Judicial, incluindo, mas não se limitando, a credores de quantias ilíquidas atualmente ou futuramente sujeitas a litígio judicial ou arbitral.

1.1.24. “Credores Trabalhistas”: São os Credores Concursais detentores de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidente de trabalho ou que sejam classificados como créditos trabalhistas para fins do artigo 41, I, da Lei de Falências.

1.1.25. “Data de Homologação”: É a data em que ocorrer a publicação no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro da decisão de Homologação Judicial do Plano proferida pelo Juízo da Recuperação.

1.1.26. “Data do Pedido”: É o dia 29.04.2016, data em que o pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado.

1.1.27. “Dia Útil”: É qualquer dia, que não seja sábado, domingo ou feriado municipal nas cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, ou Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou que, por qualquer motivo, não haja expediente bancário nas cidades de São Paulo, Estado de São Paulo, ou Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.1.28. “Edital”: tem o significado atribuído na **Cláusula 5.1.2.4** deste Plano.

1.1.29. “Estaleiros”: São os seguintes estaleiros brasileiros ou empresas do mesmo grupo econômico (afiliadas, controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum) contratados, direta ou indiretamente, para a construção e entrega das sondas objeto do Projeto Sondas: (i) Estaleiro Atlântico Sul (EAS); (ii) Estaleiro BrasFels; (iii) Estaleiro Enseada Indústria Naval (EEP); (iv) Estaleiro Jurong Aracruz (EJA); e (v) Estaleiro Rio Grande (ERG).

1.1.30. “FIP Sondas”: É o Fundo de Investimentos em Participações Sondas, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 12.396.426/0001-95, administrado pela Caixa Econômica Federal, instrumento de controle da Sete Brasil.

1.1.31. “FGCN”: É o Fundo de Garantia para a Construção Naval, criado pela Lei 11.786 de 25 de setembro de 2008, administrado pela Caixa Econômica Federal.

1.1.32. “Grupo Sete”: São, em conjunto, as Recuperandas, a Sete Finco, a Sete Netherlands I, a Sete Netherlands II e as SPEs Sete.

1.1.33. “Homologação Judicial do Plano”: É a decisão judicial proferida pelo Juízo da Recuperação que concede a Recuperação Judicial, nos termos do artigo 58, *caput* e/ou §1º da Lei de Falências. Para os efeitos deste Plano, considera-se que a Homologação Judicial do Plano ocorre na data da publicação, no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, da decisão concessiva da Recuperação Judicial.

1.1.34. “Juízo da Recuperação”: É o Juízo da 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.1.35. “Laudo”: É o laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos das Recuperandas (**Anexo I**).

1.1.36. “Lei de Falências”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.37. “Lista de Credores”: É a lista de credores publicada pelo Administrador Judicial ou pelas Recuperandas, na forma do art. 39 da Lei de Falências, conforme alterada por decisões

supervenientes, liminares ou definitivas, e pedidos de reservas, quanto ao valor, classificação e natureza dos Créditos, proferidas pelo Juízo da Recuperação.

1.1.38. “Plano”: É este plano de recuperação judicial, conforme aditado, modificado ou alterado de tempos em tempos.

1.1.39. “Petrobras”: É a Petróleo Brasileiro S.A., sociedade anônima inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01, com sede na Av. República do Chile, n.º 65, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.1.40. “Projeto Sondas”: É o projeto para a construção e afretamento de sondas de perfuração de petróleo capazes de atuar em águas ultra-profundas e com conteúdo local, para atender à demanda da Petrobras na exploração do pré-sal brasileiro.

1.1.41. “Recuperação Judicial”: É este processo de recuperação judicial autuado sob nº 0142307-13.2016.8.19.0001, em curso perante o Juízo da Recuperação.

1.1.42. “Recuperandas”: São, em conjunto, a Sete Brasil, a Sete Investimentos 1, a Sete Investimentos 2, a Sete Holding, a Sete International One e a Sete International Two.

1.1.43. “Recursos Novos”: São quaisquer recursos novos que as Recuperandas obtenham no curso da Recuperação Judicial, os quais serão considerados extraconcursais, inclusive em caso de superveniência de falência das Recuperandas, na forma dos artigos 66, 67, 84, inciso V e 149 da Lei de Falências e demais disposições legais aplicáveis.

1.1.44. “Regra de Pagamento”: É a ordem e forma de alocação da receita auferida pelo Grupo Sete, conforme previsto na **Cláusula 5.5**.

1.1.45. “Reunião de Credores”: É a reunião de Credores para deliberação sobre os assuntos previstos neste Plano, cuja convocação, instalação e deliberação observará a **Cláusula 7ª**.

1.1.46. “Sete Brasil”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.47. “Sete Finco”: É a Sete Finco GMBH, sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Áustria, com sede em Viena, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.916.518/0001-35.

1.1.48. “Sete International One”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.49. “Sete International Two”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.50. “Sete Investimentos 1”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.51. “Sete Investimentos 2”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.52. “Sete Holding”: Tem o significado atribuído no preâmbulo deste Plano.

1.1.53. “Sete Netherlands I”: É a Sete Netherlands I B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.882.891/0001-85.

1.1.54. “Sete Netherlands II”: É a Sete Netherlands II B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.384.595/0001-69.

1.1.55. “Sonda”: É a unidade de perfuração projetada, construída e fornecida por um dos Estaleiros, de acordo com as especificações constantes no respectivo Contrato de EPC, incluindo equipamentos a ela incorporados ou a serem incorporados.

1.1.56. “SPE Arpoador”: É a Arpoador Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.839/0001-99.

1.1.57. “SPE Boipeba”: É a Boipeba Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.248/0001-76.

1.1.58. “SPE Botinas”: É a Botinas Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.245/0001-32.

1.1.59. “SPE Bracuhy”: É a Bracuhy Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.242/0001-07.

1.1.60. “SPE Camburi”: É a Camburi Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.252/0001-34.

1.1.61. “SPE Cassino”: É a Cassino Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.258/0001-01.

1.1.62. “SPE Comandatuba”: É a Comandatuba Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.251/0001-90.

1.1.63. “SPE Copacabana”: É a Copacabana Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.838/0001-44.

1.1.64. “SPE Curumim”: É a Curumin Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.259/0001-56.

1.1.65. “SPE Frade”: É a Frade Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.241/0001-54.

1.1.66. “SPE Grumari”: É a Grumari Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.841/0001-68.

1.1.67. “SPE Guarapari”: É a Guarapari Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.955.195/0001-38.

1.1.68. “SPE Ipanema”: É a Ipanema Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.837/0001-08.

1.1.69. “SPE Interlagos”: É a Interlagos Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.249/0001-10.

1.1.70. “SPE Itaoca”: É a Itaoca Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.253/0001-89.

1.1.71. “SPE Itapema”: É a Itapema Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.250/0001-45.

1.1.72. “SPE Itaunas”: É a Itaunas Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.254/0001-23.

1.1.73. “SPE Joatinga”: É a Joatinga Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 16.824.145/0001-47.

1.1.74. “SPE Leblon”: É a Leblon Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.840/0001-13.

1.1.75. “SPE Leme”: É a Leme Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.836/0001-55.

1.1.76. “SPE Mangaratiba”: É a Mangaratiba Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.244/0001-98.

1.1.77. “SPE Marambaia”: É a Marambaia Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.621.836/0001-55.

1.1.78. “SPE Ondina”: É a Ondina Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.246/0001-87.

1.1.79. “SPE Pituba”: É a Pituba Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.247/0001-21;

1.1.80. “SPE Portugal”: É a Portugal Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.243/0001-43.

1.1.81. “SPE Salinas”: É a Salinas Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.260/0001-80.

1.1.82. “SPE Sahy”: É a Sahy Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.256/0001-12.

1.1.83. “SPE Siri”: É a Siri Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.266.255/0001-78.

1.1.84. “SPE Urca”: É a Urca Drilling B.V., sociedade limitada constituída de acordo com as leis da Holanda, com sede formal na Koningin Julianaplein 10, 11º andar, 2595, Haia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.925.426/0001-60.

1.1.85. “SPEs Continuadas”: Tem o significado atribuído na **Cláusula 5.1.1** abaixo.

1.1.86. “SPEs Descontinuadas”: São as SPEs que não atendem aos requisitos estabelecidos na **Cláusula 5.1.1**, razão pela qual as Sondas cuja construção foi por elas contratadas poderão ser descontinuadas, observadas as regras de governança de cada uma dessas SPEs.

1.1.87. “SPEs Sete”: São as sociedades de propósito específico constituídas no âmbito do Projeto Sondas, a saber: SPE Arpoador; SPE Botinas; SPE Boipeba; SPE Bracuhy; SPE Camburi; SPE Cassino; SPE Comandatuba; SPE Copacabana; SPE Curumim; SPE Frade; SPE Grumari; SPE Guarapari; SPE Ipanema; SPE Itaoca; SPE Interlagos; SPE Itapema; SPE Itaunas; SPE Joatinga; SPE Leblon; SPE Leme; SPE Mangaratiba; SPE Marambaia; SPE Ondina; SPE Pituba; SPE Portugal; SPE Salinas; SPE Saly; SPE Siri; e SPE Urca.

1.1.88. “Sócios B”: São as sociedades não pertencentes ao Grupo Sete, mas que detêm participação minoritária nas SPEs Sete, e cujos grupos societários são também titulares, dentre outras, das obrigações de operação das sondas detidas pelas SPEs Sete. São Sócios B as seguintes sociedades, com as respectivas participações nas SPEs Sete: (i) Seaworthy Investment GmbH (SPE Comandatuba e SPE Itapema, as quais, em conjunto com as SPE Cassino, SPE Curumim e SPE Salinas, possuem como operador a Atlas Serviços de Perfuração S.A.); (ii) Neptune Drilling Coöperatief U.A. (SPE Boipeba, SPE Botinas, SPE Interlagos, SPE Ondina e SPE Pituba, as quais possuem como operador a Odebrecht Óleo e Gás S.A.); (iii) Odjfell Galvão B.V. (SPE Guarapari, SPE Itaoca e SPE Siri, as quais possuem como operador a Odjfell Galvão Perfuração Ltda.); (iv) Petrobras Netherlands B.V. (SPE Arpoador, SPE Copacabana, SPE Grumari, SPE Ipanema, SPE Leblon, SPE Leme e SPE Marambaia, sendo a própria Petrobras Netherlands B.V. a operadora); (v) Domain Marine Coöpertief U.A. (SPE Frade e SPE Portugal, tendo como operadora a Petroserv S.A.); (vi) Angra Participações B.V. (SPE Bracuhy, SPE Mangaratiba e SPE Urca, as quais possuem como operador a Queiroz Galvão Óleo e Gás S.A.); e (vii) Seabras Rig Holding GmbH (SPE Camburi, SPE Itaunas e SPE Sahy, as quais possuem como operadora a Seadrill Serviços de Petróleo Ltda.).

1.1.89. “Terceiros”: Pessoas, físicas ou jurídicas, que detenham créditos contra a Sete Finco, Sete Luxembourg, Sete Netherlands I, Sete Netherlands II, Sete S.A.R.L., SPEs Sete e/ou os Sócios B (neste caso, no âmbito do Projeto Sondas), e que aceitem aderir e submeter os seus créditos aos efeitos deste Plano, nos termos e condições aprovados pelas Recuperandas.

1.1.90. “Valor Mínimo”: É o valor mínimo para alienação de cada UPI SPE Continuada, nos termos previstos na **Cláusula 5.1.2.2** deste Plano.

1.1.91. “UPI SPE Continuada”: É, individualmente, cada Unidade Produtiva Isolada na qual serão concentradas as participações societárias, detidas pelo Grupo Sete ou a ele transferidas pelo respectivo Sócio B, em cada SPE Continuada cuja alienação pretenderem realizar as Recuperandas, na forma deste Plano, sem que o adquirente suceda as Recuperandas em quaisquer dívidas e obrigações das Recuperandas ou da respectiva SPE Continuada, cujos Credores aderirem a este Plano, nos termos do artigo 60 da Lei de Falências.

1.2. Cláusulas e Anexos. Exceto se especificado de forma diversa, todas as Cláusulas e Anexos mencionados neste Plano referem-se a cláusulas e anexos deste Plano. Referências a cláusulas ou itens deste Plano referem-se também às respectivas subcláusulas e subitens.

1.2.1. Títulos. Os títulos dos Capítulos e das Cláusulas deste Plano foram incluídos exclusivamente para referência e não devem afetar sua interpretação ou o conteúdo de suas previsões.

1.2.2. Termos. Os termos “incluem”, “incluindo” e termos similares devem ser interpretados como se estivessem acompanhados da expressão “mas não se limitando a”.

1.2.3. Referências. As referências a quaisquer documentos ou instrumentos incluem todos os respectivos aditivos, consolidações e complementações, exceto se de outra forma expressamente previsto neste Plano.

1.2.4. Disposições Legais. As referências a disposições legais e leis devem ser interpretadas como referências a essas disposições tais como vigentes nesta data ou em data que seja especificamente determinada pelo contexto.

1.2.5. Prazos. Todos os prazos previstos neste Plano serão contados na forma determinada no artigo 132 do Código Civil, desprezando-se o dia do começo e incluindo-se o dia do vencimento. Quaisquer prazos deste Plano (sejam contados em Dias Úteis ou não) cujo termo final caia em um dia que não seja um Dia Útil, serão automaticamente prorrogados para o Dia Útil imediatamente posterior.

2. Considerações Gerais

2.1. Histórico.

A Sete Brasil foi criada pela Petrobras para atender sua demanda de afretamento de sondas para a exploração de petróleo no pré-sal brasileiro. Teve sua origem no chamado “Projeto Sondas”, que nasceu e se desenvolveu em consequência da descoberta de grande quantidade de óleo, armazenado na camada de pré-sal.

O auspicioso evento inaugurou uma nova fase da produção de petróleo no Brasil. A Petrobras, principal exploradora desses campos, viu-se diante da necessidade de afretar uma quantidade significativa de sondas, para retirar o petróleo das camadas mais profundas.

Por se situarem em profundidade extraordinária, as acumulações do pré-sal impunham o uso de sondas específicas, aptas a perfurar petróleo acumulado em pontos abissais. Só esses sofisticados equipamentos alcançam os depósitos localizados em águas qualificadas como “ultraprofundas”.

Com fundamento no art. 2º, inciso X, da Lei nº 9.478, de 06.8.1997 (conhecida como “Lei do Petróleo”), a ANP exige dos licitantes, como foi o caso da Petrobras, em processos de concorrência para a exploração de campos de petróleo, que observem um conteúdo local mínimo em suas atividades exploratórias de petróleo, a fim de estimular o desenvolvimento de indústria nacional, sob pena de pesadas multas contratuais. Portanto, para cumprir a lei, a Petrobras tem que afretar sondas construídas no território nacional.

Nesse contexto, foi tomada uma decisão de Estado de criação de um programa de fomento à construção desses equipamentos no Brasil, incentivando o desenvolvimento da indústria naval do país.

Ocorre que exploração de petróleo e afretamento de sondas são negócios diferentes, explorados normalmente por empresas distintas. Sondas de exploração petrolífera para águas profundas são equipamentos altamente sofisticados, com elevadíssimo custo de construção e de manutenção. Não interessava à Petrobras, portanto, ser proprietária das sondas.

O modelo de afretamento adotado pela Petrobras — e por todo o mercado de empresas de igual porte — busca diminuir a exposição financeira da companhia no que se refere à construção e manutenção das sondas, trocando um alto e concentrado custo de capital (CAPEX) por uma despesa operacional (OPEX) alongada no tempo e mais atrelada à receita futura advinda da exploração de petróleo.

Diante disso, resolveu a Petrobras estimular empresas brasileiras a explorar esse mercado de construção e operação de sondas, até então dominado quase que exclusivamente por empresas estrangeiras. Teve início, então, o “Projeto Sondas”.

Em um primeiro momento, mais especificamente em outubro de 2010, antes da criação da Sete Brasil, a Petrobras, por meio de sua subsidiária Petrobras Netherlands B.V. (“PNBV”) licitou a contratação de 7 sondas (“Primeiro Sistema”), já que o Projeto Sondas ainda estava em fase embrionária e integrava a estrutura corporativa da própria Petrobras. Essa licitação — que não contou com a participação da Sete Brasil — foi conduzida pela Petrobras e vencida pelo Estaleiro Atlântico Sul – EAS. Os direitos e obrigações desses contratos foram transferidos pela PNBV, o que era permitido pelo processo licitatório, a uma de suas então afiliadas, a Sete International One.

Em dezembro de 2010, houve a criação da Sete Brasil a qual, posteriormente, adquiriu 100% das ações da Sete International One.

Em 03.6.11, a Petrobras, seguindo as regras do Decreto nº 2.745, de 24.8.98 (“Aprova o Regulamento do Procedimento Licitatório Simplificado da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, previsto no art. 67 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997”) divulgou Convite Internacional, chamando interessados para a apresentação de propostas para o afretamento e operação de mais 21 sondas (o “Segundo Sistema”), o que demonstrava a escala de ambição do programa desenhado pela Petrobras.

A Sete Brasil sagrou-se vencedora dessa licitação, passando a ser uma empresa umbilicalmente ligada à Petrobras, não só pelo vínculo societário que as relaciona, o qual lhe garante ingerências relevantes na governança da Companhia, mas também do ponto de vista comercial.

2.2. Estrutura Societária do Grupo Sete.

Após a conclusão do processo licitatório internacional conduzido pela Petrobras, a Sete Brasil passou a ter o direito de afretar à Petrobras 28 (vinte e oito) sondas, sendo 7 (sete) resultantes do chamado

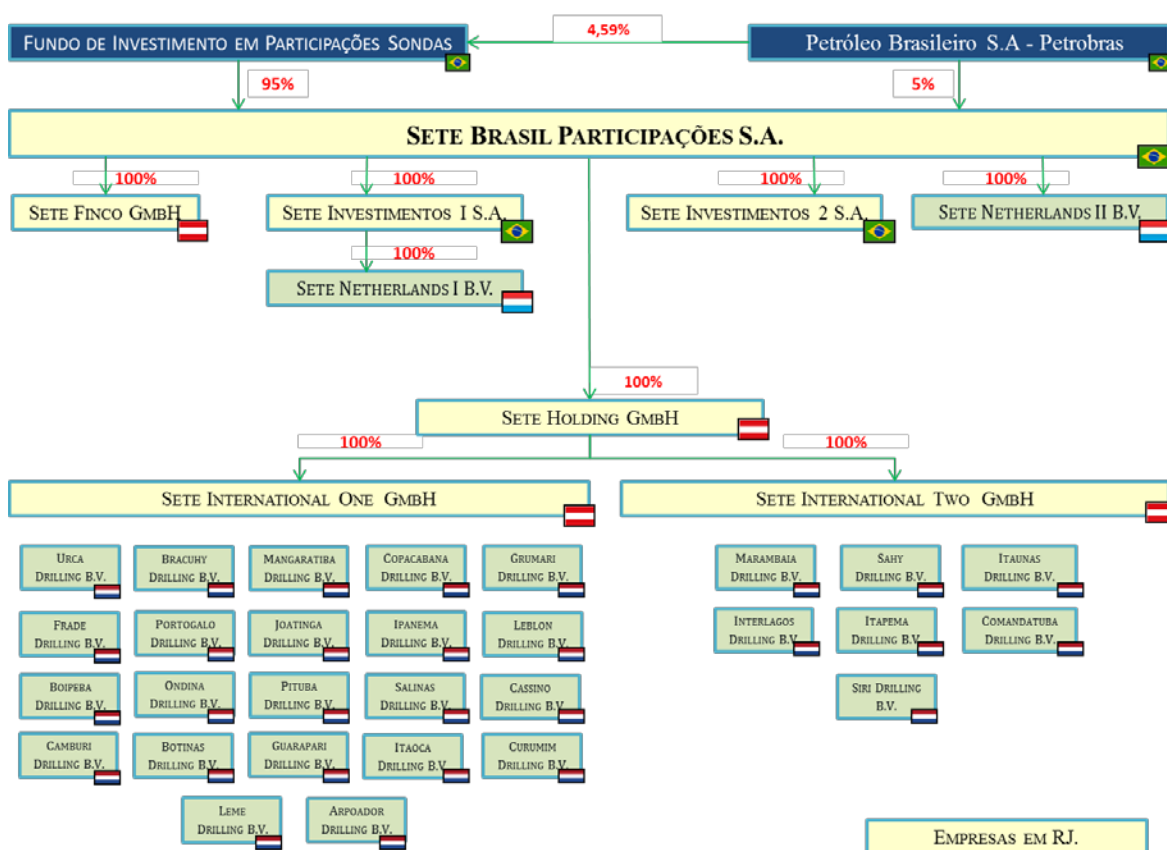
“Primeiro Sistema”, e 21 (vinte e uma) como consequência do processo de licitação internacional acima mencionado, denominadas “Segundo Sistema”.

Para atender aos contratos do Segundo Sistema, a Sete Brasil, por meio de suas subsidiárias, formalizou, noutra ponta, os contratos de construção das 21 sondas que seriam, posteriormente, afretadas pela Petrobras. Foram contratados os Estaleiros, que desenvolvem suas atividades no Brasil, justamente para atender à obrigação de conteúdo local imposta pela Petrobras e garantir grande benefício ao mercado naval brasileiro.

Para cada sonda foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), que tem como sócios a Sete International One ou Sete International Two, com participação que varia entre 70% e 85% do capital social, e um terceiro, designado Sócio B, com experiência na operação das sondas *offshore*, a quem cabe o percentual restante.

Com a estrutura criada, as SPEs Sete são as proprietárias das sondas cuja construção foi contratada junto aos Estaleiros, e que são objeto dos Contratos de Afretamento, ambos ativos essenciais à recuperação do Grupo Sete.

Veja-se o organograma atual do grupo:



2.3. Razões da Crise. Conforme amplamente exposto no âmbito da Recuperação Judicial, as Recuperandas e as SPEs Sete enfrentam as consequências de uma série de fatores adversos, alheios ao controle do Grupo Sete, que culminaram em uma crise de liquidez.

Como dito, o objetivo do Projeto Sondas, além de garantir à Petrobras meios de explorar o petróleo existente na camada do pré-sal (uma produção esperada de 27 bilhões de barris de petróleo), era o de corporificar uma política do Governo Federal de estimular desenvolvimento do mercado naval

brasileiro, com a internalização do *know-how* desse mercado, a especialização da mão de obra brasileira e a criação de aproximadamente 150 mil empregos, diretos e indiretos. Ao utilizar-se primordialmente da mão de obra nacional, trazendo do estrangeiro a expertise e ensinando-a aos trabalhadores brasileiros, o Projeto Sondas mantém no Brasil os investimentos, a tecnologia, a infraestrutura, os tributos e o enorme e vantajoso crescimento econômico dele decorrente.

Por sua relevância para o Brasil, o Projeto Sondas contava, desde a sua concepção, com a previsão de apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, de quem adviria parte substancial dos recursos necessários à sua implementação.

Obviamente, um projeto dessa magnitude, desenvolvido em qualquer parte do planeta, dependeria, como de fato ainda depende, de uma linha de financiamento de longo prazo, tal qual a inicialmente prevista pelo BNDES. No caso específico da Sete Brasil, o modelo de negócio original considerava que 75% (setenta e cinco por cento) do projeto seriam financiados com as linhas de crédito de longo prazo.

Confiando nesse financiamento de longo prazo os acionistas investiram pesados recursos no Grupo Sete, da ordem de R\$ 8,3 bilhões, e os bancos se dispuseram a fornecer os recursos de curto e médio prazos, os quais seriam liquidados quando da contratação dos financiamentos de longo prazo.

As negociações com o BNDES para a concessão do financiamento foram difíceis, como é natural para projetos desse porte, porém caminhavam. Às vésperas da assinatura dos documentos definitivos para a formalização do financiamento, cresciam as incertezas acerca das irregularidades levantadas no âmbito de alguns projetos da Petrobras. Na véspera da assinatura dos contratos de financiamento a serem celebrados com o BNDES, tornou-se público o conteúdo do Termo de Colaboração Premiada celebrado por Pedro Barusco, ex-Gerente de Serviços da Petrobras e ex-Diretor da Sete Brasil indicado pela Petrobras, com o Ministério Público Federal, que dava conta de um sofisticado esquema de corrupção em prejuízo do Grupo Sete. A situação foi agravada pelo fato de que a Operação Lava Jato também revelou o envolvimento dos Estaleiros no alegado esquema de corrupção.

A partir de então, frustraram-se todos os esforços para a obtenção de financiamentos. A incerteza do mercado quanto às perspectivas futuras na exploração do pré-sal, diante da crise econômica que acometeu a Petrobras, o temor da opinião pública e a revelação da corrupção mudaram os ventos da política governamental, fechando, na ocasião, as portas de todos os possíveis financiamentos para o Projeto Sondas. Ruiu-se assim um pilar essencial do modelo de negócios da Sete Brasil: 75% (setenta e cinco por cento) dos investimentos viriam dessas fontes de financiamento de longo prazo.

Sem acesso a novas linhas de crédito e consequência direta dos fatos divulgados na operação policial —, as Recuperandas viram-se impossibilitadas de compor parte das obrigações assumidas com terceiros, notadamente instituições financeiras.

Adicionalmente às dificuldades na contratação do financiamento de longo prazo, o preço do barril de petróleo em 03.06.2011, quando tudo começou, era de US\$ 115,00, aproximadamente, e com projeção de aumento. Em Janeiro de 2016, chegou a menos de US\$ 30,00, sendo certo que, mais recentemente, está na casa de US\$ 75,00.

Muito embora a Sete Brasil tenha negociado longamente com seus credores e com a própria Petrobras meios para alcançar um acordo, não foi possível obter êxito nas negociações. Diante do cenário de crise econômico-financeira, que agora vivencia o Brasil, aliada à incerteza quanto ao

atingimento de um acordo com relação à reestruturação do Projeto Sondas, não restou outra opção às Recuperandas senão requerer a sua recuperação judicial.

As dificuldades enfrentadas na realização do Projeto Sondas resultaram em litígios envolvendo alguns dos Estaleiros, mais especificamente arbitragens, através das quais se discute, dentre outras matérias, a contribuição dos Estaleiros para o malogro do Projeto Sondas, em razão dos fatos levantados na Operação Lava Jato, bem como obrigações de parte a parte.

Ainda, a Sete Brasil ajuizou ações judiciais contra seus ex-diretores, João Carlos de Medeiros Ferraz, Eduardo Costa Vaz Musa e Pedro Jose Barusco Filho com o objetivo de obter a reversão, à companhia, das quantias por eles indevidamente recebidas de terceiros em decorrência de sua posição como diretores da Sete Brasil, bem como a devolução dos bônus a eles pagos a partir da equivocada premissa de uma atuação proba durante o exercício de seus cargos na companhia.

Para encerrar essa seção é importante enfatizar novamente que a Sete Brasil e todos os agentes que nela investiram, sejam através de aportes de capital ou de financiamentos, foram vítimas dos atos ilícitos revelados pela Operação Lava Jato.

Desde que os referidos atos ilícitos foram revelados pelas investigações policiais, diversas medidas foram adotadas pela nova administração da Sete Brasil para apuração de eventuais outras irregularidades e de adoção de políticas de conformidade que garantam a condução dos negócios da companhia em linha com as melhores práticas de ética corporativa.

Isso significa que a Sete Brasil hoje pode assegurar a seus investidores e financiadores que os lamentáveis episódios revelados no âmbito da Operação Lava-Jato não se repetirão no futuro no âmbito do Projeto Sondas.

2.4. Relacionamento com a Petrobras Em razão do cenário de crise acima exposto e diante da posição da Petrobras como a única cliente do Projeto Sondas, as Recuperandas sempre buscaram compreender os interesses da Petrobras para que fosse possível adequá-los à continuidade do Projeto Sondas.

Nesse contexto, foram realizadas reuniões durante o ano de 2015 com intuito de definir premissas básicas para readequação do Projeto Sondas, tendo a Petrobras manifestado seu interesse em reduzir o portfólio inicialmente contratado de 28 (vinte e oito) para 10 (dez) Sondas. No entanto, as tratativas não evoluíram, tendo sido interrompidas no final do ano de 2015.

Em março de 2016, às vésperas da apresentação do pedido de recuperação judicial, a Sete Brasil foi convidada pela Petrobras para participar de um procedimento de mediação com o objetivo de tratar do Projeto Sondas. Ocorre que a Petrobras exigia, para que se iniciasse o procedimento, a participação não só da Sete Brasil, mas também de todos os seus acionistas e credores. Ciente das dificuldades que tais exigências representavam, a Sete Brasil, em resposta, solicitou que a participação no procedimento ficasse restrita à Sete Brasil e à Petrobras, o que não foi aceito. Após aproximadamente 7 (sete) meses de negociação para a assinatura do termo de mediação, o procedimento foi formalmente encerrado pela Petrobras em 08.11.16, diante da impossibilidade de superar as exigências formuladas pela Petrobras em relação à participação de terceiros na mediação.

Em setembro de 2017, foi iniciada uma nova fase da mediação, sob a condução do Dr. Gustavo Binenbojm, que envolveu apenas a Sete Brasil e a Petrobras, sem a participação dos acionistas das Recuperandas ou dos Credores. No curso dessa negociação a Sete Brasil, buscando viabilizar a continuidade do projeto, ainda que reestruturado, concordou com a persecução das condições

colocadas pela Petrobras. Tais condições foram publicadas ao mercado por meio de um Fato Relevante emitido em 01.03.18, onde foi informado que o Conselho de Administração da Petrobras havia aprovado as bases e condições para a realização de um acordo com a Sete Brasil, a saber:

- (i) Manutenção dos contratos de afretamento e de operação referentes a 4 (quatro) sondas, com a resilição (encerramento) dos contratos celebrados em relação às demais 24 sondas;
- (ii) Alteração da vigência dos contratos remanescentes para 10 anos, com taxa diária de US\$ 299 mil, incluindo-se neste valor o afretamento e operação das unidades;
- (iii) A saída da Petrobras e de suas controladas do quadro societário das empresas do Grupo Sete Brasil e do FIP Sondas, de forma que não detenha mais qualquer participação societária nessa empresa;
- (iv) Distrato de todos os demais contratos que forem considerados “não compatíveis com os termos do acordo”;
- (v) Apresentação, pela Sete Brasil, de operador de sondas de classe internacional e com experiência em águas profundas, em conformidade com os critérios de aprovação da Petrobras;
- (vi) Aprovação, pelos órgãos competentes de ambas as empresas, dos termos e condições finais dos documentos necessários à implementação do acordo.

Diante da intrínseca relação entre a Petrobras e o Projeto Sondas, já que a primeira é a principal cliente das sondas a serem construídas pelo Grupo Sete no bojo do segundo, este Plano prevê os próximos passos para a readequação do Projeto e a alienação das quatro SPEs Sete detentoras das Sondas que atenderão aos interesses imediatos da Petrobras no Projeto. As Recuperandas permanecerão buscando interessados na continuidade da construção ou na aquisição das demais Sondas, enquanto perseguem outras oportunidades comerciais no mercado de petróleo.

3. Ativos. Importante registrar que, não obstante sua crise econômico-financeira, o Grupo Sete possui ativos relevantes, a saber:

- **Participação Societária nas SPEs Sete.**

As Recuperandas possuem participação majoritária em todas as SPEs Sete, na seguinte proporção (“Ações SPEs Sete”):

100%: SPE Joatinga, SPE Salinas, SPE Cassino, SPE Curumim.

85%: SPE Urca, SPE Bracuhy, SPE Mangaratiba, SPE Frade, SPE Portugal, SPE Boipeba, SPE Ondina, SPE Pituba, SPE Botinas, SPE Interlagos, SPE Copacabana, SPE Grumari, SPE Leme, SPE Ipanema, SPE Leblon, SPE Arpoador, SPE Marambaia.

80%: SPE Guarapari, SPE Itaoca, SPE Siri.

75%: SPE Itapema, SPE Comandatuba

70%: SPE Camburi, SPE Sahy, e SPE Itaunas.

- **Sondas**

As SPEs Sete são as proprietárias das Sondas em construção nos Estaleiros, estando atualmente seis dessas Sondas com percentual de avanço físico superior a 65%.

- **Contratos de Afretamento Petrobras**

São também ativos das SPEs Sete (com exceção da SPE Joatinga), essenciais para esta Recuperação Judicial, os 28 Contratos de Afretamento celebrados no âmbito do Projeto Sondas, os quais conferem a elas o direito de afretarem as suas respectivas sondas à Petrobras. Tais Contratos deverão ser reajustados ou distratados para serem readequados às condições comerciais aprovadas pela Petrobras para a reestruturação do Projeto Sondas.

- **Outros Ativos**

Também constituem ativos das Recuperandas as indenizações porventura auferidas em decorrência dos processos judiciais e das arbitragens já iniciados ou que venham a se iniciar contra terceiros que tenham causado prejuízos às Recuperandas e/ou às SPEs Sete, em razão, dentre outras, dos atos ilícitos que são objeto de investigação pelo Ministério Público Federal, no âmbito da “Operação Lava Jato” (“Ativos Litigiosos”).

Ainda não é possível quantificar os Ativos Litigiosos de forma segura, em razão das naturais incertezas inerentes aos resultados de disputas dessa natureza.

Os recursos auferidos com os Ativos Litigiosos serão destinados ao pagamento dos Credores, no todo ou em parte, na forma deste Plano, na forma da **Cláusula 5.5.2**.

4. Objetivo e Considerações sobre o Plano. O objetivo deste Plano é permitir que as Recuperandas superem a sua crise econômico-financeira, implementem as medidas cabíveis para sua reorganização operacional, venda de parte de seus ativos e/ou para o recebimento dos Ativos Litigiosos, de modo a preservar os direitos dos Credores e demais interessados, mantendo-as como fonte geradora de empregos e pagadora de tributos.

Para tanto, o presente Plano busca viabilizar a retomada do Projeto Sondas, no todo ou em parte, através da criação de condições para a alienação das Ações SPEs Continuadas, através de UPIs, de maneira que a construção possa ser retomada por terceiros e/ou facilitar a rápida captação de Recursos Novos a serem empregados no custeio das despesas e no desenvolvimento das atividades do Grupo Sete a fim de propiciar a geração de caixa para o pagamento dos Credores.

Este Plano também procura viabilizar o investimento necessário para manutenção das atividades das Recuperandas com o objetivo de receber os Ativos Litigiosos e de perseguir novos projetos, seja mediante o término do desenvolvimento de eventuais SPEs Descontinuadas, para afretamento ou venda a terceiros, ou outras oportunidades de negócios.

5. Visão Geral sobre as Medidas de Recuperação. Em razão da impossibilidade de obtenção de um financiamento de longo prazo para o Projeto Sondas, pelos motivos expostos acima, torna-se necessária a reestruturação do plano de negócios das Recuperandas, de modo a readequá-lo aos melhores interesses do Grupo Sete, observada a realidade atual do mercado de óleo e gás e as condições comerciais estabelecidas na **Cláusula 2.4** acima.

5.1. Reestruturação do Projeto Sondas

5.1.1. Readequação do plano de negócios do Projeto Sondas e alienação das SPEs Continuadas.

Parte essencial da reestruturação do Grupo Sete depende da reestruturação do plano de negócios do Projeto Sondas; a qual contempla, inicialmente, a continuidade do desenvolvimento de 04 (quatro)

sondas através de 04 (quatro) dentre as SPEs Sete, a serem selecionadas de acordo com os critérios abaixo indicados (“SPEs Continuadas”) e a sua subsequente organização em UPIs para alienação a terceiros interessados na forma dos artigos 60 e 142 da Lei de Falências. Para fins de viabilizar a venda, as Recuperandas deverão buscar a consolidação da integralidade das ações das SPEs Continuadas sob sua propriedade. A receita da venda das SPEs será utilizada de acordo com a Regra de Pagamento, na forma deste Plano.

As sondas das SPEs Continuadas serão definidas de acordo com critérios objetivos, tais como:

- (i) Status das Sondas: estágio de avanço físico-financeiro das respectivas obras;
- (ii) Confirmação do investimento remanescente: confirmação, pelos Estaleiros, dos orçamentos relativos ao investimento remanescente para cada Sonda, com maior otimização possível;
- (iii) Capacidade de Entrega: os Estaleiros devem confirmar sua capacidade de entrega de sondas em cronograma compatível com aqueles hoje existentes conforme os respectivos Contratos de Afretamento, conforme aditados, o que será verificado pela Sete Brasil e/ou pelos potenciais adquirentes das UPI SPEs Continuadas, conforme normas e critérios tipicamente utilizados nesta indústria; e
- (iv) Concentração da participação societária da SPE no Grupo Sete: 100% das ações das SPEs Sete deverão ser concentradas nas Recuperandas, para fins de alienação aos terceiros interessados na forma dos artigos 60 e 142 da Lei de Falências, sendo que eventuais obstáculos que impeçam ou retardem essa consolidação poderá ser critério de eliminação de uma respectiva SPE.

5.1.2. Alienação Judicial das UPIs SPEs Continuadas: As Recuperandas deverão alienar a terceiros a totalidade das ações de cada SPE Continuada, organizadas em UPIs individuais. Essa alienação ocorrerá sem sucessão, pelo adquirente, de todas e quaisquer obrigações das Recuperandas, bem como dos Créditos que estejam sujeitos a este Plano dos quais a respectiva SPE Continuada seja também codevedora, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Falências. Serão também exoneradas, por ocasião do pagamento do sinal previsto no item “b” da **Cláusula 5.1.2.4.2** abaixo e desde que apresentada a garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3**, as garantias incidentes sobre a respectiva SPE Continuada.

5.1.2.1 - Consolidação da SPE Continuada no Grupo Sete. Para fins de constituição de cada UPI SPE Continuada, a integralidade das ações da respectiva SPE Continuada deverá ser consolidada no Grupo Sete, mediante a transferência da participação societária hoje detida pelo Sócio B de cada SPE Continuada. Os Credores desde logo autorizam a transferência das ações dessas SPEs ao Grupo Sete, para fins de constituição da UPI e cumprimento deste Plano, desde que, no ato da transferência, o respectivo Sócio B renuncie ao direito de receber qualquer receita decorrente da eventual venda da SPE Continuada, na forma deste Plano.

5.1.2.2 Valor Mínimo. O valor mínimo para alienação de cada SPE Continuada será o valor de avaliação constante do laudo de avaliação da respectiva SPE Sete, de acordo com o laudo que constitui o Anexo I deste Plano.

5.1.2.3 Processo Competitivo. Para viabilizar a venda das UPIs SPEs Continuadas, assegurando que as Recuperandas obtenham a(s) melhor(es) proposta(s); e, ao mesmo tempo, garantindo a ausência de sucessão pelo(s) adquirente(s) em todas e quaisquer obrigações das Recuperandas, a alienação judicial das UPIs SPEs Continuadas deverá ser realizada pelo Juízo da Recuperação, na forma dos artigos 60 e 142 da Lei de Falências.

5.1.2.4 Procedimento do Processo Competitivo. Uma vez definidas as quatro SPEs Continuadas, as Recuperandas farão publicar Edital substancialmente na forma do **Anexo 5.1.2.4**, informando aos interessados a respeito do processo competitivo para alienação das UPIs SPEs Continuadas, bem como estabelecendo as condições mínimas para participação dos interessados (“Edital”), quais sejam:

5.1.2.4.1 Entrega das Propostas Fechadas. Eventuais proponentes que tenham interesse em participar da alienação judicial das UPIs SPEs Continuadas deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do Edital, submeter ao Juízo da Recuperação Judicial, com cópia para o Administrador Judicial, proposta de aquisição da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), em envelope lacrado, que deverá ser acompanhada de: (a) comprovantes de existência e regularidade do proponente, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do proponente; (b) declaração de referência bancária do proponente de pelo menos 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha; (c) carta de fiança bancária emitida em benefício da Sete Brasil, por instituição financeira de primeira linha, ou seguro garantia contratado em benefício da Sete Brasil, com entidade seguradora de primeira linha, no valor de 3% (três por cento) do valor total da proposta e com validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias,, exigível pelas Recuperandas caso a proposta seja declarada vencedora e não seja possível a conclusão da alienação da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), seja porque o proponente não apresentou às Recuperandas a garantia definitiva prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3**, no prazo ali estabelecido, ou por qualquer outro motivo imputável ao proponente; (d) declaração, firmada pelos representantes legais do proponente legalmente autorizados a tanto (inclusive depois de obtidas todas as aprovações societárias porventura necessárias), de que concorda e adere integralmente às cláusulas do Plano e que adotará todas as medidas cabíveis para que sejam cumpridas as suas cláusulas, renunciando expressamente ao direito de questionar a validade ou legalidade do Plano, no todo ou em parte, bem como de recorrer da decisão judicial que homologar o Plano, conforme modelo constante do **Anexo 5.1.2.4.1**; e (e) demais documentos a serem previstos no Edital a que se refere esta **Cláusula 5.1.2.4.1**, sob pena de terem suas propostas sumariamente desconsideradas.

5.1.2.4.1.1. Incidirão sobre a garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.1**, “C”, as mesmas regras estabelecidas nas **Cláusulas 5.1.2.4.3.1** e **5.1.2.4.3.2**.

5.1.2.4.2 Condições Mínimas da Proposta. As propostas para a aquisição das quatro UPIs SPEs Continuadas deverão conter, no mínimo, (a) o valor oferecido pelo proponente para cada UPI SPE Continuada objeto da proposta, em dólares norte-americanos, que poderá ser pago à vista ou a prazo, desde que o pagamento da última parcela não exceda a última data prevista para o início da operação da(s) respectiva(s) Sonda(s), conforme estabelecido nos Contratos de Afretamento das UPIs SPEs Continuadas; (b) o pagamento mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta a título de sinal, não reembolsável em nenhuma hipótese, que deverá ser pago simultaneamente à transferência da propriedade da(s) respectiva(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) e à assinatura e cessão dos Contratos de Afretamento e Serviços com a Petrobras, o que ocorrer por último; (c) as demais condições de pagamento; (d) a obrigação do proponente de apresentar às Recuperandas as garantias previstas na **Cláusula 5.1.2.4.3**; (e) prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e

vinte) dias e (f) indicação de representante pessoa física com endereço eletrônico (e-mail) e endereço físico na cidade do Rio de Janeiro, com poderes para receber intimações e notificações das Recuperandas ou do Juízo da Recuperação relativas à Recuperação Judicial.

5.1.2.4.3 Outorga de Garantias. Todas as propostas deverão, necessariamente e sob pena de desconsideração, conter a obrigação do proponente de outorgar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência da aceitação da proposta, garantia em benefício das Recuperandas, consubstanciada em carta de fiança bancária emitida por instituição financeira de primeira linha e/ou seguro garantia contratado com entidade seguradora de primeira linha, a fim de garantir o pagamento integral do valor total da proposta aceita. O proponente poderá se utilizar de mais de uma carta de fiança e/ou seguro garantia, desde que, em conjunto, as garantias cubram o valor integral da sua proposta, respeitadas as condições abaixo.

5.1.2.4.3.1 Caso o proponente opte por garantir o pagamento de parcela ou da integralidade do valor da proposta por meio de carta de fiança bancária, a instituição financeira garantidora deverá: (i) ser de primeira linha; (ii) estar localizada na República Federativa do Brasil ou com correspondente localizado neste país; e (iii) ter classificação de risco estabelecida por agência de classificação de risco internacionalmente qualificada e reconhecida. Adicionalmente, a carta de fiança bancária deverá indicar o Brasil como local de cumprimento da obrigação.

5.1.2.4.3.2 Caso o proponente opte por garantir o pagamento de parcela ou da integralidade do valor da proposta por meio de seguro garantia, a apólice deverá: (i) ser emitida por seguradora de primeira linha, localizada no Brasil ou com correspondente localizado neste país; (ii) estar de acordo com o modelo aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; (iii) indicar as Recuperandas como beneficiárias do seguro; e (iv) indicar o Brasil como local de cumprimento da obrigação.

5.1.2.4.3.3 A outorga da garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3** será condição indispensável para que as Recuperandas transfiram ao proponente da oferta vencedora a propriedade da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) objeto da proposta antes da quitação integral do preço. As Recuperandas ficam autorizadas a avaliar, de acordo com o seu exclusivo critério, a qualidade e a suficiência das garantias ofertadas pelo proponente, podendo recusar as propostas que, a seu critério, não ofereçam garantia razoável de pagamento integral do preço.

5.1.2.4.3.4 Na hipótese de o(s) proponente(s) vencedor(es) não apresentar(em) às Recuperandas a garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3** no prazo ali estabelecido, poderão as Recuperandas requerer ao Juízo da Recuperação que declare como vencedor(es) o(s) proponente(s) classificado(s) em segundo lugar, em conjunto ou isoladamente, e assim sucessivamente até a regular constituição da garantia. Na hipótese prevista nesta cláusula poderão as Recuperandas exigir do(s) proponente(s) faltoso(s) o pagamento da multa de 3% (três por cento) prevista na **Cláusula 5.1.2.4.1** mediante a execução da garantia prestada pelo proponente para esta finalidade.

5.1.2.4.4 Comparação de Propostas à Vista e a Prazo. Para comparação entre as propostas recebidas, que respeitem as condições mínimas definidas na **Cláusula 5.1.2.4.2** acima, será utilizado o cálculo de valor presente do fluxo de pagamento de cada proposta, incluindo-se o reajuste proposto pelo proponente, utilizando-se como taxa de desconto no cálculo do valor presente a taxa mensal composta equivalente a 10% (dez por cento) ao ano, em dólares norte-americanos.

5.1.2.4.5 Critérios de Qualificação Técnica. Serão consideradas qualificadas as propostas cujos proponentes, e/ou empresas afiliadas, atendam no mínimo aos seguintes requisitos, além de outros eventuais critérios técnicos a serem indicados no Edital: (i) possuam experiência comprovada de, pelo menos, 2.190 (dois mil cento e noventa) dias nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do Edital, de operação de sondas de perfuração com posicionamento dinâmico para operação em lâmina d'água de, no mínimo, 2.000 (dois mil) metros; (ii) não possuam disputas judiciais ou arbitragens contra as sociedades do Grupo Sete ou seus acionistas; e (iii) não possuam bloqueio cautelar ou qualquer outra restrição de atuação junto a órgãos públicos ou a Petrobras.

5.1.2.4.6 Propostas para Aquisição das Quatro UPIs SPEs Continuadas. Os proponentes deverão apresentar propostas que envolvam a aquisição conjunta das quatro UPIs SPEs Continuadas. Alternativamente, poderão apresentar propostas que envolvam a aquisição de no mínimo duas das quatro UPIs SPEs Continuadas, desde que as UPIs SPEs Continuadas objeto da sua proposta estejam em construção no mesmo estaleiro. Os proponentes que apresentarem propostas para a aquisição de apenas duas UPIs SPEs Continuadas somente terão direito à aquisição das UPIs SPEs Continuadas objeto da proposta se confirmada a aceitação de proposta válida e a efetiva transferência de propriedade das demais UPIs SPEs Continuadas remanescentes em favor de outro proponente, e desde que o somatório de ambas as propostas seja superior às demais ofertas apresentadas, individualmente ou em conjunto.

5.1.2.4.7 Abertura das Propostas Fechadas. As propostas fechadas serão abertas pelo Juízo da Recuperação em dia, hora e local a serem designados quando da publicação do Edital, sendo que a alienação da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) dar-se-á pelo(s) maior(es) valor(es) totais auferidos pelas Recuperandas, ainda que decorrentes de mais de uma proposta, observadas as condições desta **Cláusula 5.1.2.4**. As Recuperandas deverão submeter ao Juízo da Recuperação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da abertura da(s) proposta(s) a classificação final dos proponentes, devidamente fundamentada.

5.1.2.4.8 Devolução das Garantias. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da garantia definitiva pelo(s) proponente(s) declarado(s) vencedor(es), conforme estabelecido na **Cláusula 5.1.2.4.3**, as Recuperandas deverão restituir aos demais proponentes o instrumento de garantia apresentado juntamente com a(s) proposta(s) perdedora(s) previsto no item "c" da **Cláusula 5.1.2.4.1**.

5.1.2.4.9 Aceitação de Propostas Inferiores. Na hipótese de só serem apresentadas propostas com valores inferiores à soma do Valor Mínimo das UPI SPE Continuada ou que não contemplem, em conjunto ou individualmente, a aquisição das quatro UPIs SPEs

Continuadas, as Recuperandas deverão convocar uma Reunião de Credores, em até (trinta) dias a contar da data da abertura das propostas pelo Juízo da Recuperação, para deliberar sobre:

- (i) a aceitação de eventuais propostas inferiores à soma do Valor Mínimo das SPEs Continuadas em questão ou em quantidade inferior à totalidade das UPIs SPEs Continuadas; ou
- (ii) a rejeição das propostas, com a manutenção das SPEs Continuadas com as Recuperandas, e a sua subsequente destinação, a ser deliberada pelos Credores, em Reunião de Credores.

5.2. Obtenção de Recursos Novos. Para permitir a implementação deste Plano, as Recuperandas poderão obter novos financiamentos ou aporte de recursos, nos termos dos Artigos 67, 84 e 149 da Lei de Falências.

5.2.2. Extraconcursalidade dos Recursos Novos. Os Recursos Novos serão considerados extraconcursais em caso de superveniência de falência das Recuperandas, na forma dos artigos 66, 67, 84, inciso V e 149 da Lei de Falências e demais disposições legais aplicáveis, devendo ser pagos com precedência sobre todos os Créditos, observados os limites legais e os termos e condições deste Plano.

5.2.3. Meios de obtenção de Recursos Novos. Os Recursos Novos poderão ser obtidos por qualquer meio disponível no mercado, conforme negociação com as fontes de recursos, inclusive:

- (i) Celebração de contratos de mútuo, ou qualquer outra modalidade de crédito que atenda os interesses das Recuperandas, desde que em bases comutativas e resguardados os limites impostos pela Recuperação Judicial, pela Lei de Falências e por este Plano; e/ou
- (ii) Emissão de debentures, ou qualquer outra modalidade de título de dívida que atenda aos interesses das Recuperandas, desde que em bases comutativas e observadas as disposições da Lei de Falências e deste Plano;
- (iii) Emissão de novas ações, ordinárias ou preferenciais, debêntures conversíveis, bônus de subscrição, partes beneficiárias, títulos híbridos ou qualquer outra modalidade de certificados ou *securities* que garantam participação no capital ou nos lucros das Recuperandas ou em outras sociedades do Grupo Sete, desde que em bases comutativas e resguardados os limites impostos pela Recuperação Judicial, pela Lei de Falências e por este Plano.

5.2.4. Benefícios dos Recursos Novos. A obtenção dos Recursos Novos poderá ser formalizada através de um ou mais instrumentos e todos os Recursos Novos terão, na forma prevista neste Plano, senioridade e prioridade absoluta em relação aos Créditos.

A obtenção de Recursos Novos deverá ser aprovada em Reunião de Credores, na qual deverá ser autorizada a assinatura do respectivo instrumento de captação dos Recursos Novos, bem como a constituição de novas garantias reais, fidejussórias ou fiduciárias em benefício dos Recursos Novos, conforme previsto na **Cláusula 5.2.3.**

5.3. Celebração de Acordos nas SPEs Descontinuadas. As Recuperandas envidarão os seus melhores esforços para obter um acordo com os Estaleiros das SPEs Descontinuadas, em termos que envolvam: (i) dação em pagamento dos equipamentos e materiais porventura adquiridos para a construção das sondas, bem como da própria estrutura da sonda da respectiva SPE Descontinuada, no seu estágio atual de construção; e (ii) quitação dos pleitos e pedidos de indenização porventura existentes entre as partes. A celebração de acordos com os Estaleiros das SPEs Descontinuadas deverá ser submetida à autorização dos Credores em Reunião de Credores, na forma da **Cláusula 7ª** abaixo. Os créditos porventura reconhecidos em favor dos Estaleiros das SPEs Descontinuadas decorrente da celebração dos acordos previstos nesta cláusula não poderão aderir a este Plano, exceto se expressamente aprovada a adesão em Reunião de Credores.

5.3.1. Desmobilização das SPEs Descontinuadas. Uma vez realizados acordos nos termos da **Cláusula 5.3** acima com o Estaleiro fornecedor da respectiva SPE Descontinuada, e observadas as regras de governança aplicáveis, as Recuperandas adotarão as medidas necessárias para a formalização da extinção dessa SPE junto ao seu país de origem, ficando, a partir da aprovação deste Plano, desde logo autorizadas a praticar quaisquer atos para esses fins.

5.4. Alienação de Bens do Ativo Permanente. As Recuperandas poderão promover a alienação e oneração de quaisquer outros bens que integrem seu ativo permanente e que não estejam regidos individualmente neste Plano, para a obtenção dos recursos novos e/ou liquidação de passivos concursais e/ou das SPEs Sete, desde que a soma do valor de cada alienação não seja superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

5.4.1. A alienação de bens do ativo permanente das Recuperandas que superem o montante referido acima deverá ser aprovada pelos Credores em Reunião de Credores, na forma da **Cláusula 7ª** abaixo e os recursos decorrentes dessa alienação deverão ser utilizados de acordo com a Regra de Pagamento.

5.5. Destinação de Recursos: As receitas auferidas pelas Recuperandas na implementação deste Plano serão alocadas de acordo com os critérios abaixo (“Regra de Pagamento”).

5.5.1. Recursos da alienação das UPIs SPEs Continuadas: Os valores recebidos em decorrência da alienação judicial de cada UPI SPE Continuada serão alocados da seguinte forma: prioritariamente às Recuperandas, observado o limite máximo total de R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais)], considerando-se todos os valores recebidos na alienação de todas as UPIs SPEs Continuadas. O valor restante será integralmente destinado ao pagamento dos Credores e serão divididos igualmente entre os credores quirografários e com garantia real, proporcionalmente ao valor de cada Crédito, conforme constante no Quadro Geral de Credores homologado, observadas eventuais adesões de Terceiros, adesão de Créditos Extraconcursais dos Credores Concursais, e eventuais habilitações retardatárias de crédito, na forma da **Cláusula 6.1.4**, excluídos os Créditos Trabalhistas e os créditos dos Credores que optarem pelo pagamento previsto na **Cláusula 6.3**.

5.5.2. Recursos dos Ativos Litigiosos: Os valores recebidos em decorrência dos Ativos Litigiosos serão alocados observada a proporção de 80% (oitenta por cento) para pagamento aos Credores e 20% (vinte por cento) para as Recuperandas, observado o disposto na **Cláusula 10.5.1** abaixo.

5.5.3. Demais Recursos. Os eventuais recursos auferidos pelo Grupo Sete em decorrência da celebração de um acordo entre a SPE Descontinuada e o Estaleiro responsável pelo desenvolvimento da sua respectiva Sonda, bem como outros recursos decorrentes de atividades operacionais ou da venda de ativos não mencionados especificamente neste Plano; serão alocados observada a

proporção de 80% (oitenta por cento) para pagamento dos Credores e 20% (vinte por cento) para as Recuperandas, observado o disposto na **Cláusula 10.5.1** abaixo.

5.6. Standstill Grupo Sete. No ato da aprovação deste Plano, e desde que estejam sendo cumpridas as obrigações nele previstas, pelas Recuperandas, os Credores concordam em não praticar, durante 6 (seis) meses, quaisquer atos para exigir os seus Créditos do Grupo Sete, no Brasil ou em qualquer outra jurisdição, uma vez que tal compromisso é necessário para viabilizar a adoção das medidas previstas neste Plano e a reestruturação das atividades do Grupo Sete.

5.6.1. Mediante solicitação das Recuperandas, os Credores, reunidos em Reunião de Credores, poderão autorizar a prorrogação do prazo previsto nesta **Cláusula 5.6**.

5.6.2. Adicionalmente, a aprovação dos itens descritos na **Cláusula 5.8** abaixo em Reunião de Credores resultará na automática prorrogação do prazo previsto nesta **Cláusula 5.6** pelo prazo necessário para implementação daqueles itens, o qual não poderá ser superior a 6 (seis) meses.

5.6.3. Caso algum credor do Grupo Sete que não esteja vinculado a esta recuperação judicial proponha alguma medida judicial pleiteando a declaração de insolvência ou execução de bens de qualquer das SPEs Sete, o Standstill deixará de vigorar com relação a essa SPE Sete, ficando os Credores livres para ajuizar quaisquer medidas de proteção ou excussão dos ativos dessa SPE Sete que tenham sido dados em garantia dos seus Créditos, sem prejuízo dos demais direitos e obrigações previstas neste Plano.

5.7. Reestruturação Societária. As Recuperandas deverão promover a reestruturação societária do Grupo Sete e/ou da Sete Brasil que for necessária e/ou conveniente, a ser obrigatoriamente aprovada em Reunião de Credores, de forma a obter a estrutura societária mais adequada e eficiente para, dentre outros: (i) o cumprimento deste Plano, com conseqüente pagamento dos Credores na forma aqui prevista; (ii) o desenvolvimento de suas atividades, inclusive para manutenção das atividades técnicas e administrativas do Grupo Sete, (iii) obtenção de financiamentos, e (iv) alienação de ativos, sempre no melhor interesse das Recuperandas, seus Credores e visando ao sucesso da Recuperação Judicial.

5.7.1. Caso se verifique que não é conveniente a reestruturação societária do Grupo Sete para dar cumprimento a este Plano, as Recuperandas deverão solicitar uma dispensa da sua realização aos Credores, em Reunião de Credores, na forma da **Cláusula 7ª** abaixo.

5.8. Reestruturação de Dívidas. Para que o Grupo Sete possa alcançar o seu soerguimento financeiro e operacional é indispensável a reestruturação das dívidas contraídas perante os seus Credores, mediante aprovação dos Credores em Reunião de Credores, que poderá ocorrer por meio de (i) realocação dos passivos em novas entidades, cessão de créditos ou assunção de débitos entre as entidades existentes e/ou o perdão de parcela dos Créditos, ou qualquer outra operação que tenha resultado análogo ao perdão, (ii) constituição de sociedade de credores, (iii) concessão de prazos e condições especiais de pagamento para suas obrigações vencidas e vincendas ou (iv) conversão das dívidas em novas formas de participação nas receitas das Recuperandas ou de qualquer outra sociedade do Grupo Sete, entre outros.

5.8.1. As Recuperandas submeterão à aprovação dos Credores, em Reunião de Credores propostas para a reestruturação financeira dos Créditos, com prazo de implementação não superior a 6 (seis) meses, com o objetivo de consolidar, total ou parcialmente, os Créditos em um ou mais veículos, nacionais e/ou estrangeiros, já existentes ou constituídos para essa finalidade, em substituição às

dívidas originalmente contratadas, observadas as restrições regulatórias de cada Credor, garantindo o tratamento paritário dos Credores, na forma deste Plano e da Lei de Falências.

5.8.2. A proposta de reestruturação financeira dos Créditos deverá ser submetida à aprovação dos Credores, em Reunião de Credores, no prazo de 6 (seis) meses contados da Homologação Judicial do Plano.

5.8.3 A proposta de reestruturação financeira dos Créditos a ser submetida pelas Recuperandas à aprovação dos Credores deverá ter como objetivo repassar integralmente aos Credores os recursos auferidos com a alienação das UPIs SPEs Continuadas, observada a Regra de Pagamento.

5.8.4. Caso a reestruturação financeira prevista na **Cláusula 5.8** ou a reestruturação societária prevista na **Cláusula 5.7** impliquem a realocação parcial ou integral da responsabilidade pelo pagamento dos Créditos em novas entidades (por qualquer meio, inclusive, mas não limitado à assunção de dívida, cessão de créditos, cisão ou securitização), as Recuperandas deverão fornecer garantias aos Credores, aprovadas em Reunião de Credores, suficientes para garantir os Créditos no montante ainda devido, após o eventual deságio nos termos da **Cláusula 5.8.1** acima.

5.8.5. Uma vez instalada a Reunião de Credores para deliberar sobre a proposta de reestruturação financeira dos Créditos, as Recuperandas deverão envidar seus melhores esforços para que os Credores alcancem uma decisão em até 6 (seis) meses, a contar da primeira Reunião de Credores para esse fim. Ultrapassado esse prazo sem que tenham os Credores alcançado uma deliberação, as Recuperandas deverão pleitear ao Juízo da Recuperação, em até 10 (dez) dias do término do prazo, a convocação uma Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre a aceitação, a alteração ou a rejeição da proposta de reestruturação financeira dos Créditos.

5.8.6 Rejeitada a proposta de reestruturação financeira dos Créditos em Reunião de Credores, esta deliberará a respeito da fixação de prazo para que as Recuperandas submetam uma nova proposta de reestruturação de dívida ou da convocação de Assembleia Geral de Credores.

5.9. Exoneração de Garantias. A reestruturação financeira dos Créditos e a reorganização societária do Grupo Sete poderá envolver a alteração das garantias atualmente existentes no Projeto Sondas. À exceção da hipótese de alienação judicial da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), na forma da **Cláusula 5.1.2**, a aprovação deste Plano não importa em exoneração de qualquer garantia real ou na liberação de qualquer sociedade do Grupo Sete com relação aos Créditos, e eventual alteração dessas garantias reais deverá ser aprovada pelo Credor titular da garantia, na forma do art. 50, §1º da Lei de Falências.

5.9.1 Fica desde já estabelecido que, por ocasião do pagamento do sinal previsto no item “b” da **Cláusula 5.1.2.4.2**, e desde que apresentada a garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3**, serão automaticamente extintas todas as garantias incidentes sobre as respectivas SPEs Continuadas constituídas pelo Grupo Sete em favor dos Credores, de qualquer natureza, podendo as Recuperandas tomar todas as providências necessárias para o cancelamento ou baixa dessas garantias nos respectivos órgãos de registro e jurisdições aplicáveis.

5.9.1.1 Uma vez pago o sinal previsto no item “b” da **Cláusula 5.1.2.4.2** e desde que apresentada a garantia prevista na **Cláusula 5.1.2.4.3**, o credor FGCM ficará liberado integralmente da fiança prestada em benefício de alguns dos Credores desde que e somente se entregue às Recuperandas, devidamente assinados, todos os documentos necessários para a liberação e baixa de todas as garantias incidentes sobre as respectivas SPEs Sete constituídas em seu benefício exclusivo por qualquer empresa do Grupo Sete.

5.10. Utilização de Saldo de Caixa das SPEs Sete. Como forma de viabilizar o cumprimento deste Plano, os Credores concordam que o eventual saldo constante do caixa das SPEs Sete poderá ser utilizado para (i) o reembolso às Recuperandas de despesas administrativas e operacionais por elas suportadas, por meio da celebração de contrato de compartilhamento de despesas (*cost sharing agreement*), e (ii) o pagamento parcial dos créditos inter-company que lhes foram concedidos pela Sete International One, pela Sete International Two ou pela Sete Netherlands I B.V., conforme o caso, bem como para o pagamento parcial dos créditos inter-company concedidos em favor da Sete International One, da Sete International Two ou da Sete Netherlands I B.V. pelas Recuperandas e, uma vez constantes do caixa das Recuperandas, serão utilizados para manutenção de suas despesas correntes.

5.10.1. Os recursos provenientes do pagamento dos créditos inter-company, conforme acima disciplinado, não poderão ser utilizados pelas Recuperandas para o pagamento de empréstimos inter-company a elas concedidos por outras sociedades do Grupo Sete, que não as Recuperandas, antes da impetração da Recuperação Judicial.

5.11. Ativos Litigiosos. Os valores obtidos ou reavidos pelas Recuperandas em decorrência dos Ativos Litigiosos, depois de descontados os custos inerentes a esses ativos como, por exemplo, honorários advocatícios, custas judiciais e arbitrais, honorários do árbitro, dentre outros, serão destinados ao pagamento dos Credores, na forma da **Cláusula 5.5.2.**

5.11.1. Tendo em vista as incertezas relacionadas ao tempo de duração e o elevado custo de manutenção dos litígios relativos aos Ativos Litigiosos, as Recuperandas poderão transigir, securitizar ou renunciar, total ou parcialmente, aos Ativos Litigiosos, desde que a transação (i) reduza o passivo, obrigações ou qualquer exposição atual ou futura do Grupo Sete; (ii) maximize os recursos disponíveis para as Recuperandas e/ou para os Credores; ou (iii) possibilite a realização dos ajustes que se fizerem necessários aos Contratos de Afretamento.

5.11.2. As Recuperandas se comprometem a disponibilizar aos Credores, em Reunião de Credores, os termos e condições de eventuais acordos firmados com relação aos Ativos Litigiosos.

5.12. Demais Meios de Recuperação. Sem prejuízo das medidas elencadas acima, as Recuperandas poderão, ainda, utilizar todos os demais meios de recuperação previstos no artigo 50 da Lei de Falências.

6. Liquidação dos Créditos

6.1. Disposições Gerais.

6.1.1. Créditos Ilíquidos. Todos os Créditos que sejam decorrentes de obrigações oriundas de relações jurídicas firmadas anteriormente à Data do Pedido, que sejam objeto de disputa judicial/procedimento arbitral em andamento ou não, também são novados na forma deste Plano, estando integralmente sujeitos aos efeitos deste Plano e da Recuperação Judicial, nos termos do artigo 49 da Lei de Falências, de forma que, se aplicável, o saldo credor a ser liquidado estará sujeito aos valores, prazos, termos e condições previstos no presente Plano.

6.1.2. Fontes de Recursos. Os recursos para pagamento dos Créditos sujeitos a este Plano advirão (i) dos valores auferidos com a alienação das UPIs SPEs Continuadas; (ii) dos valores recebidos ou recuperados pelas Recuperandas em decorrência dos Ativos Litigiosos; e (iii) dos valores auferidos com alienação de outros ativos das Recuperandas e/ou com a celebração de acordos para as SPEs Descontinuadas.

6.1.3. Habilitação de novos Créditos Concurrais e alteração de Créditos Concurrais. Nas hipóteses de serem reconhecidos novos Créditos ou serem alterados Créditos já reconhecidos na Lista de Credores, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, tais novos Créditos ou o valor alterado de Créditos já reconhecidos serão pagos na forma prevista neste Plano, a partir do trânsito em julgado da decisão judicial que determinar a inclusão de tais Créditos no quadro geral de credores. Neste caso, as regras de pagamento de tais Créditos, notadamente quanto à eventual incidência de juros, passarão a ser aplicáveis apenas a partir do referido trânsito em julgado. Para fins desta Cláusula, o Credor deverá notificar as Recuperandas, na forma da **Cláusula 14.6**, para comunicar o trânsito em julgado da decisão judicial que houver reconhecido seu novo Crédito ou a alteração do Crédito já reconhecido.

6.1.3.1. Na hipótese de serem reconhecidos Créditos Trabalhistas, por decisão judicial ou acordo entre as partes, os referidos Créditos Trabalhistas serão pagos (i) na forma prevista na **Cláusula 6.2.1**, juntamente com os Créditos Trabalhistas já constantes da Lista de Credores, se o trânsito em julgado que determinar a inclusão do referido Crédito Trabalhista na Lista de Credores ocorrer em até 15 (quinze) dias antes da data prevista para o pagamento da primeira parcela; ou (ii) em 6 (seis) parcelas iguais, a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil do sexto mês após o recebimento, pelas Recuperandas, de comunicação, nos termos da **Cláusula 14.6**, enviada pelo Credor Trabalhista, com a documentação necessária para demonstrar o trânsito em julgado da decisão judicial que reconhecer o Crédito Trabalhista, e as demais no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês subsequente.

6.1.4. Adesão de Terceiros e de Credores Extraconcurrais. As Recuperandas poderão estender as condições propostas neste Plano aos Credores Concurrais para os Terceiros, desde que aprovado pelos Credores em Reunião de Credores, ficando desde logo estabelecido que, para os Terceiros cujas devedoras principais sejam as SPEs Continuadas, o crédito a ser aderido ao Plano estará limitado às faturas emitidas e aos custos comprovadamente incorridos pelo respectivo Terceiro, até a Data do Pedido. A referida adesão deverá ocorrer por escrito, em caráter irretratável e irrevogável, mediante notificação às Recuperandas, na forma da **Cláusula 14.6** abaixo. O prazo final para a Adesão de Terceiros será estipulado quando da realização da reestruturação financeira dos Créditos, na forma da **Cláusula 5.8** acima.

6.1.4.1. A adesão de eventuais Créditos Extraconcurrais detidos pelos Credores Concurrais às condições propostas neste Plano ocorrerá independentemente de prévia aprovação dos Credores em Reunião de Credores. Essa submissão não importará em renúncia à natureza original do Crédito Extraconcursal em questão, mas deverá também ocorrer por escrito, em caráter irretratável e irrevogável, mediante notificação às Recuperandas, na forma da **Cláusula 14.6** abaixo.

6.1.4.2. Na hipótese de decretação de falência, os Créditos Extraconcurrais que tiverem sido submetidos a este Plano pelos Credores Concurrais retornarão às condições originalmente contratadas, na forma da Lei de Falências.

6.1.5. Compensação de Créditos. Os Créditos poderão ser compensados com créditos detidos pelas Recuperandas frente aos respectivos Credores na data prevista para os pagamentos relativos a cada Crédito, observado como limite o valor dos referidos Créditos e ficando eventual saldo sujeito às disposições do presente Plano.

6.1.6. Atualização dos Créditos. O critério de correção dos Créditos será estabelecido por ocasião da reestruturação de dívidas, na forma da **Cláusula 5.8**, e deverá ser submetido à aprovação dos Credores em Reunião de Credores.

6.1.7. Demonstrações Financeiras. As Recuperandas deverão fazer constar em suas Demonstrações Financeiras, inclusive mediante retificação, se necessário, todos os Créditos de forma a refletir os valores listados no Quadro Geral de Credores.

6.2. Forma de Pagamento aos Credores.

6.2.1. Credores Trabalhistas. Os Créditos dos Credores Trabalhistas serão pagos, sem a incidência de juros, em 6 parcelas iguais, a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil do sexto mês após a Homologação Judicial do Plano e as demais no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês subsequente.

6.2.2. Credores com Garantia Real e Credores Quirografários. Os Credores com Garantia Real e os Credores Quirografários serão pagos com os seguintes recursos:

- (i) Recursos da alienação das UPIs SPEs Continuadas a terceiros;
- (ii) Recursos dos Ativos Litigiosos;
- (iii) Recursos da alienação de outros ativos das Recuperandas ou da celebração de acordos pelas SPEs Descontinuadas.

6.2.2.1. Os recursos acima irão ser pagos de acordo com a Regra de Pagamento, e serão divididos igualmente entre os credores quirografários e com garantia real, proporcionalmente ao valor de cada Crédito, conforme constante no Quadro Geral de Credores homologado, observadas eventuais adesões de Terceiros, adesão de Créditos Extraconcursais dos Credores Concursais, e eventuais habilitações retardatárias de crédito, na forma da **Cláusula 6.1.4** acima, em relação ao valor total dos Créditos, excluídos os Créditos Trabalhistas e os créditos dos Credores que optarem pelo pagamento previsto na **Cláusula 6.3**.

6.2.3. Depósito dos Recursos nas Contas Vinculadas. Os valores provenientes de decisões finais favoráveis ao Grupo Sete nos Ativos Litigiosos e da venda das UPIs SPEs Continuadas, na forma deste Plano, serão utilizados de acordo com a Regra de Pagamento, e o seu saldo deverá ser depositado nas Contas Vinculadas. As Contas Vinculadas deverão ser abertas prioritariamente junto a instituições financeiras organizadas sob as leis da República Federativa no Brasil, salvo se a sua abertura em outra jurisdição se mostrar mais eficiente, do ponto de vista de custos operacionais ou fiscais, hipótese em que as Recuperandas poderão abrir Contas Vinculadas perante instituições regidas sob outras jurisdições. As Recuperandas deverão prestar contas ao Juízo da Recuperação dos montantes recebidos e das respectivas deduções realizadas antes do depósito nas Contas Vinculadas.

6.2.3.1. Proteção das Contas Vinculadas. Tendo em vista a destinação dos recursos depositados nas Contas Vinculadas previstas neste Plano, as Recuperandas se comprometem a adotar todas as medidas necessárias para assegurar o direito dos Credores aos recursos disponíveis nas Contas Vinculadas tal como previsto neste Plano, inclusive (i) abrir as Contas Vinculadas atreladas ao cumprimento deste Plano, e/ou (ii) requerer, se necessário, ao Juízo da Recuperação ordem judicial para que tal conta não esteja sujeita a penhoras e outras constrições para satisfação de obrigações supervenientes, especialmente por se tratar de garantia fiduciária.

6.3. Pagamento à Vista de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a Credores. Todos os Credores poderão optar pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), limitada ao valor de seu Crédito, observando-se o quanto disposto na **Cláusula 6.3.1** abaixo. Ao fazer esta opção, outorgam, de maneira irrevogável e irretratável, plena e integral quitação às Recuperandas e às SPEs Sete, nos termos da **Cláusula 10.5** abaixo.

6.3.1. Os Credores que tiverem interesse no pagamento previsto na **Cláusula 6.3** acima deverão, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da Data de Homologação, enviar notificação na forma do **Anexo 6.3.1** deste Plano, observado o procedimento descrito na **Cláusula 14.6**.

6.3.2. Os Credores que optarem pela forma de pagamento prevista na **Cláusula 6.3** receberão o valor referido acima em uma parcela única devida no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente à Homologação Judicial do Plano, sem a incidência de juros.

6.4. Credores ME/EPP. Na presente data, não há Créditos ME/EPP sujeitos à Recuperação Judicial. Na hipótese de serem reconhecidos Créditos ME/EPP, por decisão judicial, arbitral ou acordo entre as partes, os referidos Credores ME/EPP terão o mesmo tratamento dado aos Créditos Quirografários, conforme o disposto na **Cláusula 6.2.2** acima. Para tanto, deverá ser observado o quanto disposto nas **Cláusulas 6.1.3 e 14.6**.

6.5. Adesão de Terceiros ou Credores Extraconcursais. Os Terceiros ou Credores Extraconcursais que expressamente aderirem aos termos deste Plano terão tratamento equivalente aos credores quirografários e com garantia real.

7. Reunião de Credores. Determinadas matérias serão deliberadas em Reunião de Credores.

7.1. Representação dos Credores. Os Credores que já possuírem procuradores devidamente habilitados junto ao Administrador Judicial poderão ser representados por esses procuradores nas Reuniões de Credores das Recuperandas. Caso o Credor deseje designar outro procurador especificamente para este fim, ou ainda não tenha um procurador devidamente habilitado junto ao Administrador Judicial, ele deverá, em até 30 (trinta) dias contados da Homologação Judicial do Plano, enviar notificação, na forma da **Cláusula 14.6** abaixo, para indicar o(s) procurador(es) habilitado(s) a representa-lo nas Reuniões de Credores que vierem a ser convocadas nos termos deste Plano, com os seguintes dados: (i) qualificação completa; (ii) telefone; (iii) endereço eletrônico (e-mail); e (iv) endereço comercial. A notificação deverá vir acompanhada de uma procuração assinada, com firma reconhecida, e da prova de poderes do seu signatário.

7.1.1. As Recuperandas ficarão desobrigadas de convocar para as Reuniões de Credores os Credores que não observarem o prazo acima estipulado, sendo que a ausência de convocação de tais Credores não configurará descumprimento, pelas Recuperandas, das obrigações assumidas nesta Cláusula.

7.1.2. Qualquer alteração no representante ou nos dados enviados pelos Credores na forma desta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada às Recuperandas, mediante nova notificação na forma da **Cláusula 14.6** abaixo. A impossibilidade de convocação do Credor, em razão da ausência de tal comunicação, não será interpretada como descumprimento, pelas Recuperandas, da sua obrigação de convocar os Credores para a Reunião de Credores.

7.2. Regras de Convocação, Instalação e Deliberação. As regras de convocação, instalação e deliberação da Reunião de Credores serão as seguintes:

- (i) A convocação será feita, por e-mail, com no mínimo 7 (sete) Dias Úteis de antecedência para a primeira convocação e 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência para a segunda convocação. Estando presentes todos os Credores, fica dispensado o envio da convocação;

- (ii) A Reunião de Credores será presidida pelo representante das Recuperandas e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de credores titulares de mais de 50% + R\$1,00 (cinquenta por cento mais um real) dos Créditos ou, em segunda convocação, com qualquer quórum. No caso dos Credores titulares de garantias reais, qualquer Reunião de Credores de que conste da ordem do dia matérias relacionadas à sua garantia dependerá da sua presença;
- (iii) Salvo se de outra forma previsto neste Plano, as deliberações das Reuniões de Credores serão tomadas pelos Credores que representem mais da metade (50% + R\$1,00) (cinquenta por cento mais um real) do valor total dos Créditos presentes à Reunião de Credores e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes. As votações deverão ser realizadas por classe de Créditos, na forma do art. 41 da Lei de Falências. Os Créditos em moeda estrangeira deverão ser convertidos pela taxa de câmbio R\$ para USD da data anterior àquela prevista para a realização da Reunião de Credores;
- (iv) Para fins de votação em Reunião de Credores, será considerado o valor constante no Quadro Geral de Credores elaborado pelo Administrador Judicial, com as alterações porventura necessárias por força de decisões do Juízo da Recuperação homologado, ressalvadas a adesão de Terceiros, a adesão de Créditos Extraconcursais dos Credores Concursais, e eventuais habilitações retardatárias de crédito, na forma da **Cláusula 6.1.4** acima, cujos créditos serão considerados, para fins de votação, no valor da data da adesão ou da sentença que reconhecer o Crédito, conforme o caso.
- (v) O Credor com Garantia Real terá direito de veto sobre quaisquer decisões que, direta ou indiretamente, afetem sua garantia, os bens objeto da sua garantia, ou as ações das sociedades titulares dos bens dados em garantia, nos termos do artigo 50 da Lei de Falências;
- (vi) As Reuniões de Credores poderão ocorrer nas cidades do Rio de Janeiro, RJ ou de São Paulo, SP. Poderão as Recuperandas, a seu exclusivo critério, admitir a participação dos credores por conferência telefônica ou vídeo conferência, em havendo disponibilidade técnica;
- (vii) A convocação dos Credores será feita pelas Recuperandas, por iniciativa própria ou a pedido de Credores representando mais de 10% (dez por cento) dos Créditos, através de comunicação enviada por e-mail a qualquer dos procuradores indicados pelo Credor para este fim, nos termos da **Cláusula 7.1** acima. Caso as Recuperandas, quando solicitadas por Credores representando ao menos 10% (dez por cento) dos Créditos, deixem de convocar a Reunião de Credores em até 7 (sete) dias úteis contados da respectiva solicitação, tais Credores poderão convocar a Reunião de Credores em nome próprio;
- (viii) Naquilo que não estiver expressamente disposto nesta Cláusula, serão aplicadas por analogia as regras previstas na Lei de Falências para instalação e deliberação em Assembleia de Credores.

7.3. Matérias de Competência da Reunião de Credores. Sem prejuízo de outras questões que Recuperandas entendam necessário, serão trazidas às Reuniões de Credores as seguintes matérias:

- (a) Informação sobre as atividades do Grupo Sete;
- (b) Deliberação a respeito do destino da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) que não receberem propostas iguais ou superiores ao seu respectivo Valor Mínimo, na forma da **Cláusula 5.1.2.4.9** acima;
- (c) Aprovação de propostas de financiamento dos Recursos Novos, inclusive a taxa de sua remuneração;
- (d) Prorrogação do prazo de *Standstill* previsto na **Cláusula 5.6** acima;
- (e) Aprovação de proposta de reestruturação societária apresentada pelas Recuperandas ou de solicitação para a sua dispensa, na forma da **Cláusula 5.7.1** acima;
- (f) Prorrogação do prazo de que dispõem as Recuperandas para submeter a proposta de reestruturação financeira dos Créditos e/ou do prazo para sua a implementação, na forma das **Cláusula 5.8.1** e **5.8.2** acima;
- (g) Aprovação da proposta de reestruturação financeira do Grupo Sete, conforme previsto na **Cláusula 5.8**; e
- (h) Autorização para as Recuperandas celebrarem acordos com os Estaleiros das SPEs Descontinuadas;
- (i) Autorização para as Recuperandas celebrarem acordos com quaisquer credores que não esteja sujeitos aos efeitos desta Recuperação Judicial e que pretendam aderir aos termos deste Plano;

Parágrafo único. Caso uma deliberação tratando dos itens “b” e “g” acima venha a ser rejeitada pelos Credores em Reunião de Credores, as Recuperandas deverão, em até 30 (trinta) dias contados da respectiva Reunião de Credores, requerer ao Juízo da Recuperação a convocação de uma Assembleia Geral de Credores para deliberar sobre o tema.

8. Negociação com a Petrobras. Os Credores estão cientes de que a reestruturação das atividades das Recuperandas depende da conclusão da negociação com a Petrobras, seja através da mediação em curso ou não, e da aprovação do acordo pelos órgãos competentes das respectivas companhias.

9. Dividendos. Fica vedada a distribuição de dividendos pelas Recuperandas até a quitação dos Créditos, nos termos da **Cláusula 10.5** abaixo.

10. Efeitos do Plano

10.1. Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Recuperandas, os Credores e os seus respectivos cessionários e sucessores, a partir da Homologação Judicial do Plano.

10.2. Novação. Observado o disposto na **Cláusula 5.9** acima, uma vez implementada a reestruturação dos Créditos e a reorganização societária, se houver, ou sua dispensa, na forma das **Cláusulas 5.7 e 5.8**, considerar-se-ão novados todos os Créditos, que serão liquidados na forma e mediante as condições estabelecidas neste Plano, na forma do artigo 59 da Lei de Falências.

10.3. Extinção de Ações. Observado o disposto na **Cláusula 5.8** acima, uma vez ocorrida a novação, na forma da **Cláusula 10.2** acima, os Credores não mais poderão tomar quaisquer medidas extrajudiciais ou judiciais que tenham por objeto, exclusivamente, o recebimento dos seus Créditos, incluindo (i) ajuizar ou prosseguir com toda e qualquer ação judicial ou processo de qualquer natureza contra qualquer sociedade do Grupo Sete; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral, contra qualquer sociedade do Grupo Sete; (iii) penhorar ou manter penhorado quaisquer bens (incluindo dinheiro) de qualquer sociedade do Grupo Sete para satisfazer seus Créditos; (iv) executar qualquer garantia real sobre bens e direitos de qualquer sociedade do Grupo Sete para assegurar o pagamento de seus Créditos; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido a qualquer sociedade do Grupo Sete; e (vi) buscar a satisfação de seus Créditos por quaisquer outros meios. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra qualquer sociedade do Grupo Sete relativas aos Créditos serão extintas e as penhoras e constrições existentes serão liberadas.

10.3.1 A Extinção de Ações prevista na **Cláusula 10.3** não afetará o direito dos Credores de apresentar impugnações de crédito retardatárias ou ajuizar ações objetivando a inclusão de Créditos no quadro geral de credores, conforme previsto no art. 10, §6º da Lei de Recuperação Judicial.

10.4. Reconstituição de Direitos. Verificada a resolução do Plano e convalidação da Recuperação Judicial em falência, no prazo de supervisão estabelecido no Artigo 61 da Lei de Falências, os Credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas, deduzidos os valores eventualmente pagos e ressalvados os atos validamente praticados no âmbito da Recuperação Judicial, na forma da Lei de Falências.

10.5. Quitação. Uma vez ocorrida a novação e ressalvados os termos do que venha a ser deliberado na forma da **Cláusula 5.8** acima, o pagamento dos valores referentes à última parcela da(s) proposta(s) vencedora(s) no leilão judicial das UPIs SPEs Continuadas; ou, no caso dos Credores Trabalhistas e dos Credores que optarem pelo Pagamento à Vista, o pagamento dos Créditos na forma das **Cláusulas 6.2.1 e 6.3** acima, conforme o caso, acarretará, automaticamente e independentemente de qualquer formalidade adicional, a quitação plena, irrevogável e irretroatável, de todos os Créditos contra qualquer sociedade do Grupo Sete, inclusive juros, correção monetária, penalidades, multas e indenizações. Com a ocorrência da quitação, os Credores serão considerados como tendo quitado, liberado e/ou renunciado todos e quaisquer Créditos, e não mais poderão reclamá-los, contra qualquer sociedade do Grupo Sete, e seus administradores, acionistas, agentes, funcionários, representantes, sucessores e cessionários. Quando realizado o pagamento referente à última parcela do preço de venda da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), as Recuperandas ficarão eximidas de prestar contas dos eventuais novos recursos auferidos em decorrência das medidas previstas neste Plano.

10.5.1. A quitação dos Créditos prevista na **Cláusula 10.5** não eximirá as Recuperandas da obrigação de transferir para os Credores, com exceção dos Credores Trabalhistas e dos Credores que optarem pelo Pagamento à Vista, os valores porventura auferidos com os Ativos Litigiosos, na forma da **Cláusula 5.5.2**.

10.6. Ratificação de Atos. A Aprovação do Plano pela Assembleia de Credores representa a concordância e ratificação das Recuperandas e dos Credores de todos os atos lícitos e legalmente

praticados e obrigações contraídas pelas Recuperandas no curso da Recuperação Judicial. Esta ratificação não ocasionará, em qualquer circunstância, a solidariedade dos Credores com relação aos atos praticados pelas Recuperandas no curso da Recuperação Judicial.

11. Processo Auxiliar no Exterior. As empresas do Grupo Sete poderão ajuizar processos de falência, recuperação judicial ou insolvência, bem como proceder à liquidação extrajudicial de empresas e/ou ativos no exterior, com o objetivo de praticar as medidas previstas neste Plano fora do território brasileiro, conforme necessário.

12. Formalização de Documentos e Outras Providências. As Recuperandas obrigam-se, em caráter irrevogável e irretroatável, por força deste Plano, a realizar todos os atos e firmar todos os contratos e outros documentos que, na forma e na substância, sejam necessários ou adequados ao cumprimento e implementação deste Plano e obrigações correlatas.

13. Modificação do Plano. Aditamentos, alterações ou modificações ao conteúdo do Plano podem ser proposto a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, desde que tais aditamentos, alterações ou modificações sejam submetido à votação na Assembleia de Credores, sejam aprovados pelas Recuperandas e que seja atingido o quórum requerido pelos artigos 45 e 58, *caput* e §1º, da Lei de Falências.

13.1. Efeito Vinculativo das Modificações do Plano. Os aditamentos, alterações ou modificações ao Plano vincularão as Recuperandas e seus Credores, e seus respectivos cessionários e sucessores, a partir de sua aprovação pela Assembleia de Credores na forma dos artigos 45 ou 58 da Lei de Falências.

14. Disposições Gerais

14.1. Contratos Existentes e Conflitos. Na hipótese de conflito entre as disposições deste Plano e as obrigações previstas nos contratos celebrados com qualquer Credor anteriormente à Data do Pedido, este Plano prevalecerá.

14.2. Aprovação de Autoridades Governamentais. Todas as disposições deste Plano que dependam de aprovação de Autoridades Governamentais, como a ANP, deverão ser aprovadas pelos referidos órgãos para que surtam seus regulares efeitos. As disposições deste Plano poderão ser adaptadas para cumprir as exigências de Autoridades Governamentais.

14.3. Aprovação de Atos nas SPEs Sete. As Recuperandas se comprometem a submeter os atos aqui previstos à aprovação das instâncias competentes das SPEs Sete conforme essa aprovação se mostre necessária à vinculação da SPE às disposições deste Plano.

14.4. Anexos. Todos os Anexos deste Plano são a ele incorporados e constituem parte integrante do Plano. Na hipótese de haver qualquer inconsistência entre este Plano e qualquer Anexo, o Plano prevalecerá.

14.5. Encerramento da Recuperação Judicial. O processo de Recuperação Judicial será encerrado a qualquer tempo após a Homologação Judicial do Plano, a requerimento das Recuperandas, desde que (i) esse encerramento seja aprovado em Assembleia de Credores, respeitado o quórum do artigo 45 da Lei de Falências; ou (ii) todas as obrigações do Plano que se vencerem até 2 (dois) anos após a Homologação Judicial do Plano sejam cumpridas.

14.6. Comunicações. Todas as notificações, requerimentos, pedidos e outras comunicações Recuperandas, requeridas ou permitidas por este Plano, para serem eficazes, devem ser feitas por escrito e serão consideradas realizadas quando (i) enviadas por correspondência registrada, com aviso de recebimento, ou por *courier*, e efetivamente entregues ou (ii) enviadas por e-mail, fac-símile ou outros meios, quando efetivamente entregues e confirmadas por escrito pelas Recuperandas. Todas as comunicações devem ser endereçadas da seguinte forma ou de outra forma que for informada pelas Recuperandas, nos autos do processo de recuperação judicial ou diretamente ao Administrador Judicial ou aos Credores:

A qualquer das Recuperandas

Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313

Centro

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Diretor Presidente (e-mail: carneiro@setebr.com)

Telefone: +55 21 2528-0080

Ao Administrador Judicial (LICKS CONTADORES ASSOCIADOS)

Rua São José, nº 40, Cobertura 1 , Centro

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Dr. Gustavo Licks

Telefone: +55 21 2506-0750

14.7. Meios de Pagamento. Quando aplicável, os valores devidos aos Credores nos termos deste Plano serão pagos por meio da transferência direta de recursos à conta bancária do respectivo Credor, por meio de documento de ordem de crédito (DOC) ou de transferência eletrônica disponível (TED), sendo que as Recuperandas poderão contratar agente de pagamento para a efetivação de tais pagamentos aos Credores. O comprovante de depósito do valor creditado a cada Credor servirá de prova de quitação do respectivo pagamento.

14.7.1. Para a realização dos pagamentos previstos neste Plano, os Credores devem informar às Recuperandas suas respectivas contas bancárias para esse fim, mediante comunicação por escrito a elas direcionada, nos termos da **Cláusula 14.6**, mediante envio de Notificação para Informação de Conta Bancária, substancialmente na forma do **Anexo 14.7.1**. Os pagamentos que não forem realizados em razão de os credores não terem informado suas contas bancárias com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias da data prevista para a realização do depósito não serão considerados como um evento de descumprimento do Plano. Neste caso, a critério das Recuperandas, os pagamentos devidos aos Credores que não tiverem informado suas contas bancárias poderão ser realizados em Juízo.

14.7.2. Não ocorrerá a incidência de juros, multas ou encargos moratórios caso determinado(s) pagamento(s) não tiverem sido realizados em razão de os respectivos Credores não terem informado tempestivamente suas contas bancárias, na forma da **Cláusula 14.7.1**.

14.8. Data do Pagamento. Na hipótese de qualquer pagamento ou obrigação prevista no Plano estar prevista para ser realizada ou satisfeita em um dia que não seja um Dia Útil, o referido pagamento ou obrigação poderá ser realizado ou satisfeita, conforme o caso, no primeiro Dia Útil seguinte.

14.9. Direito de Voto. Uma vez realizado o pagamento integral do Crédito de um determinado Credor através de uma das formas previstas neste Plano, o Credor em questão deixará de ter direito

a voto nas Assembleias Gerais de Credores e nas Reuniões de Credores das Recuperandas do Grupo Sete.

14.10. Descumprimento do Plano. Na hipótese de ocorrência de qualquer evento de descumprimento deste Plano, e caso tal descumprimento não seja sanado no prazo de 15 (quinze) Dias, as Recuperandas deverão requerer ao Juízo da Recuperação, em 48 (quarenta e oito) horas, a convocação de uma Assembleia de Credores, que deverá ser realizada dentro de um prazo máximo de 30 dias contados da publicação do respectivo edital de convocação, para deliberar a respeito de (i) eventual emenda, alteração ou modificação ao Plano que saneie ou supra tal descumprimento, ou (ii) convalidação da Recuperação Judicial na falência das Recuperandas. Não haverá a decretação da falência das Recuperandas antes da realização da referida Assembleia de Credores.

14.11. Créditos em Moeda Estrangeira. Os Créditos em moeda estrangeira serão mantidos na moeda original para todos os fins de direito e serão liquidados, observado o disposto neste Plano, em conformidade com o artigo 50, §2º da Lei de Falências. Exceto em caso de disposição específica neste Plano, os Créditos em moeda estrangeira serão convertidos em reais com base na cotação de fechamento da taxa de venda de câmbio de Reais por Dólares dos Estados Unidos da América, disponível no SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central do Brasil, transação PTAX do Dólar dos Estados Unidos, código da moeda: 220, 2 (dois) Dias Úteis anteriores à data em que a conversão de moeda é necessária, nos termos deste Plano.

14.12. Encargos Financeiros. Salvo previsão em contrário do Plano, não incidirão juros e nem correção monetária sobre o valor dos Créditos.

14.13. Divisibilidade das Previsões do Plano. Na hipótese de qualquer termo ou disposição do Plano ser considerada inválida, nula ou ineficaz pelo Juízo da Recuperação, o restante dos termos e disposições do Plano devem permanecer válidos e eficazes.

14.14. Lei Aplicável. Os direitos, deveres e obrigações decorrentes deste Plano deverão ser regidos, interpretados e executados de acordo com as leis vigentes na República Federativa do Brasil.

14.15. Eleição de Foro. Todas as controvérsias ou disputas que surgirem ou estiverem relacionadas a este Plano ou aos ativos do Grupo Sete serão resolvidas pelo Juízo da Recuperação, até o encerramento do processo de recuperação judicial. Após o encerramento do processo de Recuperação Judicial, as controvérsias ou disputas oriundas deste Plano serão resolvidas perante o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O Plano é firmado pelos representantes legais devidamente constituídos das Recuperandas. O Laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos (**Anexo I**) subscritos por empresas especializadas seguem anexos a este Plano.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2018

[Segue página de assinaturas do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas do Grupo Sete]

[Página de assinaturas do Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas do Grupo Sete]




Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial
Luiz Eduardo G. Carneiro **LEO DE FREITAS FRAGA**
Diretor - Presidente Gerente Jurídico





Sete Investimentos I S.A. – Em Recuperação Judicial
Luiz Eduardo G. Carneiro **LEO DE FREITAS FRAGA**
Diretor - Presidente Gerente Jurídico



Sete Investimentos 2 S.A. – Em Recuperação Judicial
Luiz Eduardo G. Carneiro **LEO DE FREITAS FRAGA**
Diretor - Presidente Gerente Jurídico



Sete Holding GMBH – Em Recuperação Judicial


Sete International One GMBH – Em Recuperação Judicial


Sete International Two GMBH – Em Recuperação Judicial

RELAÇÃO DE ANEXOS AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA (1) SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, (2) SETE INVESTIMENTOS I S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, (3) SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, (4) SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, (5) SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, E (6) SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Anexo I – Laudo Econômico-Financeiro e de Avaliação de Bens e Ativos elaborado pela MEDEN Consultoria

Anexo 5.1.2.4 – Minuta do Edital de Alienação das UPIs SPEs Continuadas

Anexo 5.1.2.4.1 – Declaração de Aceitação e Observância das Disposições do Plano

Anexo 6.3.1 – Minuta da Notificação para Pagamento à Vista de até R\$ 50.000,00

Anexo 14.7.1 – Minuta da Notificação para Informação de Conta Bancária

ANEXO 1

LAUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Parecer Técnico sobre o
Plano de Recuperação Judicial
Lei 11.101/05, art. 53, Incisos II e III

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SETE INVESTIMENTOS I S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Denominadas em Conjunto como **SETE BRASIL ou RECUPERANDAS**

Rio de Janeiro, 20 de junho 2018

Sumário

1. CONTEXTO DO PEDIDO	3
1.1. Objeto e Objetivo do Trabalho	5
1.2. Considerações Iniciais	6
1.3. Equipe de Trabalho.....	8
2. INTRODUÇÃO.....	9
2.1. Apresentação da Companhia	9
2.2. Razões da Crise.....	9
3. METODOLOGIA UTILIZADA.....	10
4. FONTES DE INFORMAÇÃO	11
5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS (INCISO II e III)	12
5.1. Inciso II	12
5.2. Inciso III.....	13
6. AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE AFRETAMENTO	14
6.1. Premissas Operacionais das Projeções.....	14
6.2. Taxa de Desconto.....	18
6.3. Fluxos de Caixa	20
6.4. Resultado das Avaliações	24
7. PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA	25
8. CONCLUSÃO.....	26
9. ANEXOS	27
9.1. Glossário.....	27

1. CONTEXTO DO PEDIDO

A SETE BRASIL foi criada em dezembro de 2010 pela Petrobras para atender sua demanda de afretamento de sondas para a exploração de petróleo no pré-sal brasileiro. Teve sua origem no chamado “Projeto Sondas”, que nasceu e se desenvolveu em consequência da descoberta de grande quantidade de óleo, armazenado na camada de pré-sal.

Após sua criação, a empresa adquiriu 100% de participação da Sete International One, empresa detentora de 7 contratos adquiridos para fornecimento de 7 sondas para a Petrobras.

Em junho de 2011 a SETE BRASIL saiu vencedora de uma licitação aberta pela Petrobras para o afretamento e operação de mais 21 sondas, passando a ser uma empresa umbilicalmente ligada à Petrobras, não só pelo vínculo societário que as relaciona, o qual lhe garante ingerências relevantes na governança da Companhia, mas também do ponto de vista comercial.

Com a descoberta pela Operação Lava Jato de sofisticado esquema de corrupção, em 2016, o projeto de construção das 29 sondas contratadas foi interrompido levando a SETE BRASIL a adentrar em uma crise financeira. A situação foi agravada pelo fato de que a Operação Lava Jato também revelou o envolvimento dos Estaleiros no alegado esquema de corrupção.

Sem acesso a novas linhas de crédito — consequência direta dos fatos divulgados na operação policial —, as RECUPERANDAS viram-se impossibilitadas de compor parte das obrigações assumidas com terceiros, notadamente instituições financeiras, levando ao grupo a necessidade de dar entrada no seu pedido de recuperação judicial.

A VALORE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA., doravante denominada MEDEN CONSULTORIA, com sede à Rua Primeiro de Março, 23º andar, sala 1204 Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 27.936.447/0001-23, foi nomeada pelas RECUPERANDAS listadas abaixo para elaborar o Estudo Técnico do Plano de Recuperação Judicial (adiante “PRJ” ou “Plano”), com base em informações disponibilizadas pelas RECUPERANDAS e seus assessores jurídicos e financeiros, em conformidade com os Incisos II e III do art. 53 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 (“Lei de Recuperação de Empresas”).

RECUPERANDAS:

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Brasil”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.127.015/0001-67, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INVESTIMENTOS I S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Investimentos 1”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.080.443/0001-68, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – Em Recuperação Judicial (“Sete Investimentos 2”), sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.080.492/0001-09, com sede na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE HOLDING GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete Holding”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 401499 s, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.916.517/0001-90, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete International One”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 348664 t, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.291.318/0001-83, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; e

SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – Em Recuperação Judicial (“Sete International Two”), sociedade constituída sob as leis da Áustria, com registro na Corte Comercial de Viena sob o nº FN 416453 g, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.517.195/0001-59, com sede formal em Parking 2, 1010 Viena, e principal estabelecimento na Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

1.1. Objeto e Objetivo do Trabalho

O presente laudo de avaliação econômico financeiro (“Laudo de Avaliação”) foi elaborado pela Valore Consultoria Empresarial Ltda. (“Meden Consultoria”) tendo como objeto o PRJ da SETE BRASIL, elaborado pela Administração da SETE BRASIL e seus assessores jurídicos e financeiros, em conformidade com os Incisos II e III do art. 53 da Lei nº 11.101/05 e tem por objetivo realizar o Estudo Técnico de viabilidade financeira do referido Plano, bem como a avaliação dos bens e ativos das RECUPERANDAS com base nas informações disponibilizadas pela SETE BRASIL e seus assessores.

Tendo em vista o Fato Relevante de 01 de março de 2018, no qual a PETROBRÁS declara que aprovou os principais termos para um possível acordo no âmbito da medição extrajudicial em curso com a SETE BRASIL, cujos principais termos são a manutenção de contratos de afretamento e de operação de 4 (quatro) sondas, com prazo de 10 anos e taxa diária de US\$ 299 mil (valor que engloba afretamento e operação das sondas), com a resilição (encerramento) dos contratos celebrados em relação às demais 24 sondas e, considerando a proposta apresentada pela companhia em seu Plano, o presente relatório teve seu escopo delimitado à avaliação dos 4 contratos de afretamento detidos pela SETE BRASIL.

1.2. Considerações Iniciais

O Laudo de Avaliação é apresentado juntamente com o PRJ das RECUPERANDAS, conforme legislação vigente.

O Laudo de Avaliação é composto por projeções, baseado em estimativas, obtidas junto a terceiros ou em fontes públicas que não foram verificadas de forma independente pela Meden Consultoria não sendo garantia de resultados futuros reais, que podem divergir significativamente para mais ou para menos do que os sugeridos nas projeções aqui indicadas, dado que estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições, como por exemplo:

- Alteração no setor de atuação da SETE BRASIL;
- Alterações governamentais, como mudanças de tarifas, impostos, tributos dentre outras;
- Alterações nas condições macroeconômicas, como taxa básica de juros, taxa de inflação, taxa de câmbio, risco país, dentre outras;
- Atraso ou dificuldades na implementação do PRJ;
- Alteração nos fatores operacionais da SETE BRASIL;
- Manutenção dos contratos de afretamento das sondas da SETE BRASIL.

A Meden Consultoria não será responsável por perdas diretas ou lucros cessantes que sejam decorrentes do uso do Laudo de Avaliação.

As premissas do modelo de negócios utilizadas no Laudo de Avaliação foram, em grande parte, fornecidas pela administração da SETE BRASIL e seus assessores por meio de documentos ou reuniões presenciais e refletem sua expectativa em relação ao futuro, tendo impacto nos negócios atuais e futuros e, portanto, em suas projeções financeiras. O Laudo de Avaliação não foi verificado sob o ponto de vista legal, fiscal, contábil, tendo sido elaborado apenas sob o aspecto econômico financeiro.

O escopo do Laudo de Avaliação não incluiu a auditoria ou revisão das demonstrações financeiras das empresas da SETE BRASIL ou a verificação da veracidade de todas as informações transmitidas pela administração da SETE BRASIL e seus assessores. Declaramos não ter conhecimento de qualquer ação da SETE BRASIL e seus assessores com a intenção de direcionar, limitar ou dificultar nossos trabalhos, inclusive no que tange a prática de atos que possam ter comprometido nosso acesso às informações relevantes para nossa conclusão. Entretanto, não assumimos qualquer responsabilidade ou obrigação relacionada à exatidão, veracidade, integridade ou suficiência de tais informações, as quais são de única e exclusiva responsabilidade da SETE BRASIL. Além disso, não fez parte do escopo do trabalho a vistoria das propriedades operacionais da SETE BRASIL.

Este relatório não representa, sob nenhuma hipótese, aconselhamento ou recomendação por parte da Meden Consultoria, sendo a decisão a respeito da utilização das informações aqui contidas de responsabilidade única e exclusiva daquele que o acessar. Dessa forma, tanto a Meden Consultoria, quanto seus sócios e profissionais são isentos de responsabilidade sobre qualquer prejuízo decorrente da efetivação da transação na qual este relatório se insere.

A Meden Consultoria não assume qualquer responsabilidade de atualizar ou revisar o Laudo de Avaliação com base em eventos que ocorram após sua data de emissão e reservamo-nos o direito de revisar os cálculos incluídos neste relatório e de revisar nossa opinião caso tenhamos conhecimento posterior de informações não disponíveis por ocasião da emissão deste relatório.

O Laudo de Avaliação deve ser analisado somente em sua totalidade para fins de avaliação independente, uma vez que qualquer análise baseada em partes isoladas ou segmentos fora do contexto geral é incompleta e pode resultar em um entendimento incompleto e incorreto das conclusões. O Laudo de Avaliação não deve ser utilizado para nenhuma outra finalidade além do encaminhamento ao Juízo da Recuperação Judicial, como parte integrante do Plano, conforme estabelecido na Lei Nº11.101/05, art. 53.

1.3. Equipe de Trabalho

A seguir, apresenta-se o currículo dos principais profissionais envolvidos na elaboração e revisão do laudo de avaliação:

Antonio Luiz Feijó Nicolau – CEO da Meden Consultoria. Advogado, com experiência de mais de 40 anos. Foi durante dez anos auditor externo de Big 4, Diretor de Obrigações Corporativas de Instituição Financeira de grande porte durante dez anos e há 20 anos atua no mercado de consultoria sendo que nos últimos dez anos atuou diretamente na área de consultoria em avaliações em empresa especializada.

Fellipe Franco Rosman – Sócio-Diretor da Meden Consultoria. Economista pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), com cursos de especialização em matemática na Universidade Federal Fluminense (UFF) e psicologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há 10 anos atua no mercado de avaliação de negócios em empresa especializada, tendo vasta experiência em treinamentos técnicos nas áreas de finanças, avaliação de ativos e normas de avaliação.

Maurício Emerick Leal - Sócio-Diretor da Meden Consultoria. Economista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestrando em Gestão Empresarial (FGV-RJ), com cursos na ESADE Business School (Barcelona) e INDEG-ISCTE Executive Education (Lisboa), atua no mercado de avaliação há mais de 7 anos como Gerente Executivo em empresa especializada, líder de equipe nas áreas de Business Valuation, Gestão Imobiliária, Gestão de Ativo Fixo. Coursou o BV 301 - Avaliação de Ativos Intangíveis pelo Institute of International Business Valuers (IIBV), joint venture da ASA com o CICBV (Canadian Institute of Chartered Business Valuers).

Paulo Victor Cunha Porto - Sócio-Diretor da Meden Consultoria. Contador pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Mestrando em Finanças (PUC-RJ). Qualificado tecnicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como perito contábil. Atuante no mercado de consultoria em avaliações, sendo nos últimos anos responsável por vários projetos de grande porte envolvendo elaboração de laudos de avaliação para reorganizações societárias em empresa especializada.

2. INTRODUÇÃO

As seções que seguem apresentam uma visão geral do mercado no qual se insere a SETE BRASIL e alguns dos principais motivos que levaram à crise pela qual o grupo passa, motivada, principalmente, pelo escândalo de corrupção pelo qual passou o grupo.

2.1. Apresentação da Companhia

A Sete Brasil Participações S.A. – em recuperação judicial é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia e suas controladas foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal.

O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas.

O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás.

O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação.

2.2. Razões da Crise

Conforme amplamente exposto no âmbito da Recuperação Judicial, a crise pela qual passa a SETE BRASIL começou quando o BNDES travou o financiamento necessário para a construção das sondas, devido ao envolvimento do projeto na Operação Lava-Jato. A partir dali, faltaram recursos para dar prosseguimento às obras.

O Grupo já havia iniciado a construção das Sondas (quatro delas em estágio avançado de construção), quando começou a enfrentar dificuldades na captação de financiamentos que constituíam a base do projeto e, conseqüentemente, passou a enfrentar dificuldades de adimplemento de suas obrigações financeiras. Em razão de tais dificuldades, a Companhia, assim como outras empresas do Grupo (Sete Investimentos I, Sete Investimentos II, Sete Holding, Sete International One e Sete International Two) ajuizaram processo de recuperação judicial, que foi deferido em 15 de junho de 2016.

3. METODOLOGIA UTILIZADA

A abordagem utilizada para este trabalho foi a abordagem da renda e a metodologia a do fluxo de caixa, que consiste na projeção de resultado da companhia, baseado nas premissas de desempenho, tomando como base as medidas e condições integrantes no Plano e as premissas operacionais, mercadológicas e financeiras definidas pela SETE BRASIL e seus assessores.

A utilização desta metodologia teve a finalidade de chegar ao valor de venda de 4 (quatro) SPEs com os respectivos contratos de afretamento para a Petrobras tendo em vista que a proposta aos credores, realizada pela SETE BRASIL e seus assessores, foi a de utilizar os recursos advindos dessas vendas para quitação de suas dívidas.

A lista de documentação utilizada para elaboração do laudo pode ser verificada de forma detalhada no Capítulo 4 deste Laudo de Avaliação.

Os principais passos realizados para entendimento e aplicação correta da metodologia são:

- Leitura e análise do PRJ;
- Análise pormenorizada das documentações apresentadas pela SETE BRASIL e seus assessores;
- Análise do setor em que se encontra a SETE BRASIL;
- Validação da modelagem apresentada pelo SETE BRASIL e seus assessores; e
- Análise da proposta de reestruturação da dívida.

4. FONTES DE INFORMAÇÃO

No presente relatório, além das entrevistas verbais realizadas com a administração da SETE BRASIL e com seus assessores financeiros e jurídicos, foram utilizados os seguintes documentos e informações divulgados publicamente e fornecidos pelo cliente:

- Pedido de Recuperação Judicial da SETE BRASIL;
- PRJ da SETE BRASIL;
- Demonstrações Financeiras das SPE's detentoras das sondas objetos da análise;
- Modelo da Recuperação Judicial, contemplando o fluxo de caixa elaborado para dar suporte à nova proposta, elaborado pela administração da empresa e seus assessores financeiros;
- Minuta do contrato de afretamento de uma das sondas objeto deste relatório (modelo de contrato)

Além disso, foram utilizadas diversas informações macroeconômicas, índices financeiros e outras informações divulgadas publicamente para o mercado, dentre elas:

- Estimativas divulgadas pelo IBGE;
- Estimativas divulgadas pelo Banco Central;
- Estimativas divulgadas pela FGV;
- Informações públicas de empresas comparáveis; e
- Outras informações públicas necessárias.

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS (INCISO II e III)

De acordo com o exposto na Lei 11.101/05, art. 53, Inciso II, o Plano apresentado pelo devedor em juízo deverá vir acompanhado de estudo que demonstre a viabilidade econômica da proposta apresentada aos credores.

Ainda, no mesmo artigo, Inciso III, a lei determina que seja elaborado laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada.

Consideradas as características e a proposta de reestruturação da dívida apresentada pela SETE BRASIL e seus assessores, optou-se por apresentar um único relatório contemplando ambos os incisos citados acima, conforme detalhado nos capítulos que seguem.

5.1. Inciso II

Tendo em vista que a proposta apresentada pela SETE BRASIL para quitação de sua dívida se dará principalmente através do montante adquirido com a Alienação Judicial das UPIs SPEs Continuadas (que são as SPEs detentoras dos contratos celebrados com a Petrobras, a serem oportunamente aditados, referentes ao afretamento de 4 (quatro) sondas), a viabilidade econômica do PRJ apresentado está intimamente relacionada ao resultado obtido com a alienação desses ativos.

Segundo definido no PRJ, as RECUPERANDAS deverão alienar a terceiros a totalidade das ações de cada SPE Continuada, organizadas em UPIs individuais. Essa alienação ocorrerá sem que o adquirente suceda as RECUPERANDAS em qualquer obrigação, inclusive no que se refere aos Créditos sujeitos ao Plano dos quais a respectiva SPE Continuada seja também codevedora, nos termos dos artigos 60 e 142 da Lei de Recuperação de Empresas. Deverão também ser exoneradas, por ocasião da transferência da UPI ao adquirente, as garantias incidentes sobre a respectiva SPE Continuada ou a ela relacionadas, inclusive as fianças prestadas por garantidores solidários com relação aos Créditos sujeitos ao Plano.

Ainda, conforme previsto no plano de recuperação, o valor mínimo para alienação de cada SPE Continuada será o valor de avaliação constante do laudo de avaliação da respectiva SPE Sete, ou seja, de acordo com os valores encontrados no presente estudo.

Considerando o exposto acima e o definido pela SETE BRASIL, no que tange à análise de viabilidade econômica do Plano apresentado, o presente relatório restringiu-se a realizar a avaliação dos 4 contratos de afretamento em negociação, sendo o resultado dessa avaliação o equivalente ao montante esperado que será utilizado na quitação das dívidas reestruturadas.

5.2. Inciso III

De acordo com o PRJ, a SETE BRASIL detém ativos relevantes que consistem em contratos de afretamento celebrados com a Petrobras para a utilização de 4 (quatro) sondas da companhia.

Além dos ativos supracitados, o plano de recuperação cita a possibilidade de monetizar as indenizações porventura auferidas em decorrência dos processos judiciais e das arbitragens já iniciados ou que venham a se iniciar contra terceiros que tenham causado prejuízos às RECUPERANDAS e/ou às SPE's Sete. No entanto, em razão das naturais incertezas inerentes aos resultados de disputas dessa natureza, ainda não é possível quantificar tais ativos (“Ativos Litigiosos”) de forma segura.

Considerando o exposto acima, para fins de atendimento ao Inciso III do artigo 53 da Lei, a SETE BRASIL e seus assessores definiram como bens e ativos passíveis de avaliação os 4 (quatro) contratos supracitados.

6. AVALIAÇÃO DOS CONTRATOS DE AFRETAMENTO

Considerando todo o exposto, nas seções que seguem apresentamos o detalhamento da avaliação realizada dos contratos das 4 (quatro) sondas a serem afretadas pela Petrobras conforme fato relevante divulgado pela própria Petrobras no dia 01 de março de 2018.

6.1. Premissas Operacionais das Projeções

As projeções de fluxo de caixa apresentadas no presente relatório foram elaboradas partindo, dentre outras, das seguintes premissas:

- A data-base considerada na avaliação foi a de 31 de março de 2018;
- Os dados da avaliação são apresentados em termos reais, ou seja, não considerando efeitos inflacionários;
- As projeções foram realizadas considerando um horizonte de 10 anos, conforme previsto no fato relevante divulgado, ou seja, não considerando valor na perpetuidade;
- As projeções foram realizadas em dólares americanos (US\$);
- O valor final encontrado na avaliação foi convertido para reais considerando a taxa de câmbio de 3,3238 R\$/US\$;
- O fluxo de caixa projetado foi o fluxo de caixa da firma; e
- A taxa de desconto calculada foi o WACC (*weighted average cost of capital*) em termos reais.

Projeção de Receita

Conforme apresentado no fato relevante divulgado pela Petrobras no dia 01 de março de 2018, no qual a empresa prevê a manutenção dos contratos de afretamento e de operação referentes a 4 sondas, com a rescisão (encerramento) dos contratos celebrados em relação às demais 24 sondas, a taxa diária prevista a ser paga por contrato de afretamento é de US\$ 299 mil (duzentos e noventa e nove mil dólares) iniciados a partir da data de operação das sondas.

Ainda, de acordo com a companhia e seus assessores, o contrato de afretamento prevê a aplicação de um bônus a ser aplicado sobre a taxa diária de afretamento, condicionada à eficiência operacional das sondas que pode chegar a até 15% de acréscimo no valor, caso a sonda permaneça em operação durante mais de 96% dos dias do período. A premissa adotada no modelo é a de que a eficiência operacional média das sondas será de 95% dos dias do ano, acarretando em um bônus médio sobre a taxa de afretamento diária original de, aproximadamente, 11%.

PREMISSAS RECEITA (TAXA DIÁRIA)	
Afretamento e Operação Diário (US\$/dia)	299.000,00
<i>Tempo em Operação por Ano</i>	95,0%
<i>Dias de Receita</i>	347
<i>Bonus Eficiência</i>	11,3%
Taxa Diária de Afretamento Ajustada	332.637,50

A SETE BRASIL e seus assessores estimam¹ o seguinte cronograma de início de operação para cada uma das 4 sondas contratadas:

	SONDA 1	SONDA 2	SONDA 3	SONDA 4
Início das Operações	01/ago/19	01/fev/20	01/nov/20	01/abr/21
Duração do Contrato (anos)	10	10	10	10
Término do Contrato	01/ago/29	01/fev/30	01/nov/30	01/abr/31

Além da receita oriunda da taxa de afretamento diária, foram consideradas, nas projeções realizadas, as seguintes entradas de recursos por contrato:

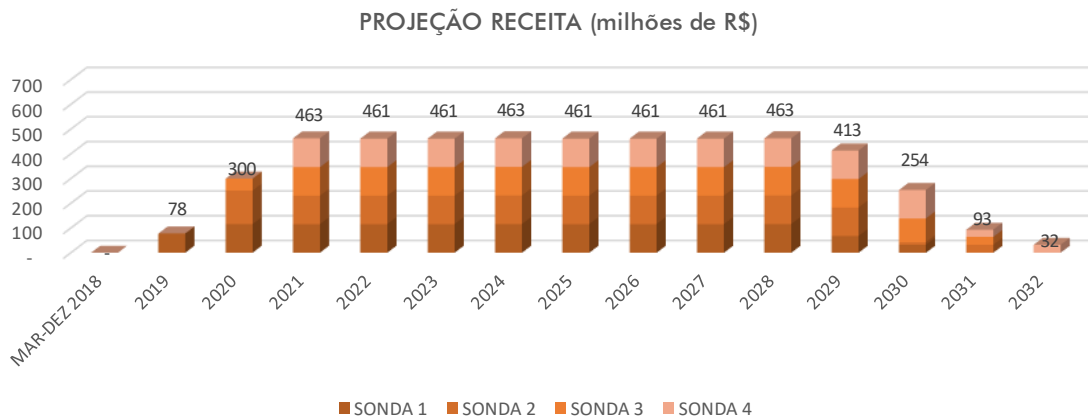
Taxa de Mobilização, Pré Operação e Comissionamento – O contrato de afretamento das sondas prevê o pagamento de US\$ 30 milhões destinados a cobertura de mobilização, gastos pré-operacionais e comissionamento. O valor foi considerado no fluxo no ano estimado pela companhia para o início das operações de cada sonda.

Valor Residual (final de contrato) – O fluxo elaborado prevê, ainda, uma entrada de recurso no último ano projetivo, referente ao valor estimado de venda da sonda ao final do contrato (valor residual). O referido valor foi estimado pela SETE BRASIL e seus assessores, considerando que a depreciação do valor de custo médio por sonda, com a aplicação de um deságio de 80% sobre esse resultado.

PREMISSAS VALOR RESIDUAL	
Custo Estimado por Sonda (USD milhões)	261
<i>Anos de Contrato (anos)</i>	10
<i>Vida Útil Estimada (anos)</i>	25
<i>Valor Não depreciável (US\$ milhões)</i>	10
<i>Desconto (Deságio)</i>	80%
<u>Valor Estimado por Sonda - Final do Contrato (USD milhões)</u>	<u>32</u>

¹ A companhia não se responsabiliza por eventuais atrasos nessa data sendo a mesma uma mera estimativa feita de boa-fé, mas sem qualquer garantia de efetivo prazo, sendo certo que tanto os credores quanto eventuais interessados na aquisição das SPE's devem fazer suas próprias avaliações e estimativas com relação as mesmas.

O Gráfico a seguir demonstra a projeção das receitas por Sonda:

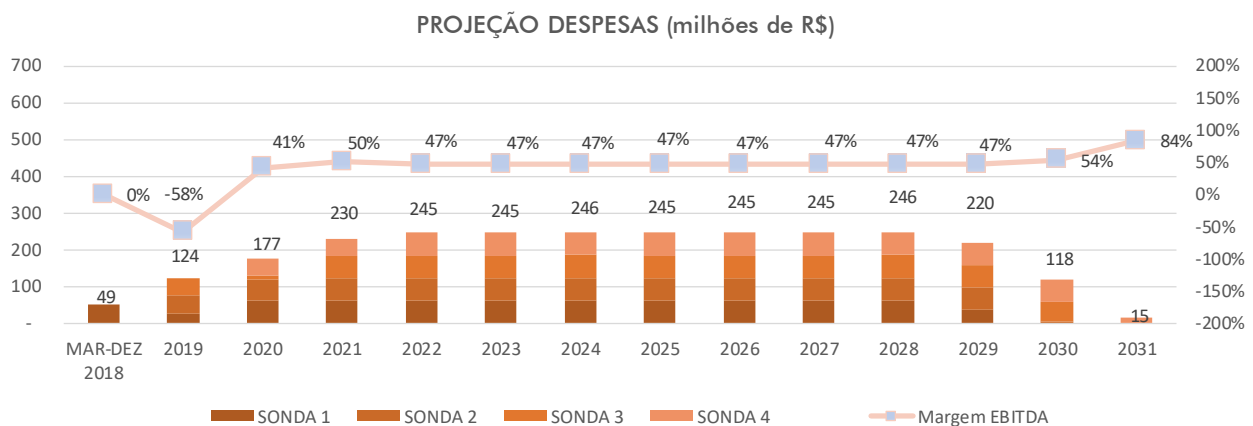


Custos Pré-Operacionais

Nas projeções realizadas, foram considerados custos pré-operacionais referentes a gastos com treinamento e logística de pessoal, assistência técnica, gastos com hospedagem/hotelaria e outros estimados pela SETE BRASIL no valor de US\$ 15,5 milhões por sonda. Além disso, foram considerados gastos referentes a compra de peças de manutenção, OFE e outros custos pré-operacionais das sondas no valor de US\$ 32,6 milhões por sonda, estimados com base em cotações históricas realizadas pelo grupo. Tais saídas foram consideradas no ano anterior à expectativa de início das operações das sondas.

Despesas Operacionais

De acordo com as expectativas da companhia, a estimativa de gastos operacionais médio diário para operacionalização das sondas foi de US\$ 168 mil por dia. A taxa foi aplicada para fins de projeções e os resultados são apresentados no gráfico abaixo:



As projeções realizadas apuram uma margem EBITDA média por projeto de 47%, em linha com as margens de empresas comparáveis

Impostos²

Considerando informações fornecidas pela SETE BRASIL e seus assessores, a estrutura societária e tributária de operação das sondas detidas pelas 4 SPE's está alinhada com a atual legislação fiscal. Dessa forma, não foram consideradas despesas tributárias nas projeções realizadas. A ausência de cargas tributárias se deve aos seguintes fatos:

Receita com afretamento: De acordo com a administração da companhia, 65% do valor da taxa diária de afretamento e operação refere-se à receita de afretamento. Tal receita está atrelada ao contrato de afretamento firmado entre a SPE detentora dos equipamentos, empresa sediada na Holanda e sujeita às leis societárias e fiscais locais, e a Petrobras. Até este limite de 65%, os pagamentos de afretamento para o exterior não se sujeitam à incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte, da CIDE-Royalties e do PIS/COFINS-Importação. Ainda de acordo com a administração da companhia, o benefício fiscal previsto no tratado para evitar a dupla tributação celebrado entre Brasil e Holanda (incentivo fiscal de até 20% da receita apurada "*Tax Sparing*") não indicaram saldo positivo de imposto a pagar, considerando o resultado projetado da operação. Além disso, até 2019 os lucros auferidos pela empresa holandesa, decorrentes da atividade de afretamento, não serão adicionados na apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da controladora brasileira.

Receita de serviços de operação: De acordo com a administração da companhia, 35% do valor da taxa diária de afretamento e operação refere-se à receita de serviços com operação das sondas. Tal receita está atrelada ao contrato de prestação de serviços firmado entre empresa com expertise para operação de sondas, sediada no próprio país de sua instalação, e a Petrobras. Conforme disposto na cláusula 8.6 do contrato, há previsão de ressarcimento, pela Petrobras, das cargas tributárias oriundas e PIS, COFINS e ISS. Dessa forma, tais tributos não estão sendo considerados no cálculo do fluxo de caixa realizado. Ainda, também está sendo considerado, apenas como premissa para elaboração deste laudo, que a base tributária dessa receita, para fins de apuração do IR/CSLL, apresenta resultado negativo ou irrisório, não afetando o fluxo de caixa projetado.

² A Meden nem a Sete Brasil se responsabilizam pelas disposições descritas neste item, sendo meras estimativas e análises adotadas para a elaboração deste material. Cabe aos eventuais interessados na aquisição das UPIs SPEs a contratação de especialista para análise sobre os eventuais impactos tributários no afretamento e operação das sondas.

Esse modelo de tributação de operações similares, segundo a Administração da companhia, reflete a prática usualmente utilizada pelo mercado, o que não deve eximir os eventuais interessados na aquisição das UPIs SPEs Continuadas de realizarem suas próprias análises e estudos sobre os impactos tributários na estrutura de afretamento e operação das sondas.

Capex³

Nas projeções realizadas, foram consideradas saídas referentes aos investimentos remanescentes para término da construção das sondas avaliadas. As projeções estão baseadas na estimativa das faturas remanescentes dos respectivos contratos de EPC (*Engineering, Procurement and Construction Agreement*) de cada sonda.

Outras premissas importantes

Nas projeções realizadas não foi considerada nenhuma obrigação preexistente das SPE's detentoras dos contratos de afretamento objeto deste relatório, tais como dívidas, obrigações com fornecedores e outros passivos, tendo em vista que, de acordo com o proposto no Plano, tais obrigações serão quitadas através de acordos ou serão transferidas para a(s) holding(s) do grupo e tornar-se-ão parte dos créditos reestruturados através da recuperação judicial.

6.2. Taxa de Desconto

Na metodologia de Fluxo de Caixa Descontado, o valor de uma unidade geradora de caixa qualquer é função de sua geração de caixa esperada e da taxa de desconto aplicável.

Para cálculo dessa taxa, o presente relatório mensurou o custo ponderado das diversas fontes de financiamento do ativo objeto da avaliação ("WACC"). Isto significa considerar o custo dos seus títulos de dívida, quando existentes, e o custo de seu capital próprio na proporção adequada de ambos na estrutura de capital do ativo avaliado.

O custo do capital de terceiros é, geralmente, um dado observável e de fácil acesso, porém, não acontece o mesmo na estimação do custo do capital próprio. Para estimar essa variável, os avaliadores utilizaram o CAPM ("Capital Asset Pricing Model"), modelo amplamente desenvolvido academicamente e aceito pelo mercado.

³ Os valores calculados são meras estimativas feitas com base nos EPC's originais de forma que a companhia não se responsabiliza por eventuais alterações nos valores em decorrência das negociações com os estaleiros, sendo certo que tanto credores quanto eventuais interessados na aquisição das SPE's devem fazer suas próprias avaliações e estimativas.

No presente relatório, o custo de capital de terceiros foi calculado com base nas taxas de captações de empresas do mesmo segmento que a SETE BRASIL, conforme apresentado na tabela abaixo.

TAXA CAPTAÇÃO MÉDIA COMPARÁVEIS	% a.a. (em US\$)
DIAMOND OFFSHORE DRILLING	5,48%
NABORS INDUSTRY	5,43%
OCEAN RIG	6,30%
ROWAN COMPANIES	5,88%
TRANSOCEAN	6,63%
ARCHER	7,50%
PETROBRAS	5,80%
ENSCO	6,09%
SEADRILL	7,50%
QUARTO QUARTIL	7,50%

Para mais referências sobre o modelo, verificar, dentre outros, a obra: Duff & Phelps. 2016 Valuation Handbook – Guide to Cost of Capital.

ESTRUTURA DE CAPITAL		ESTRUTURA DE CAPITAL	
CAPITAL PRÓPRIO	20%	CAPITAL PRÓPRIO	20%
CAPITAL DE TERCEIROS	80% (i)	CAPITAL DE TERCEIROS	80%
INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%	INFLAÇÃO AMERICANA PROJETADA	2,0%
INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	4,0% (ii)	INFLAÇÃO BRASILEIRA PROJETADA	4,0%
CUSTO DO CAPITAL PRÓPRIO		CUSTO DO CAPITAL DE TERCEIROS	
TAXA LIVRE DE RISCO (Rf)	2,9% (iii)	TAXA CAPTAÇÃO MÉDIA COMPARÁVEIS	7,5%
BETA d	0,95	RISCO PAÍS	2,5%
BETA r	3,82 (iv)	Rd Nominal em USD (=)	10,0%
PRÊMIO DE MERCADO (Rm - Rf)	6,0% (v)	Rd Real (=)	7,8%
PRÊMIO DE TAMANHO (Rs)	5,6% (vi)	WACC REAL (=)	12,51%
RISCO PAÍS	2,5% (vii)		
Re Nominal em USD (=)	33,9%		
Re Real (=)	31,3%		

- i. Estrutura de capital definida pela SETE BRASIL e seus assessores.
- ii. Meta de inflação do Federal Reserve.
- iii. Representa o retorno requerido por um investidor ao aplicar seus recursos em um título livre de risco de crédito, aqui considerado como a taxa dos títulos do governo americano (T-Bonds de 20 anos).
- iv. É uma medida do risco do setor da companhia avaliada em relação à média do Mercado, para fins de cálculo foi utilizado a base de dados do pesquisador e professor da New York University, Aswath Damodaran.
- v. Excesso de retorno, em relação a taxa livre de risco, que um investidor exigiria para estar exposto ao mercado de ações. Foram utilizados dados da série histórica presente no livro: Duff & Phelps. 2016 Valuation Handbook – Guide to Cost of Capital.
- vi. Retorno adicional verificado para investimentos em empresas menores em relação aos seus pares maiores, assim, assume-se que um investidor exigiria esse tipo de compensação pelo risco incorrido. Para mensuração foi utilizada o tamanho compatível com o valor das sondas e a fonte foi: Duff & Phelps. 2016 Valuation Handbook – Guide to Cost of Capital.
- vii. Retorno adicional que um investidor exigiria para aplicar seus recursos em títulos de governo não são considerados livres de risco. Nossa análise utilizou o índice Emerging Markets Bond Index Plus (EMBI+).

6.3. Fluxos de Caixa

A partir das premissas descritas nos capítulos anteriores e, considerando as expectativas de cronograma de início de operações e o prazo dos contratos de 10 anos, foram projetados os fluxos de caixa das sondas objeto deste estudo e os resultados foram trazidos a valor presente pela taxa de desconto WACC. As tabelas que seguem apresentam o resultado das projeções realizadas.

SONDA 1

USD								
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 1	MAR-DEZ 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	-	48.032.855	115.658.059	115.342.053	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053
CUSTO E DESPESAS	-	(25.536.000)	(61.488.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	(49.000.000)	30.000.000	-	-	-	-	-	-
EBITDA	(49.000.000)	52.496.855	54.170.059	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	<i>0,0%</i>	<i>109,3%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>
CAPEX	(81.061.984)	-	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	(130.061.984)	52.496.855	54.170.059	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
Número de Períodos	0,375	1,250	2,250	3,250	4,250	5,250	6,250	7,250
Fator de Desconto	1,045	1,159	1,304	1,467	1,650	1,856	2,088	2,350
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	(124.440.210)	45.307.263	41.554.827	36.835.018	32.740.742	29.101.552	25.937.732	22.991.717

USD								
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 1	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	115.342.053	115.342.053	115.658.059	67.309.198	-	-	-	-
CUSTO E DESPESAS	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(35.784.000)	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	54.022.053	54.022.053	54.170.059	31.525.198	-	-	-	-
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>46,8%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>
CAPEX	-	-	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	32.099.947	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	54.022.053	54.022.053	54.170.059	31.525.198	32.099.947	-	-	-
Número de Períodos	8,250	9,250	10,250	11,250	12,250	13,250	14,250	
Fator de Desconto	2,643	2,974	3,346	3,764	4,235	4,765	5,361	
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	20.436.148	18.164.635	16.189.839	8.374.689	7.579.539	-	-	-

SONDA 2

USD

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 2	MAR-DEZ 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	-	-	105.545.879	115.342.053	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053
CUSTO E DESPESAS	-	-	(56.112.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	(49.000.000)	30.000.000	-	-	-	-	-
EBITDA	-	(49.000.000)	79.433.879	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	0,0%	0,0%	75,3%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%
CAPEX	(7.632.914)	(58.644.043)	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	(7.632.914)	(107.644.043)	79.433.879	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
Número de Períodos	0,375	1,250	2,250	3,250	4,250	5,250	6,250	7,250
Fator de Desconto	1,045	1,159	1,304	1,467	1,650	1,856	2,088	2,350
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	(7.302.991)	(92.901.888)	60.935.158	36.835.018	32.740.742	29.101.552	25.937.732	22.991.717

USD

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 2	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053	10.112.180	-	-
CUSTO E DESPESAS	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)	(5.376.000)	-	-
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	4.736.180	-	-
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	0,0%	0,0%
CAPEX	-	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	32.099.947	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	4.736.180	32.099.947	-
Número de Períodos	8,250	9,250	10,250	11,250	12,250	13,250	14,250
Fator de Desconto	2,643	2,974	3,346	3,764	4,235	4,765	5,361
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	20.436.148	18.164.635	16.189.839	14.350.992	1.118.322	6.737.060	-

SONDA 3

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 3	MAR-DEZ 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	-	-	18.960.338	115.342.053	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053
CUSTO E DESPESAS	-	-	(10.080.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	(49.000.000)	30.000.000	-	-	-	-	-
EBITDA	-	(49.000.000)	38.880.338	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	0,0%	0,0%	205,1%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%
CAPEX	-	(101.537.935)	(5.643.255)	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	-	(150.537.935)	33.237.083	54.022.053	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
Número de Períodos	0,375	1,250	2,250	3,250	4,250	5,250	6,250	7,250
Fator de Desconto	1,045	1,159	1,304	1,467	1,650	1,856	2,088	2,350
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	-	(129.921.341)	25.496.764	36.835.018	32.740.742	29.101.552	25.937.732	22.991.717

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 3	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053	96.381.716	-	-
CUSTO E DESPESAS	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)	(51.240.000)	-	-
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	45.141.716	-	-
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	0,0%	0,0%
CAPEX	-	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	32.099.947	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	45.141.716	32.099.947	-
Número de Períodos	8,250	9,250	10,250	11,250	12,250	13,250	14,250
Fator de Desconto	2,643	2,974	3,346	3,764	4,235	4,765	5,361
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	20.436.148	18.164.635	16.189.839	14.350.992	10.659.002	6.737.060	-

SONDA 4

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 4	MAR-DEZ 2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	-	-	-	86.585.541	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053
CUSTO E DESPESAS	-	-	-	(46.032.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	-	(49.000.000)	30.000.000	-	-	-	-
EBITDA	-	-	(49.000.000)	70.553.541	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	0,0%	0,0%	0,0%	81,5%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%
CAPEX	-	(96.278.784)	(56.805.514)	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	-	(96.278.784)	(105.805.514)	70.553.541	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053
Número de Períodos	0,375	1,250	2,250	3,250	4,250	5,250	6,250	7,250
Fator de Desconto	1,045	1,159	1,304	1,467	1,650	1,856	2,088	2,350
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	-	(83.093.133)	(81.165.314)	48.107.038	32.740.742	29.101.552	25.937.732	22.991.717

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO - SONDA 4	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (ROL)	115.342.053	115.342.053	115.658.059	115.342.053	115.342.053	28.756.512	-
CUSTO E DESPESAS	(61.320.000)	(61.320.000)	(61.488.000)	(61.320.000)	(61.320.000)	(15.288.000)	-
OUTRAS DESPESAS E RECEITAS	-	-	-	-	-	-	-
EBITDA	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	54.022.053	13.468.512	-
<i>Margem EBITDA (EBITDA/ROL)</i>	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	46,8%	0,0%
CAPEX	-	-	-	-	-	-	-
VALOR RESIDUAL	-	-	-	-	-	-	32.099.947
FLUXO DE CAIXA DA FIRMA (FCFF)	54.022.053	54.022.053	54.170.059	54.022.053	54.022.053	13.468.512	32.099.947
Número de Períodos	8,250	9,250	10,250	11,250	12,250	13,250	14,250
Fator de Desconto	2,643	2,974	3,346	3,764	4,235	4,765	5,361
FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	20.436.148	18.164.635	16.189.839	14.350.992	12.755.855	2.826.739	5.988.224

6.4. Resultado das Avaliações

A partir das premissas e projeções apresentadas e, considerando uma taxa de desconto de 12,51% chegou-se aos seguintes resultados para as sondas avaliadas.

TAXA DE DESCONTO REAL (WACC)	12,01%	12,51%	13,01%
VALOR SONDA 1	187.715.724	180.773.489	174.081.057
VALOR SONDA 2	192.249.968	185.334.035	178.684.905
VALOR SONDA 3	136.619.406	129.719.860	123.110.614
VALOR SONDA 4	91.856.070	85.332.766	79.107.882
TOTAL (USD)	608.441.168	581.160.150	554.984.458
TAXA DE CÂMBIO (28/03/2018)		3,3238 R\$/US\$	
TOTAL (R\$)	2.022.336.756	1.931.660.108	1.844.657.343

Ainda conforme definido no Plano, o presente relatório servirá de insumo para definição do “Valor Mínimo” para alienação de cada SPE Continuada, conforme descrito no plano que ora transcrevemos:

“Valor Mínimo. O valor mínimo para alienação de cada SPE Continuada será o valor de avaliação constante do laudo de avaliação da respectiva SPE Sete, de acordo com o laudo que constitui o Anexo deste Plano”

Para esse intuito sugerimos os seguintes valores para cada uma das Sondas avaliadas (“Valor Mínimo”):

TAXA DE DESCONTO REAL (WACC)	13,01%	
VALOR MÍNIMO POR SONDA	USD	R\$
VALOR SONDA 1	174.081.057	578.610.619
VALOR SONDA 2	178.684.905	593.912.889
VALOR SONDA 3	123.110.614	409.195.059
VALOR SONDA 4	79.107.882	262.938.777
TOTAL	554.984.458	1.844.657.343

7. PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DA DÍVIDA

De acordo com o descrito no capítulo 6 do Plano, os recursos para pagamento dos Créditos sujeitos ao Plano advirão (i) dos valores auferidos com a alienação das UPIs SPEs Continuadas; (ii) dos valores recebidos ou recuperados pelas RECUPERANDAS em decorrência dos Ativos Litigiosos; e (iii) dos valores auferidos com alienação de outros ativos das RECUPERANDAS e/ou com a celebração de acordos para as SPEs Descontinuadas.

Conforme já detalhado anteriormente, o presente relatório teve por objetivo a avaliação dos contratos de afretamento de quatro sondas para a Petrobras, referentes ao item (i) acima, tendo em vista as naturais incertezas inerentes aos demais recursos listados.

Ainda, no mesmo capítulo, item 6.2, o plano de recuperação apresenta a proposta e forma de pagamento aos credores da SETE BRASIL, apresentada resumidamente a seguir.

Os Credores Trabalhistas (Classe I) terão seus créditos pagos, sem a incidência de juros, em 6 parcelas iguais, a primeira devida no 5º (quinto) Dia Útil do sexto mês após a Homologação Judicial do Plano e as demais no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês subsequente.

Os Credores com Garantia Real e os Credores Quirografários (Classes II e III), por sua vez, serão pagos com os recursos advindos dos itens (i), (ii) e (iii) citados acima, sendo que os valores recebidos em decorrência da alienação judicial de cada UPI SPE Continuada serão alocados da seguinte forma: prioritariamente às RECUPERANDAS, observado o limite máximo total definido no plano, sendo o restante integralmente destinado ao pagamento dos Credores.

Além disso, todos os Credores poderão optar pelo recebimento de uma quantia em dinheiro, correspondente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), limitada ao valor de seu Crédito, sendo que os Credores que optarem por essa opção receberão o valor referido acima em uma parcela única devida no 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente à Homologação Judicial do Plano, sem a incidência de juros.

8. CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas pela Meden, e considerando todo o exposto no presente relatório, considerando o sucesso na alienação das SPE's objetos deste estudo, a SETE BRASIL apresenta capacidade de geração de caixa suficiente para a cobertura do programa de pagamento aos credores proposto no Plano, suportando, assim, a sua viabilidade econômico-financeira.

Desta forma, dentro das ressalvas previamente indicadas, o PRJ proposto atende aos princípios da Lei de Recuperação de Empresas, no que tange ao aspecto da viabilidade econômico financeira.

O presente estudo técnico de Recuperação Judicial se pautou no plano de negócios elaborado pela SETE BRASIL e seus assessores, além de premissas de mercado, situação macroeconômica e renegociação da dívida da SETE BRASIL incluída na Recuperação Judicial. Desta forma, o não atingimento de qualquer uma das premissas aqui adotadas, como, ilustrativamente, alteração na situação macroeconômica, desempenho operacional da SETE BRASIL e alteração nos moldes de pagamento da dívida tornarão a análise sujeitas a revisão e, conseqüentemente, sujeito a alteração quanto a viabilidade do Plano.


Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018

Atenciosamente,



Antonio Luiz Feijó Nicolau - Sócio Diretor

OAB RJ 167543



Fellipe Franco Rosman – Sócio Diretor

CORECON 26895

9. ANEXOS

9.1. Glossário

ANEXO 1

Glossário

Apresentamos, em ordem alfabética, os termos técnicos, expressões em língua estrangeira, além de siglas e indicadores em geral que possam ter sido utilizados neste trabalho:

Termo	Descrição
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BACEN	Banco Central do Brasil
Benchmark	Padrão de excelência do mercado
Beta	Coeficiente que quantifica o risco não diversificável a qual um ativo está sujeito, é um indicador de correlação entre o setor analisado e o mercado como um todo.
Bloomberg	Serviço especializado de informações financeiras
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social
Book Value	Valor Contábil de uma Ação
CAGR	Taxa Composta de Crescimento Anual (<i>Compound Annual Growth Rate</i>)
CAPEX	Termo em inglês para gastos com aquisição de bens de capital (<i>Capital Expenditure</i>)
CAPM	Sigla em inglês para modelo de precificação de ativos financeiros
CDI	Taxa média praticada pelas instituições financeiras nas operações com Certificados de Depósitos Interfinanceiros
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
<i>Cross-selling</i>	Venda Cruzada
CSSL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
<i>Due dilligence</i>	Termo em inglês que designa um procedimento de análise através do qual um comprador procura se certificar da veracidade e segurança das informações obtidas durante a fase de negociação
<i>Earn outs</i>	Forma de pagamento baseado em performance
EBITDA	Sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, Depreciation and Amortization</i>)
EMBI+	Índice utilizado como medida de risco país (<i>Emerging Markets Bond Index</i>)
EV	Sigla em inglês para Valor da Empresa (<i>Enterprise Value</i>)
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
<i>Funding</i>	Termo usado para a captação de recursos por instituições financeiras
GAAP	Princípios Contábeis Geralmente Aceitos (<i>Generally Accepted Accounting Principles</i>)
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPI	Imposto sobre Produto Industrializados
IPO	Sigla em inglês para Oferta Pública Inicial de Ações (<i>Initial Public Offering</i>)
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano

Termo	Descrição
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto sobre Serviços
ITR	Informações Trimestrais
<i>Joint Venture</i>	Expressão em inglês para união de sociedades com o objetivo de realizar uma atividade econômica comum
Kd	Custo da Dívida
Ke	Custo do Capital Próprio
LALUR	Livro de Apuração do Lucro Real
<i>Leasing</i>	Arrendamento Mercantil
<i>Market Cap</i>	Valor total das ações/quotas da empresa
<i>Market Premium</i>	Prêmio de risco de mercado, representa o quanto o mercado paga além do retorno obtido em títulos livre de risco
<i>Market Share</i>	Participação de Mercado
NA	Não aplicável
ON	Ação Ordinária
OPA	Oferta Pública de Aquisição de Ações
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDD	Provisão para Devedores Duvidosos
Perpetuidade	Valor presente dos fluxos de caixa gerados após o último ano de projeção
PF	Pessoa Física
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PJ	Pessoa Jurídica
PL	Patrimônio Líquido
<i>Player</i>	Participante de mercado
PME	Pequenas e Médias Empresas
PN	Ação Preferencial
Risco País	Risco de um país não honrar sua dívida soberana
<i>Risk Free Rate</i>	Taxa livre de risco
ROE	Retorno sobre o Patrimônio Líquido (<i>Return on Equity</i>)
Securitização	Transformação de Direitos Creditórios ou Recebíveis em Títulos Negociáveis
SELIC	Taxa de juros fixada pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BACEN
<i>Size premium</i>	Prêmio por tamanho, representa o quanto historicamente as companhias com menor valor de mercado tem rendido acima do previsto pelo modelo CAPM
<i>Spread Bancário</i>	Diferença entre taxa de juros de aplicação e de captação de recursos
<i>Stand-alone (valor)</i>	Valor calculado com base nas projeções sem sinergias decorrentes da transação analisada
Crescimento na Perpetuidade ("g")	Taxa a qual se espera que os fluxos de caixa cresçam no período da perpetuidade
T-Bond	Títulos emitidos pelo governo norte-americano (<i>Treasury Bonds</i>)
<i>Ticker</i>	Código de Negociação de um Ativo na Bolsa de Valores
USD	Dólares americanos
WACC	Sigla em inglês para Custo Médio Ponderado de Capital (<i>Weighted Average Cost Of Capital</i>)

Anexo 5.1.2.4 – Minuta do Edital

Edital de Alienação das UPIs SPEs Continuadas

COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO
3ª VARA EMPRESARIAL
EDITAL DE ALIENAÇÃO JUDICIAL

Edital de alienação judicial, extraído dos autos nº 0142307-13.2016.8.19.0001, correspondente ao Processo de Recuperação Judicial da SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL SETE INVESTIMENTOS I S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INVESTIMENTOS 2 S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL e SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (em conjunto denominadas “Recuperandas”), em cumprimento às disposições do Plano de Recuperação Judicial aprovado pela Assembleia Geral de Credores realizada em [•] (“Plano de Recuperação Judicial” e “Assembleia Geral de Credores”, respectivamente), na forma abaixo:

O DOUTOR [•], Juiz de Direito da 3ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro

F A Z S A B E R a quem o presente Edital vir ou dele conhecimento tiver e interessar possa, que, no dia [•] de [•] de 2018, às [•] horas, na [•], nesta Cidade, será realizada a alienação judicial, ao amparo dos Artigos 60 e 142 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005 (“Lei de Falências”), na modalidade de alienação por propostas fechadas, das unidades produtivas isoladas abaixo descritas, a qual obedecerá às condições estabelecidas neste Edital:

1. Definições

1.1. Para fins deste Edital, os termos e expressões abaixo relacionados terão os seguintes significados quando aqui utilizados:

Administrador Judicial – significa o Dr. Gustavo Licks, advogado inscrito na OAB/RJ sob o nº 176.184, conforme nomeação pelo Juízo da Recuperação, nos termos do Capítulo II, Seção III, da Lei de Falências, ou quem vier a substituí-lo.

Condições Mínimas da Proposta – significa as condições mínimas que deverão constar da proposta apresentada para aquisição da(s) Unidade(s) Produtiva(s) SPEs Continuadas, conforme previsto na Cláusula 5.1.2.4.2 do Plano de Recuperação Judicial e no item 3 deste Edital.

Conta Vinculada – significa a conta corrente nº [•] junto ao Banco [•] de titularidade da [•], devidamente informada no Juízo da Recuperação, na qual deverá ser necessariamente depositado o preço constante da(s) Proposta(s) Vencedora(s) apresentada(s) para aquisição das UPIs SPEs Continuadas, nos valores e com a periodicidade estabelecidos na Proposta Vencedora.

Créditos Concursais – São créditos, materializados ou contingentes, líquidos ou ilíquidos, existentes na data do pedido de recuperação judicial ou cujo fato gerador seja anterior ou coincidente com a Data do Pedido de recuperação judicial, que estão sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, incluídos no Quadro Geral de Credores preparado pelo Administrador Judicial, observadas eventuais alterações promovidas por decisão judicial. Os Créditos Concursais poderão ser créditos em que as Recuperandas figuram como devedoras principais ou créditos decorrentes de fiança, aval ou obrigação solidária prestada por qualquer das Recuperandas a Terceiros em benefício das SPEs Sete.

Data da Alienação Judicial – significa o dia [•].

Juízo da Recuperação – significa o MM. Juízo da 3ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro.

Local da Alienação Judicial – tem o significado atribuído no item 6.2 deste Edital.

Plano de Recuperação Judicial – significa o plano de recuperação judicial das Recuperandas, aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em [•] de [•] de 2018.

Proposta Válida – significa uma Proposta apresentada na forma prevista no Plano de recuperação Judicial e neste Edital e que atenda aos requisitos da lei, do presente Edital e do Plano de Recuperação Judicial .

Proposta Vencedora – significa a(s) proposta(s) que for(em) homologada(s) pelo Juízo da Recuperação, nos termos deste Edital, como sendo a(s) melhor(es) proposta(s) se sagrar vencedora após analisadas todas as propostas apresentadas.

Recuperação Judicial – significa o processo de recuperação judicial das Recuperandas, em curso perante a 3ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, sob o nº 0142307-13.2016.8.19.0001.

Requisitos Mínimos de Habilitação – significa, em conjunto, os requisitos jurídicos, econômicos e de qualificação técnica da proposta e do proponente estabelecidos nos item 3 e 4 deste Edital.

Sinal – tem o significado atribuído no item 3.3, “B”, deste Edital.

UPI SPEs Continuadas – São as quatro Unidades Produtivas Isoladas, na forma do Artigo 60 da Lei de Falências, cada uma composta pela totalidade das ações de cada SPE Continuada, descritas no **Anexo I** deste Edital, conforme indicado no item 2.1 deste Edital.

Valor Mínimo UPIs SPEs Continuadas – tem o significado atribuído no item 2.2 deste Edital.

2. Objeto e Preço da Alienação

2.1. O objeto a ser alienado são as chamadas Unidades Produtivas Isoladas SPEs Continuadas (“UPIs SPEs Continuadas”), sendo essas constituídas pelos bens e direitos descritos no **Anexo I** deste Edital. Para fins de constituição de cada UPI SPE Continuada, a integralidade das ações da respectiva

SPE Continuada deverá ser consolidada no Grupo Sete, mediante a transferência da participação societária hoje detida pelo Sócio B de cada SPE Continuada ao Grupo Sete.

2.2. O valor mínimo para aquisição de cada SPE Continuada consta do laudo de avaliação da respectiva SPE Sete, o qual constitui o Anexo I do Plano de Recuperação Judicial (“Valor Mínimo UPIs SPEs Continuadas”).

3. Requisitos Jurídicos e Econômicos da Proposta e do Proponente

3.1. Eventuais proponentes interessados em participar da alienação judicial das UPIs SPEs Continuadas deverão, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Edital, submeter ao Juízo da Recuperação, proposta em envelope lacrado que contenha proposta de aquisição da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s). Todas as propostas deverão ser apresentadas em duas vias de igual teor, ambas acompanhadas de todos os documentos que a acompanham.

3.1.1. Os proponentes deverão apresentar propostas que envolvam a aquisição conjunta das quatro UPIs SPEs Continuadas. Alternativamente, poderão apresentar propostas que envolvam a aquisição de no mínimo duas das quatro UPIs SPEs Continuadas, desde que as sondas detidas pelas respectivas SPEs Continuadas estejam em construção no mesmo estaleiro. Os proponentes que apresentarem propostas para a aquisição de apenas duas UPIs SPEs Continuadas somente terão direito à aquisição das UPIs SPEs Continuadas objeto da proposta se confirmada a aceitação de proposta válida e a efetiva transferência de propriedade das demais UPIs SPEs Continuadas remanescentes em favor de outro proponente, e desde que o somatório de ambas as propostas seja superior às demais ofertas apresentadas, individualmente ou em conjunto.

3.2. A proposta deverá ser acompanhada de: **(A)** comprovantes de existência e regularidade do proponente, devidamente emitidos pelos órgãos responsáveis pelo registro de constituição do proponente; **(B)** declaração de referência bancária do proponente de pelo menos 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha; **(C)** carta de fiança bancária emitida em benefício da Sete Brasil, por instituição financeira de primeira linha, ou seguro garantia contratado em benefício da Sete Brasil com entidade seguradora de primeira linha, no valor de 3% (três por cento) do valor total da proposta, com validade não inferior a 120 (cento e vinte) dias, exigível pelas Recuperandas caso a proposta seja declarada vencedora e não seja possível a conclusão da alienação da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), seja porque o proponente não apresentou às Recuperandas a garantia definitiva prevista no item 3.4, no prazo ali estabelecido, ou por qualquer outro motivo imputável ao proponente; e **(D)** declaração, firmada pelos representantes legais do proponente legalmente autorizados a tanto (inclusive depois de obtidas todas as aprovações societárias porventura necessárias), de que concorda e adere integralmente às cláusulas do Plano e que adotará todas as medidas cabíveis para que sejam cumpridas as suas cláusulas, renunciando expressamente ao direito de questionar a validade ou legalidade do Plano, no todo ou em parte, bem como de recorrer da decisão judicial que homologar o Plano, conforme modelo constante do Anexo 5.1.2.4.1.

3.2.1. Incidirão sobre a garantia prevista no item 3.2, “C”, as mesmas regras estabelecidas nos itens 3.4.1 e 3.4.2 deste Edital.

3.3. As propostas para a aquisição das quatro UPIs SPEs Continuadas deverão conter, no mínimo: **(A)** o valor oferecido pelo proponente para cada UPI SPE Continuada objeto da proposta, em dólares norte-americanos, que poderá ser pago à vista ou a prazo, desde que o pagamento da última parcela não exceda a última data prevista para o início da operação, conforme estabelecido nos Contratos de Afretamento das UPIs SPEs Continuadas; **(B)** o pagamento mínimo de 10% (dez por cento) do valor total da proposta a título de sinal, não reembolsável em nenhuma hipótese, que deverá ser pago simultaneamente à transferência da propriedade da(s) respectiva(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) ou à assinatura e cessão dos Contratos de Afretamento e Serviços com a Petrobras, o que ocorrer por último; **(C)** as demais condições de pagamento; **(D)** a obrigação do proponente de apresentar às Recuperandas e em benefício delas, caso sua proposta seja aceita, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência da aceitação da proposta, garantia de pagamento integral do valor total da proposta, a ser constituída mediante carta de fiança bancária emitida por instituição financeira de primeira linha e/ou seguro garantia contratado com entidade seguradora de primeira linha, com prazo de validade não inferior ao prazo da proposta apresentada; **(E)** o prazo de validade da proposta não inferior a 120 (cento e vinte) dias, e **(F)** indicação de representante pessoa física com endereço eletrônico (e-mail) e endereço físico na cidade do Rio de Janeiro, com poderes para receber intimações e notificações das Recuperandas ou do Juízo da Recuperação relativas à Recuperação Judicial. O proponente poderá se utilizar de mais de uma carta de fiança e/ou seguro garantia, desde que, em conjunto, as garantias cubram o valor integral da sua proposta, respeitadas as condições abaixo.

3.3.1. O valor oferecido pelo proponente para cada UPI SPE Continuada deverá ser livre de toda e qualquer incidência tributária, no Brasil ou no exterior, cabendo exclusivamente ao proponente arcar com o pagamento dos tributos porventura incidentes sobre a proposta por ele apresentada, de tal forma que o valor por ele apresentado na proposta seja o valor a ser depositado na Conta Vinculada, caso a sua proposta seja declarada vencedora no final do processo competitivo de alienação da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s).

3.4. Todas as propostas deverão, necessariamente e sob pena de desconsideração, conter a obrigação do proponente de outorgar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da ciência da aceitação da proposta, garantia em benefício das Recuperandas, consubstanciada em carta de fiança bancária emitida por instituição financeira de primeira linha e/ou seguro garantia contratado com entidade seguradora de primeira linha, a fim de garantir o pagamento integral do valor total da proposta aceita. O proponente pode se utilizar de mais de uma carta de fiança e/ou seguro garantia, desde que, em conjunto, as garantias cubram o valor integral da sua proposta, respeitadas as condições abaixo.

3.4.1 Caso o proponente opte por garantir o pagamento de parcela ou do valor total da proposta por meio de carta de fiança bancária, a instituição financeira garantidora deverá: (i) ser de primeira linha; (ii) estar localizada na República Federativa do Brasil ou com correspondente localizado neste país; e (iii) ter classificação de risco estabelecida por agência de classificação de risco internacionalmente qualificada e reconhecida. Adicionalmente, a carta de fiança bancária deverá indicar o Brasil como local de cumprimento da obrigação.

3.4.2. Caso o proponente opte por garantir o pagamento de parcela ou do valor total da proposta por meio de seguro garantia, a apólice deverá: (i) ser emitida por seguradora de primeira linha,

localizada no Brasil ou com correspondente localizado neste país; (ii) estar de acordo com o modelo aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; (iii) indicar as Recuperandas como beneficiárias do seguro; e (iv) indicar o Brasil como local de cumprimento da obrigação.

3.5. A outorga da garantia nos termos previsto nos itens acima é considerada condição indispensável para que as Recuperandas transfiram ao proponente da oferta vencedora a propriedade da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) objeto da proposta antes da quitação integral do preço.

3.6. As propostas com pagamento a prazo serão comparadas com as propostas à vista mediante o cálculo de valor presente do fluxo de pagamento de cada proposta, incluindo-se o reajuste proposto pelo proponente, utilizando-se como taxa de desconto no cálculo do valor presente a taxa mensal composta equivalente a 10% (dez por cento) ao ano, em dólares norte-americanos.

4 Requisitos de Qualificação Técnica dos Proponentes

4. Os proponentes deverão também comprovar a sua qualificação técnica no ato da apresentação da proposta, mediante documentos que atestem o atendimento a, no mínimo, os seguintes requisitos de qualificação técnica: (i) possuam experiência comprovada de, pelo menos, 2.190 (dois mil cento e noventa) dias nos últimos 5 (cinco) anos, a contar da data da publicação do Edital, de operação de sondas de perfuração com posicionamento dinâmico para operação em lâmina d'água de, no mínimo, 2.000 (dois mil) metros; (ii) não possuam disputas judiciais ou arbitragens contra as sociedades do Grupo Sete ou seus acionistas; e (iii) não possuam bloqueio cautelar ou qualquer outra restrição de atuação junto a órgãos públicos ou a Petrobras.

5. As condições indicadas nos itens 3 e 4 deste Edital, seja quanto ao prazo de entrega da proposta ou os termos e documentos que a devem acompanhar, constituem os “Requisitos Mínimos de Habilitação” para a alienação judicial da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s), e o desrespeito a qualquer um desses requisitos consistirá na inabilitação do proponente.

6. Procedimento da Alienação Judicial

6.1. A alienação judicial será realizada na modalidade de propostas fechadas, na forma do art. 142, II, da Lei de Falências, observadas as condições previstas neste item.

6.2. Qualquer interessado que atenda os requisitos estabelecidos neste Edital e no Plano de Recuperação Judicial poderá apresentar propostas para a aquisição das UPIs SPEs Continuadas, as quais deverão ser apresentadas ao cartório do Juízo da Recuperação, mediante envelope lacrado, até as 17:00 horas do dia [•]. Fica esclarecido que o cartório do Juízo da Recuperação fica localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Av. Erasmo Braga, nº 115, Lâmina Central, sala 713 (“Local da Alienação Judicial”).

6.3. Encerrado o prazo previsto no item 6.2 acima, o Administrador Judicial relacionará todas as propostas recebidas, com a indicação do respectivo proponente, cabendo ao Juízo da Recuperação a abertura dos envelopes, na forma do art. 142, § 4º, da Lei de Falências). Ato contínuo deverá ser lavrado o auto descritivo das propostas apresentadas, contendo nome de cada um dos proponentes e o preço ofertado por cada um deles para as UPIs SPEs Continuadas, para posterior juntada aos autos da Recuperação Judicial.

6.4. Após a lavratura do auto a que se refere o item anterior, deverão ser entregues às Recuperandas uma das vias de todas as propostas apresentadas, para a verificação do atendimento dos requisitos mínimos previstos no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital, inclusive no que se refere à qualificação técnica dos proponentes. As Recuperandas deverão submeter ao Juízo da Recuperação, para homologação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da abertura da(s) proposta(s), a classificação final dos proponentes, devidamente fundamentada de acordo com os critérios estabelecidos no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital. Deverá(ão) ser considerada(s) como vencedora(s) a(s) proposta(s) que, em conjunto ou isoladamente, representem o pagamento do maior preço para as Recuperandas, observadas as condições estabelecidas no Plano de Recuperação Judicial e neste Edital.

6.5. Homologada(s) a(s) Proposta(s) Vencedora(s) pelo Juízo da Recuperação, o(s) Proponente(s) Vencedor(es) será(ão) intimado(s), através do representante indicado na proposta, pelas próprias Recuperandas, independentemente de intimação judicial, para a apresentação da garantia prevista no item 3.4 deste Edital, no prazo ali estabelecido.

6.6. Na hipótese de o(s) proponente(s) vencedor(es) não apresentar(em) às Recuperandas a garantia prevista no item 3.4 deste Edital no prazo ali estabelecido, poderão as Recuperandas requerer ao Juízo da Recuperação que declare como vencedor(es) o(s) proponente(s) classificado(s) em segundo lugar, em conjunto ou isoladamente, e assim sucessivamente até a regular constituição da garantia. Nesse caso, as Recuperandas poderão exigir do(s) proponente(s) faltoso(s) o pagamento da multa de 3% (três por cento) prevista no item 3.2 (C), mediante a execução da garantia prestada pelo proponente para esta finalidade.

6.7. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da garantia definitiva pelo(s) proponente(s) declarado(s) vencedor(es), as Recuperandas deverão restituir aos demais proponentes o instrumento de garantia apresentado juntamente com a(s) proposta(s) perdedora(s).

6.8. Na hipótese de só serem apresentadas propostas com valores inferiores ao Valor Mínimo das UPIs SPEs Continuadas ou que não contemplem, em conjunto ou individualmente, a aquisição das quatro UPIs SPEs Continuadas, as Recuperandas deverão convocar uma Reunião de Credores para deliberar sobre a aceitação ou não de tais propostas, conforme previsto na Cláusula 5.1.2.4.9 do Plano de Recuperação Judicial.

6.9. Tendo em vista que a alienação da(s) SPE(s) Continuada(s) se dará por meio de processo competitivo previsto no Artigo 142 da Lei de Falências, em nenhuma hipótese haverá sucessão do adquirente das UPIs SPEs Continuadas por quaisquer dívidas e obrigações das Recuperandas, na forma do Artigo 60 da Lei de Falências.

7. Pagamento do Preço da Arrematação

7.1. Do Tempo do Pagamento

O preço de aquisição deverá ser pago no tempo e modo descritos na(s) Proposta(s) Vencedora(s), sempre sendo realizados os depósitos na Conta Vinculada. O pagamento de qualquer parcela do preço de aquisição em outra conta senão a Conta Vinculada será considerado inválido, e não desobrigará o arrematante quanto ao pagamento da respectiva parcela.

7.2. Do Meio de Pagamento

O preço de aquisição deverá ser integralmente pago em moeda corrente nacional, em recursos disponíveis, livres e desembaraçados de qualquer ônus, não sendo permitida a compensação por créditos eventualmente existentes contra as Recuperandas, independente da classe ou espécie.

8. Da Adjudicação do Objeto da Alienação

8.1. O(s) proponente(s) vencedor(es) será(ão) responsável(is) por realizar e arcar com todos os custos relativos ao registro da transferência de propriedade da UPI SPE Continuada e seus ativos nos respectivos órgãos competentes.

E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, mandei expedir o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Rio de Janeiro, [data]. Eu, [nome do escrivão], Escrivão da 3ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro, subscrevo-me.

[•]

Juiz de Direito

Anexo I ao Edital

Os bens e direitos que compõem as UPIs SPEs Continuadas, que serão objeto de alienação pública, estão a seguir individualmente discriminados:

[•]

Anexo 5.1.2.4.1 – Declaração de Aceitação e Observância das Disposições do Plano

[Local], [data].

A

Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial

Sete Investimentos I S.A. – Em Recuperação Judicial

Sete Investimentos 2 S.A. – Em Recuperação Judicial

Sete Holding GMBH – Em Recuperação Judicial

Sete International One GMBH – Em Recuperação Judicial

Sete International Two GMBH – Em Recuperação Judicial

Endereço: Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Diretor Presidente

C/C:

Licks Contadores Associados

Rua São José, nº 40, Cobertura 1, Centro

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Dr. Gustavo Licks

Ref.: Declaração de Aceitação e Observância às Disposições do Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos 2 S.A. – Em Recuperação Judicial, Sete Holding GMBH – Em Recuperação Judicial, Sete International One GMBH – Em Recuperação Judicial e Sete International Two GMBH – Em Recuperação Judicial (Cláusula 5.1.2.4.1)

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial da Sete Brasil Participações S.A. – em Recuperação Judicial, Sete Investimentos I S.A. - Em Recuperação Judicial, Sete Investimentos 2 S.A. – Em Recuperação Judicial, Sete Holding GMBH – Em Recuperação Judicial, Sete International One GMBH – Em Recuperação Judicial e da Sete International Two GMBH – Em Recuperação Judicial (“Recuperandas”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em [•] (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos nesta declaração (“Declaração”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 5.1.2.4.1 do Plano, o proponente abaixo identificado e assinado declara às Recuperandas, de forma irrevogável e irretroatável, para fins de habilitação de sua proposta para a aquisição da(s) UPI(s) SPE(s) Continuada(s) [descrever quais UPIs são objeto da proposta] que (i) concorda e adere integralmente às disposições do Plano, as quais reputa válidas, vinculantes e plenamente eficazes; e (ii) **renuncia, expressamente e de pleno direito**, à prerrogativa de questionar a validade, eficácia e/ou a legalidade do Plano, no todo ou em parte, bem como à de recorrer da decisão judicial que homologar o Plano.

Cordialmente,

[PROPONENTE]

Representante Legal:

CPF/CNPJ:

Anexo 6.3.1 – Minuta de Notificação para Pagamento à Vista de até R\$ 50.000,00

À

Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial [ou outra Recuperanda, com quem o Credor mantiver relação de crédito]

Endereço: Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Diretor Presidente

A/C: Diretor Jurídico

C/C:

Licks Contadores Associados

Rua São José, nº 40, Cobertura 1 , Centro

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Dr. Gustavo Licks

Ref.: Notificação para Pagamento de até R\$ 50.000,00 – Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas do Grupo Sete (Cláusula 6.3)

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial da SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INVESTIMENTOS I S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INVESTIMENTOS 2 S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL., SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Recuperandas”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em [•] (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos nesta notificação (“Notificação”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 6.3 do Plano, o credor abaixo identificado e assinado (“Credor”) notifica as Recuperandas de que elegeu voluntariamente a opção de recebimento à vista de seu crédito no valor de [*inserir valor do Crédito*], conforme relacionado na Lista de Credores (“Crédito”).

O Credor neste ato reconhece que a opção para pagamento à vista é limitada ao valor de R\$ 50.000,00 (quarenta mil reais) e, por essa razão, **renuncia, expressamente e de pleno direito**, ao recebimento de qualquer outra quantia ou pagamento em decorrência do seu Crédito, contra as Recuperandas do Grupo Sete, suas afiliadas, controladoras e subsidiárias, inclusive a qualquer montante de seu Crédito que superar esse limite,. O Credor também renuncia a qualquer crédito concursal por ele devido contra o Grupo Sete, que esteja hoje sujeito a disputa judicial ou arbitral, bem como a qualquer eventual disputa futura com relação a seu Crédito.

Para o propósito de receber o valor de seu Crédito, se inferior a R\$ 50.000,00 (quarenta mil reais); ou o valor de R\$ 50.000,00 (quarenta mil reais), se seu Crédito for equivalente a tal valor ou o superar, o Credor informa a seguinte conta-corrente:

Credor: [●]
CNPJ: [●]
Banco: [●]
Agência: [●]
Conta Corrente: [●]

Dados para contranotificação:

Telefone: [●]
Endereço: [●]
E-mail: [●]
A/C: [●]

Cordialmente,

[CREDOR]
Representante Legal:
CPF/CNPJ:

Anexo 14.7.1 - Minuta da Notificação para Informação de Conta Bancária

À

Sete Brasil Participações S.A. – Em Recuperação Judicial [ou outra Recuperanda, com quem o Credor mantiver relação de crédito]

Endereço: Rua da Assembleia, nº 10, sala 2313

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Diretor Presidente

A/C: Diretor Jurídico

C/C:

Licks Contadores Associados

Rua São José, nº 40, Cobertura 1, Centro

Rio de Janeiro, RJ

A/C: Dr. Gustavo Licks

Ref.: Notificação para Informação de Conta Bancária – Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas do Grupo Sete (Cláusula 14.7.1)

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Plano de Recuperação Judicial da SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INVESTIMENTOS 1 S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INVESTIMENTOS 2 S.A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL., SETE HOLDING GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INTERNATIONAL ONE GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, SETE INTERNATIONAL TWO GMBH – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (“Recuperandas”), aprovado em Assembleia Geral de Credores realizada em [•] (“Plano”). Os termos iniciados em letra maiúscula não definidos nesta notificação (“Notificação”) terão o significado a eles atribuído no Plano.

Em atendimento ao disposto na Cláusula 14.7.1 do Plano, o credor abaixo identificado e assinado (“Credor”) informa às Recuperandas a seguinte conta-corrente, para o propósito de receber o valor de seu Crédito, na forma prevista no Plano:

Credor: [•]

CNPJ: [•]

Banco: [•]

Agência: [•]

Conta Corrente: [•]

Dados para contranotificação:

Telefone: [•]

Endereço: [•]

E-mail: [•]

A/C: [•]

Cordialmente,

[CREDOR]

Representante Legal:

CPF/CNPJ: